

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

MARCELO COELHO ALMEIDA

**A RELIGIÃO NA CASERNA:
O PAPEL DO CAPELÃO MILITAR**

São Paulo

2006

MARCELO COELHO ALMEIDA

**A RELIGIÃO NA CASERNA:
O PAPEL DO CAPELÃO MILITAR**

Dissertação de Mestrado *stricto sensu* apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie, como um dos requisitos para obtenção do grau de mestre no curso de pós-graduação em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Máspoli Gomes

São Paulo

2006

MARCELO COELHO ALMEIDA

**A RELIGIÃO NA CASERNA:
O PAPEL DO CAPELÃO MILITAR**

Dissertação de Mestrado *stricto sensu* apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie, como um dos requisitos para obtenção do grau de mestre no curso de pós-graduação em Ciências da Religião.

Aprovada em _____ de 200__.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Máspoli de Araújo Gomes
Orientador

Prof. Dr. Calvino Camargo
Centro Universitário de Maringá (CESUMAR)

Prof. Dr. João Baptista Borges
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Dedico este trabalho ao Quarto Comando Aéreo Regional, pela acolhida ao trabalho de capelania evangélica, o apoio, o companheirismo e o respeito com o quais possibilitam o trabalho da pregação da Palavra de Deus para o militar em toda a área de sua atuação. Assim como o IV COMAR, esta pesquisa deseja contribuir com mundo e com as pessoas, através de uma nobre missão.

AGRADECIMENTOS

Recebam deste autor a imensurável gratidão, porque é por razões sobre humanas. Antes do apoio a esta pesquisa, a gratidão é pelo simples fato de estas pessoas existirem, o que tornou possível que elas participarem desta conquista e que haja esperança no mundo.

- A Deus que habita em nós, e nos concede o dom maior: a vida.
- À minha esposa Paula Renata e minha filha Victoria.
- Ao meu orientador e apoiador, Antônio Máspoli.
- Aos membros da banca examinadora e amigos encorajadores, Calvino Camargo e João Baptista.
- Ao amigo de mais de oito anos, Armando Silvestre.
- Aos colegas da turma Mestrado em Ciências da Religião agosto 2004.

RESUMO

Esta pesquisa procura avaliar o trabalho de um capelão militar. O foco central é analisar sua influência e a validade de seu trabalho dentro de uma Organização Militar. A partir de constatações históricas, teológicas, técnicas e práticas, no transcurso do trabalho procura-se comprovar a hipótese de que a capelania sempre foi, é nos dias atuais, e sempre será de extrema relevância para as Forças Armadas. O serviço de capelania em nível de influência, validade e importância está para uma Organização Militar tal qual a espiritualidade e a religião estão para o ser humano. O caminho percorrido nas constatações obtidas passa primeiramente por uma via histórica desde os primórdios até sua regularização e prática expansiva nos dias atuais. Depois, passa pela questão religiosa. Analisa, por um lado, a pessoa humana, sendo esta dotada de espiritualidade e, portanto, necessitada do encontro com o sagrado; e por outro lado, analisando o ambiente militar como uma instituição total, cujo conceito aponta inexoravelmente para uma intervenção de ajuda no que tange aos recursos oferecidos pelas crenças religiosas. Por fim, este caminho é trilhado em meio à prática profissional do autor, como capelão evangélico da Aeronáutica. A profissão militar de um capelão é abordada separadamente quanto ao militarismo e ao trabalho religioso, não deixando de lado a intersecção dos dois, formando assim um conceito de capelania militar.

Palavras-chave: Religião, Capelania, Capelania militar. Força Aérea Brasileira.

ABSTRACT

The present research seeks to evaluate the work of the military chaplain. The focus is on analyzing his influence and the validity of his task within a military institution. Taking as a starting point historical, theological, technical and practical observation, the research seeks to confirm the hypothesis that the role of chaplaincy has been, is today, and will always be, of great relevancy to the armed forces: chaplaincy services, in terms of influence, validity and import within a military organization parallels the role played by spirituality and religion in all of human life. The path covered for the development of these observations begins with the historical development of military chaplaincy, from its beginnings to its regular establishment and pervasive presence nowadays. Next, it covers the religious aspect, analyzing, on one hand, the human being as imbued with spirituality and, therefore, needing contact with the sacred, and on the other hand, the military environment as that of an encompassing institution whose very conception points inexorably to the need of a helping intervention in terms of the resources offered by religious beliefs. Finally, the research is complemented by drawing on the professional experience of its author as an evangelical chaplain in the Air Force. The military profession of the chaplain is seen in distinction from general militarism and from regular religious work, mindful of the intersection between both roles and, thus, establishing a concept of military chaplaincy.

Key-words: Religion, Chaplaincy, Military Chaplaincy, Brazilian Air Force.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Capelão católico, patrono do SAREx.	25
Figura 2. Pastor João Filson Soren, pioneiro da capelania militar evangélica.	28
Figura 4. Fotos de culto promovido pela capelania militar evangélica.	33
Figura 5. Projeto Soldado Cidadão.	62
Figura 6. Culto da páscoa dos militares 2006. Realizado na Assembléia de Deus do Bom Retiro, em São Paulo.	65
Figura 7. Culto evangélico. Militares fardados.	75
Figura 8. Alunos das três escolas de formação da Aeronáutica, em encontro das Uniões Evangélicas das Escolas de Formação da Aeronáutica	81
Figura 10. Cópia da página de Internet - culto da semana da asa 2006	87

QUADROS

Quadro 1. Carta enviada à filha, pelo pesquisador, durante treinamento em escola militar	52
Quadro 2. Requisitos inerentes à seleção de um capelão militar.	57
Quadro 3. Texto do autor encaminhado para publicação no HASP.	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. HISTORIOGRAFIA E CARACTERIZAÇÃO DA CAPELANIA MILITAR	19
1.1. PRIMÓRDIOS DO SERVIÇO MILITAR RELIGIOSO	19
1.2 A CAPELANIA EVANGÉLICA	28
1.3 OS PRIMEIROS CAPELÃES EVANGÉLICOS DA FAB	32
2. A QUESTÃO RELIGIOSA NA CASERNA	34
2.1 A QUESTÃO RELIGIOSA – O HOMEM	37
2.2 A QUESTÃO INSTITUCIONAL – A CASERNA	47
2.2.1. Conhecendo uma instituição total	48
3. AUTO-REPRESENTAÇÃO DA CAPELANIA MILITAR: O TRABALHO DE UM CAPELÃO	60
3.1 A ADMISSÃO DE UM CAPELÃO	60
3.2 O TRABALHO MILITAR DO CAPELÃO	65
3.2.1 Tarefas educacionais	66
3.3 O TRABALHO RELIGIOSO	68
3.3.1 O aconselhamento	70
3.3.2 Os pequenos grupos	71
3.3.3 Capelania hospitalar militar	72
3.4 FUNERAIS	83
3.4.1. Cerimônias fúnebres	84

3.4.2. O aviso da morte (antes da imprensa)	84
3.4.3. O suicídio	87
3.5. TRABALHOS ESPECIAIS	91
3.5.1 Bíblia comemorativa ao centenário do 14 Bis	91
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIA	97
ANEXO	100

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de Mestrado em Ciências da Religião tem a finalidade de contribuir para a produção científica e atingir o grau de aprofundamento acadêmico que se espera para um curso de tal nível de excelência. Dadas a experiência como capelão militar do autor e a pesquisa prévia que se fez para a sua elaboração, a dissertação inspira-se numa tentativa de avaliar e propor um olhar acadêmico sobre a área em que atua o pesquisador.

Para analisar o papel do capelão militar e a religiosidade na caserna, mais especificamente na Força Aérea Brasileira, circunscrevendo-se à área de Ciências da Religião, a presente pesquisa se organizou em torno de três enfoques. O primeiro capítulo apresenta a caracterização da capelania militar, fazendo um levantamento historiográfico de sua existência. Em segundo lugar, é feita uma análise da questão religiosa no meio militar, apresentando um arcabouço teórico, primeiramente acerca do homem como um ser religioso, e depois da caserna como uma instituição total. Num terceiro momento, é apresentada a questão prática da capelania e sua auto-representação. Os dados foram levantados a partir de pesquisas desde o início do curso até o período atual.

Além do interesse pessoal do pesquisador, justifica-se a presente pesquisa, porque o tema se mostra relevante para a área em que se insere. O assunto é instigante para os círculos religioso e militar, nesta primeira década do século XXI. É boa a contribuição que uma pesquisa desta natureza pode emprestar à compreensão do real papel do capelão numa comunidade militar, marcadamente composta de pessoas em busca de aperfeiçoamento pessoal, de formação acadêmica e profissional, além de uma crescente busca por valores profundos e existenciais.

Há total relevância científica nessa pesquisa uma vez que os cursos militares, no Brasil, têm ainda uma procura muito grande, num país onde não existe a

correspondente oferta de empregos a tantos que buscam uma sólida formação. Tanto não é suprida a demanda, como não é oferecida, de forma suficiente, uma competente formação para a ocupação de cargos e empregos oferecidos no mercado. Embora isso atinja grande parte da população brasileira, o desemprego continua à margem das preocupações daqueles que poderiam lutar em prol de melhorias. A pesquisa pode, então, contribuir, entre outras coisas, para a devida avaliação da necessidade e da qualidade do profissional militar na área de capelania. Contribui também para uma compreensão da realidade deste país em desenvolvimento, no qual a qualificação profissional é o grande instrumento de cidadania; e, fornece elementos para um entendimento do que uma instituição militar brasileira oferece aos seus integrantes.

Por outro lado, a relevância social da pesquisa se mostra pelo fato de que o estudo permitirá ajudar na resposta a uma pergunta básica: justifica-se a existência da figura do capelão militar no quartel? Ao mesmo tempo, a pesquisa poderá ajudar a compreender o papel e a relevância deste profissional militar e religioso. Credo na sua real importância, a pesquisa visa analisar histórica, teológica e praticamente a sua realidade para, de alguma forma, ajudar a compreender o seu papel, a partir do que é oferecido à tropa, especificamente na Força Aérea Brasileira.

O interesse pessoal do pesquisador, como já explicitado, advém do fato de ser um militar na área da capelania, e devido à sua postura em prol de se envolver mais efetivamente com o objeto de sua investigação (e de sua atuação profissional). Apesar do pioneirismo, pela quase inexistência de estudos na área (especialmente no Brasil), o tema se mostra de execução viável, primeiro, pela existência de fontes a serem consultadas; segundo, pelo apoio recebido tanto na instituição militar quanto do programa de pós-graduação que forneceu subsídios para os estudos teóricos desenvolvidos nesta área.

Não apenas são aqui apontados os textos existentes até o momento, mas são analisados os progressos, resultados, conclusões e limitações que ora se apresentam. Segue, portanto, uma relação acerca do referencial teórico do que se tem pesquisado com vistas à elaboração da presente dissertação, tanto no aspecto da apresentação do estado atual da questão, como propriamente o referencial teórico empregado na pesquisa.

Foi de grande utilidade para a pesquisa o principal texto utilizado na elaboração do primeiro capítulo. Fruto também de uma busca visando o aprimoramento profissional da capelania militar e sua implantação no Corpo de Bombeiro Militar do Rio de Janeiro, a monografia do Capitão de Bombeiro Militar, Josué Campos Macedo, ocupa lugar de destaque neste trabalho.

Os dois referenciais teóricos principais para uso no segundo capítulo foram Gustav Carl Jung, e João Calvino. Este fornecendo a perspectiva teológica do homem e aquele abordando sua espiritualidade a partir da psicologia. Outros autores clássicos da teologia, psicologia, sociologia e ciências da religião forneceram também a sua relevante contribuição. Deve-se especial destaque à parte da obra de Santo Agostinho. Os demais estão demonstrados nas referências ao final do trabalho.

Por fim, foi empregada a observação participativa do pesquisador e capelão militar evangélico. O interesse do autor foi ressaltar o conceito de trabalho religioso e trabalho militar de um capelão. A partir desta perspectiva prática, surgiram temas que demandaram a busca por referencial teórico disponível. Sendo assim, para os temas de aconselhamento e capelania hospitalar, este autor utilizou-se do material existente e de contribuições bibliográficas utilizadas durante as aulas presenciais no Mestrado, bem como na graduação em teologia e psicologia. Por fim, para fazer justiça à sua importância para a história acadêmica da sociologia e da religião, utilizou-se a reflexão sobre um clássico de Emilie Duhkheim quando o assunto foi suicídio no meio militar. Tais contribuições propõem, assim, um instrumento concreto para elaboração do presente trabalho. A análise dos dados foi obtida mediante o apoio teórico à medida que foram consultados os textos citados na lista final de referências, posto que foram livros indispensáveis à compreensão prévia do problema de pesquisa.

A pesquisa se organiza a partir do seguinte problema central: há, de fato, uma real influência do trabalho de capelania militar na construção de uma espiritualidade no quartel?

Com base em argumentos históricos, teológicos, técnicos e práticos, a hipótese sugerida é: o trabalho do capelão militar exerce influência no militar, seja na

perspectiva da pessoa seja no âmbito da instituição. O trabalho de um capelão é profundamente ligado à sua convicção pessoal de fé. Sendo assim, a simples presença da capelania militar em um quartel, já supõe a visão institucional de que a espiritualidade é necessária e que, portanto, deve ser exercida de forma a gerar resultados práticos.

O objetivo do trabalho é: analisar o trabalho do capelão militar e apontar a sua influência no meio militar, uma vez que seu trabalho é fruto de sua convicção pessoal de fé. Também visa a apontar a visão institucional acerca da necessidade de espiritualidade na vida da caserna.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa segue etapas próprias, a partir da sua hipótese norteadora e adota o procedimento de observação participativa, bem como a leitura de textos de orientação teórico-metodológica e a análise geral dos resultados.

CAPÍTULO 1

HISTORIOGRAFIA E CARACTERIZAÇÃO DA CAPELANIA MILITAR

Capelania significa o cargo, a dignidade ou o ofício de capelão. O capelão é o sacerdote responsável por atender em uma capela ou prestar assistência religiosa a todos os que a esta capela pertençam, sejam seus adeptos ou familiares. A palavra capelão, cuja etimologia data de 1153 (MACHADO, 1977), tem conotação diversificada. Além do uso técnico exarado acima, pode significar, segundo alguns regionalismos, o padre-mestre, aquele que puxa orações ou ainda o “macaco velho e esperto que serve de guia para os outros do bando” (KOOGAN HOUAISS, 1998, verbete).

Para traçar este breve histórico da capelania militar no Brasil, é importante ressaltar o grande apoio que proporcionou a este autor, o uso das informações contidas na monografia de autoria do Capitão Bombeiro Militar Josué Campos Macedo, apresentada no Rio de Janeiro, em 1994. O objetivo de Macedo (1994) era propor recomendações ao Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, as quais giravam em torno da criação de uma capelania militar evangélica naquela Corporação. O documento, riquíssimo em informações históricas, é fruto de pesquisas junto ao Serviço de Assistência Religiosa do Exército Brasileiro (SAREx), mas carece, todavia, de especificação acadêmica.

1.1. PRIMÓRDIOS DO SERVIÇO RELIGIOSO MILITAR.

Na Antiguidade clássica já havia registros históricos da prestação da assistência religiosa a militares. O historiador Sozomeno, em *História Eclesiástico*, escrito

aproximadamente entre os anos 439 e 450 d.C., informa acerca das providências de Constantino, quando das incursões em guerras:

[...] cada vez que devia afrontar a guerra, costumava levar consigo uma tenda disposta a modo de capela, para quando viessem a encontrar-se em lugares solitários, nem ele, nem o seu Exército fossem privados de um lugar sagrado onde pudessem louvar ao Senhor, rezar em comum e celebrar os ritos sagrados. Seguiam-no o sacerdote e os diáconos com encargo de atender ao local sagrado e de nele celebrar as funções sagradas. Desde aquela época, cada uma das Legiões Romanas tinha a sua tenda-capela, assim como os seus sacerdotes e diáconos adstritos ao serviço sagrado (Sozomeno apud MACEDO, 1944, p.54)

Vale referir que o Imperador Constantino converteu-se ao cristianismo e oficializou-o. Com isso, devido ao assentimento de sua maior autoridade, esta religião veio a se tornar o credo religioso oficial do Império Romano. Segundo informações obtidas por Macedo (1994), junto ao chefe do SAREx, as primeiras tradições militares do Condado Portucalense, berço da nacionalidade lusa, fazem referência aos “monges soldados” das Ordens Militares, como a de Cristo. Estes lutavam juntamente com os cruzados, durante a Idade Média para a expulsão dos mouros infiéis, invasores da península ibérica.

Para substituir a Ordem dos Templários, extinta pelo Papa Clemente V, foi instituída em 1319, pelo Rei D. Diniz, de Portugal, a Cavalaria de Cristo, oficialmente denominada de Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, a qual exerceu considerável influência na formação histórico-cultural das nações posteriormente colonizadas por aquela Coroa. O Infante Dom Henrique, conhecido como o Navegador, foi o Grão-mestre da Ordem de Cristo e, ao fundar a Escola de Sagres, convocou os melhores cavaleiros da Ordem, que, senhores dos conhecimentos náuticos, se transformaram nos valorosos navegadores das grandes descobertas marítimas de então. Segundo relato de um Major capelão do Rio de Janeiro,

[...] esta é a razão porque as caravelas de Portugal que zarpavam para “mares nunca dantes navegados”, conduziam em suas brancas velas, de direito e de fato, a cruz da Ordem de Cristo, pintada de vermelho vivo, cor original da Entidade, cujas finalidades maiores eram a expansão do Império e a propagação da fé-teológica entre infiéis. (apud MACEDO, 1994, p.55).

Quando Pedro Álvares Cabral aportou na Ilha, logo batizada de Ilha de Vera Cruz ordenou a celebração, em 26 de abril de 1500, de uma missa como ato de posse da

nova terra. Esta missa foi oficiada por Frei Henrique Soares de Coimbra, superior dos Franciscanos missionários que compunham a frota Cabralina. Vale notar que esses religiosos eram Capelães da Armada de Pedro Álvares Cabral. Sendo assim, o ato religioso da Primeira Missa pode ser considerado como o primeiro serviço de assistência religiosa prestada a militares da Ordem de Cristo em nosso país.

O serviço religioso a militares no Brasil tem seu início fundamentalmente no Exército Brasileiro. Todavia, o Exército não é a primeira das armas brasileiras. A Marinha do Brasil é a Força Armada mais antiga, sendo precedida pelo Exército e, há pouco mais de cinquenta anos, pela Força Aérea Brasileira, também chamada de Aeronáutica, que é a mais moderna das Forças Armadas do Brasil (FFAA). Ainda existem as chamadas Forças Auxiliares, que são compostas pelas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos diversos Estados da Federação. Muito embora todas as FFAA e grande parte das Forças Auxiliares contem hoje com o serviço de assistência Religiosa nos seus quadros, o precursor no trabalho de capelania foi o Exército Brasileiro. Sua historiografia remonta ao período do Brasil colônia, continuou a se expandir no Brasil independente até à proclamação da República, após o que, encontra respaldo na legislação brasileira e chega a seu estágio mais estruturado como atualmente.

Em todos os episódios em que se envolveram militares e paramilitares, durante o período colonial brasileiro, encontram-se sacerdotes com participação ativa nos períodos de batalha. Eles tomaram parte das Entradas e Bandeiras e formaram, junto a portugueses e índios, as tropas para combater os invasores franceses e holandeses no Rio de Janeiro e no Nordeste. Igualmente, adentraram o território na catequese dos aborígenes, prestando também ajuda aos lusitanos na fixação de nossas fronteiras. Seu papel, dentre outros, era o de ajudar na construção de escolas, fortes e fortalezas, os quais recebiam o nome de “Jesus”, de “Maria Santíssima”, de “Santa Cruz” ou de santos católicos, cujas imagens eram logo entronizadas, de forma muito solene. Esses nomes, ditos sagrados, e suas entronizações deram origem a nomes de inúmeros lugarejos, que se transformaram em Vilas e, depois, em grandiosas cidades. São Paulo de Piratininga, oriunda do Colégio dos Jesuítas, é bem o exemplo dessas afirmações.

O Aviso Régio de 24 de maio de 1741 considerava os capelães que prestavam serviço às tropas, párocos dos soldados. Esses párocos, segundo o citado Aviso Régio, estavam sujeitos à inspeção episcopal e seu ministério se dedicava, primordialmente, aos militares. Esta norma surgiu do envolvimento dos padres nos episódios de que tomava parte o Exército Colonial. Depois deste período do Brasil-colônia a assistência religiosa aos militares no Brasil fez-se presente também após a independência da Coroa Portuguesa. Neste período, devem-se destacar Três grandes momentos históricos documentados desta assistência religiosa aos militares.

Desde 1741, já existia, legalmente, um serviço de assistência religiosa no Brasil, por força do Aviso Régio, como citado acima. Poucos anos após a independência, foi exarado o Decreto Imperial de 7 de julho de 1825, que criou o cargo de Capelão-Mor, prescrevendo-lhe as missões inerentes ao seu ofício apostólico e prevendo-lhe o uso de uniforme, assim como para os demais capelães. Estava, pois, estruturado o serviço religioso para militares. Vale lembrar que nesta época ainda faltava uma organização oficial que regularizasse esse serviço através de alguma legislação específica.

O segundo marco desta cronologia foi o Decreto Imperial nº 743 de 24 de dezembro de 1850, através do qual Dom Pedro II criou a Repartição Eclesiástica do Exército, aprovando-lhe o regulamento. Neste ponto eram especificados os direitos, as atribuições e até mesmo a fisionomia dos capelães. A Repartição Eclesiástica era composta de quatro classes de capelães: os da ativa, os agregados, os avulsos e os reformados: Também era prevista a contratação de mais sacerdotes para o preenchimento de vagas em aberto, na terminologia militar denominadas de claros. A previsão era de 24 (vinte e quatro) padres para o Exército, assim distribuídos: quatro capelães, seis primeiros-tenentes e quatorze alferes, designação esta que no Brasil, posteriormente, foi substituída por segundo-tenente.

Deve à Repartição Eclesiástica do Exército o crédito da sedimentação de todo o trabalho de assistência religiosa nos moldes em que ele se encontra hoje em dia. Além disso, ela existiu no período mais brilhante da história militar do Brasil. De fato, os capelães da Repartição Eclesiástica vieram a tomar parte de três importantes campanhas externas daquele período: contra Rosas, da Argentina (1852), contra

Aguirre, do Uruguai (1864) e contra o ditador Solano López, do Paraguai (1865-1870). Em especial, durante a Guerra do Paraguai, houve a participação efetiva dos abnegados e bravos capelães, em todas as ações de guerra. Esta informação é confirmada nos registros históricos de Tasso Fragoso, Barão do Rio Branco, Visconde de Taunay e Dionísio Cerqueira, dentre outros (apud MACEDO, 1994).

A ação desses religiosos era incentivada pelo comandante e chefe das Forças Brasileiras e posteriormente de toda a tríplice aliança, o então Marquês de Caxias, atual digníssimo Patrono do Exército. “Cristão de fé robusta”, no dizer de um de seus biógrafos, o Padre Joaquim Pinto de Campos, Duque de Caxias, imitando o Imperador Constantino, nas legiões da Roma imperial, fazia conduzir o seu altar de campanha para a celebração de cultos litúrgicos, antes e após as batalhas, no próprio campo de batalha, ou ainda nos locais de acampamento (apud MACEDO, 1994).

Daquela sangrenta guerra, nasceram grandes e belíssimos fatos históricos para o serviço religioso militar brasileiro. Destacam-se os nomes de alguns daqueles abnegados sacerdotes: Padre Carmo, capelão das forças em operação durante a “Retirada da Laguna”, o qual lutou até cair ferido nas mãos dos paraguaios, vindo a falecer como prisioneiro de guerra em Concepción (Paraguai). Também frei Salvador de Nápoles, o cônego Serafim Gonçalves dos Passos Miranda, o padre Fortunato José de Souza, o padre Antonio Eustáquilo Alves da Silva. Além destes, deve ser lembrado o nome do frei Fidélis d’Ávola, integrante do primeiro Corpo de Exército que, após a campanha, e sua promoção a coronel, foi nomeado Capelão-Mor. Ele foi o chefe da Repartição Eclesiástica do Exército, a qual durante quatro décadas veio a prestar os mais relevantes serviços aos militares brasileiros, particularmente nas cruentas guerras das quais o Brasil participou.

Ao final da Guerra do Paraguai, valendo-se da experiência que a Repartição Eclesiástica adquiriu durante o conflito, o governo imperial reformulou o serviço religioso. Em 27 de junho de 1874, foi criado o Corpo Eclesiástico do Exército. Assim, a assistência religiosa foi ampliada e estabeleceu-se uma nova regulamentação em aperfeiçoamento àquela que anteriormente oferecera sua contribuição.

A Constituição de 16 de julho de 1934, que foi a segunda carta magna desde a proclamação da República, permitiu a prestação do serviço religioso durante as expedições militares, sem ônus para os cofres públicos nem constrangimentos ou coação dos assistidos. Este serviço estava restrito aos sacerdotes brasileiros natos. Neste tempo, apesar de já se encontrar consideravelmente evoluído e gozando dos avanços proporcionados pela constituição de 1934, o serviço ainda não contava com qualquer respaldo jurídico. Tal legislação tornou-se propícia na ocasião da constituição da gloriosa FEB, a Força Expedicionária Brasileira, que atuou, orgulhosamente defendendo os interesses de nossa nação, no teatro de operações europeu, na Segunda Guerra Mundial.

Com a finalidade de atender à Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária, foi criado um “Serviço de Assistência Religiosa” (SAR/FEB), através do Decreto-Lei nº 5.573 de 26 de maio de 1944. Observe-se o episódio inusitado a partir do qual isso ocorreu. Em 1944, relatos orais dão conta que após o desfile dos expedicionários que partiriam para Itália, o presidente Getúlio Vargas perguntou ao cardeal do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara, qual era a sua opinião sobre o desfile. O cardeal respondeu que muito o apreciara, mas que faltava alguma coisa. O Presidente indagou sobre o que estaria faltando, ao que o cardeal respondeu: “Os Capelães para dar a assistência ao soldado no campo de batalha” (apud MACEDO, 1994, p.57). Getúlio Vargas se comprometeu, ali mesmo, a suprir tal deficiência e o decreto-lei nº. 5.573, anteriormente citado, foi editado dias depois.

Seguiram com a FEB para a Itália, trinta padres católicos e dois pastores evangélicos. Dentre os quais, cumpre destaque ao monsenhor João Pheeny, capelão-chefe do SAR das Forças Armadas, tendo também participado do último contingente do Batalhão Suez, na Faixa de Gaza. Os dois primeiros capelães militares evangélicos da história do país estiveram presentes nesta campanha. Primeiro o pastor João Filson Soren, que também foi pastor da Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro por cinquenta anos (1935-1985), tendo sido o capelão militar do 1º RI, Regimento de Infantaria, denominado Regimento Sampaio, e que foi o precursor da capelania evangélica. Também o pastor Juvenal Ernesto da Silva, pastor metodista em São Paulo, que foi o capelão do 6º RI Regimento de Infantaria, denominado Regimento Ipiranga.

Digno de primoroso registro histórico foi a figura do capitão capelão frei Orlando (nascido Antonio Álvares da Silva). Mineiro de Abaeté, vítima fatal de um tiro de fuzil, disparado, acidentalmente, por um civil italiano que tentava retirar uma pedra engastada na roda de um *Jeep*. Tal fato se deu em 20 de fevereiro de 1945, véspera da batalha de Monte Castelo, quando o capelão se dirigia à frente de combate para assistir aos soldados do 11º RI. O Decreto nº. 20.680, de 28 de janeiro de 1946, concedeu a frei Orlando, o título de Patrono do Serviço de Assistência Religiosa do Exército, em virtude de sua morte em plena guerra.



Figura 1. Capelão católico, patrono do SAREx.
Fonte: Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br>. Acesso em 02 Ago. 2006.

SAR/FEB foi extinto em fins de 1945, quando do regresso da Força Expedicionária Brasileira do campo de batalha. Esta extinção já estava prevista nas normas existentes. Todavia, a continuidade desse serviço e a sua extensão às demais Forças Armadas se faziam cada vez mais necessárias, o que veio a ocorrer através do Decreto-Lei nº. 8.921 de 26 de janeiro de 1946, regulamentado pelo também

Decreto-Lei nº. 21.495 de 23 de julho de 1946, conforme relata Macedo (1994) em seu apanhado histórico.

O serviço de assistência religiosa às Forças Armadas no Brasil encontrou sua consistência legal e definitiva na Constituição de 18 de setembro de 1946, que veio consolidar, definitivamente, sua atuação em termos mais explícitos do que os da Constituição de 1934. Através do parágrafo 9º do Art. 141 desta nova lei, a assistência religiosa deveria ser prestada às Forças Armadas, quando devidamente solicitada pelas forças singulares (Marinha, Exército, Aeronáutica) e executada por sacerdotes ou ministros religiosos, de qualquer religião ou culto não atentatório à disciplina, à moral ou à lei existente. O Regulamento de 1946, bastante amplo e detalhado, previa a chefia única para os capelães tanto da Marinha, quanto do Exército ou da Aeronáutica. Esta chefia centralizada seria subordinada inicialmente ao Conselho de Segurança. Editou-se uma norma, através da qual, a maior autoridade eclesiástica da capital federal (Cardeal do Rio de Janeiro), era constituída como Prelado dos Militares Católicos.

Outro importante passo na evolução histórica do serviço de assistência religiosa, encontrou consistência na Lei nº. 5.711, de 8 de outubro de 1971 e respectivo regulamento de 1972. A principal mudança que esses dispositivos legais provocaram no serviço de assistência religiosa foi a descentralização da chefia, cabendo uma chefia própria para cada força singular. Assim surgiu o SAREx, que ficou subordinado ao Departamento Geral do Pessoal do Ministério de Exército. A seguir, entrou em vigor a Lei nº. 6.923, de 29 de junho de 1981, que criou o atual Quadro de Capelães Militares para o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas (SARFA). Ela assegurava direitos aos capelães, dentre outros o direito à inatividade, além de especificar para cada força singular, o número de vaga para capelães e seus postos. Esta lei, em grande parte vigora nos dias atuais, respeitando as portarias específicas de cada força singular sobre a matéria.

A citada Lei, posteriormente regulamentada, fixava os efetivos do SAREx, destinado ao Exército um número de 50 Capelães Militares, distribuídos desde o posto de coronel a segundo tenente (este efetivo foi ampliado, através da Lei nº. 7672, de 23 de setembro de 1988, para 67 capelães). O Ministério do Exército, em face da lei acima mencionada, baixou a Portaria nº. 1.348, de 21 de dezembro de 1981:

“Instruções gerais do serviço de assistência religiosa do exército” (IG 10-50), dispositivo legal, atualmente em vigor, que determina, dentre outras especificidades, a instauração de uma cúria militar, a partir de uma Constituição Apostólica, denominada *Spirituali Militum Curae*.¹

Em 1989, foi celebrado um acordo entre o Brasil e a Santa Sé, sendo constituído um Ordinariado Militar, para a promoção, de maneira estável e conveniente, da assistência religiosa aos fiéis católicos, membros das Forças Armadas Brasileiras. O Ordinário Militar é nomeado por Roma e sustentado pela União. A sede da Arquidiocese e sua Cúria localizam-se em Brasília-DF, numa repartição do Estado Maior das Forças Armadas. O cargo é ocupado por um arcebispo nomeado pelo Papa e tem jurisdição sobre todo trabalho das capelanias militares em território nacional, sejam das FFAA (Forças Armadas) ou da Forças Auxiliares, sejam de capelanias católicas ou evangélicas.

Desde a sua implantação através do acordo diplomático, três Arcebispos já se sucederam no posto de maior autoridade eclesiástica militar do nosso País. O atual Ordinário Militar é dom Osvino José Both, que assumiu suas atribuições em agosto de 2006. Além do Ordinário Militar, a arquidiocese militar conta ainda com a presença de um bispo auxiliar para exercer suas funções episcopais em apoio ao arcebispo nas suas obrigações pastorais pelo Brasil afora.

Considerando-se os atuais efetivos das Forças Armadas, e Forças Auxiliares, constata-se um grande percentual de católicos e evangélicos (censo de 1990). Se também forem considerados os familiares desses militares e os funcionários civis dos Ministérios, Policiais Militares Estaduais e Corpo de Bombeiros, chega-se ao universo de cerca de três milhões de pessoas (tabulação ainda do censo de 1990). Estes fiéis são atendidos por 172 (cento e setenta e duas) capelanias militares, segundo dados de Macedo (1994).

Em síntese este é o relato do Capitão BM Josué Macedo sobre a história da assistência religiosa aos militares no Brasil, desde a celebração da primeira missa por um sacerdote integrante de uma tropa militar até o que se conhece do SARFA (Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas) na atualidade.

¹ Traduz-se por Cúria da espiritualidade (capelania) militar.

1.2. A CAPELANIA EVANGÉLICA

Os primórdios do trabalho de capelania evangélica nas FFAA brasileiras remontam a Segunda Grande Guerra. Os dois primeiros bravos “guerreiros de Cristo” se apresentaram mediante uma convocação do Exército Brasileiro feita para padres e pastores voluntários que desejassem servir às tropas e que seguiriam para o conflito na Itália. Faz-se necessário repetir seus nomes: João Filson Soren, pastor batista, do Rio de Janeiro e Juvenal Ernesto da Silva, pastor metodista de S.Paulo. Ambos se apresentaram no ano de 1944 como voluntários ao Exército Brasileiro. Esses capelães estavam se entregando à sua pátria, para a realização dos ofícios religiosos em plena Guerra Mundial. Junto do ofício do Ministério da Guerra foram apresentados os seus currículos e todos os demais documentos previstos e necessários.



Figura 2. Pastor João Filson Soren, pioneiro da capelania militar evangélica.
Fonte: Capela Evangélica da Vila Militar (2004). Disponível em: <http://www.CEVM - Capela Evangélica da Vila Militar.htm>. Acesso em 10 Jan. 2006.

Com muita coragem e convicção, o pastor João Filson Soren, mestre em teologia por uma faculdade teológica nos EUA, apresentou-se para servir como capelão. Foi designado para o 1º RI (Regimento Sampaio), ficando adido ao seu Estado-Maior. O pastor Juvenal Ernesto da Silva incorporou no 6º RI (Regimento Ipiranga). O capelão

Soren destacou-se por sua camaradagem junto aos oficiais e praças. Prestou assistência aos militares evangélicos e a todos os que, voluntariamente, se apresentavam pedindo sua ajuda e apoio. Eram dias de crise, de muita angústia e saudades da família. O capelão Soren realizou várias palestras para levantar o moral da tropa. Muitas vezes enfrentou o frio e neve das montanhas geladas da Itália. Fez trabalho conjunto com o pessoal da Cruz Vermelha, ajudou na prevenção e combate a doenças venéreas. Realizou diversas instruções de educação moral e cívica para a tropa. O pastor Soren realizou diversos cultos, reuniões de oração na retaguarda do seu regimento, o 1º RI, Regimento Sampaio. O serviço de correspondência deste regimento ficou também entregue à sua responsabilidade.

Quanto ao resgate das vítimas da guerra e o reconhecimento de seus corpos, o capelão cumpriu tal tarefa com ousada determinação. Atravessou lugares de difícil acesso a fim de levar a mensagem da fé cristã aos combatentes. Organizou o primeiro coral evangélico dos combatentes da II Guerra Mundial. Ao final do mesmo ano de 1944, o pastor Soren foi promovido ao posto de 1º Tenente Capelão do 1º RI (Regimento Sampaio), por respaldo legal vindo do Ministério da Guerra. Digno de nota é a estima e respeito que pastor Soren tinha junto a seu comandante, e dos oficiais e praças do seu Regimento. Nos anexos a este trabalho estão as publicações originais dos elogios ao capelão militar, exarados pelo comandante geral da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e pelo comandante do Regimento Sampaio. No auxílio ao trabalho do Capelão Soren se destacou o soldado João Lemos que também era pastor batista.

O capelão Soren redigiu o seu *Diário da Guerra* e o livro de arrolamento de todo o pessoal evangélico e dos demais, que, voluntariamente, preferiram ter assistência religiosa evangélica. Soren foi um dos oficiais mais galardoados com medalhas e condecorações pelos atos de bravura e bons serviços prestados na guerra. Foi alvo de elogios do Comando Aliado, quando recebeu a medalha *Solver Star* do Exército dos Estados Unidos da América. O “soldado de Cristo” conquistou muitas amizades em todo o mundo, pelo seu exemplo e abnegação ao serviço da pátria. Ele foi o idealizador da insígnia do Serviço de Assistência Religiosa Evangélica do Exército Brasileiro (SAREx), a qual é oficialmente utilizada no uniforme militar daquela corporação. Individualmente foi o precursor de todos os capelães militares

evangélicos, sendo um marco para este serviço. Segue-se um apontamento dos principais trechos da entrevista concedida pelo capelão Soren ao capitão Josué Campos Macedo:

- Sobre o ingresso no Exército Brasileiro:

No ano de 1944 apresentei-me como voluntário para exercer o cargo capelão de capelão junto as Tropas da Força Expedicionária Brasileira. Neste mesmo ano o Ministro da Guerra, Marechal Eurico Gaspar Dutra nomeou-me para servir no 1º Regimento de Infantaria do Exército Brasileiro (Regimento Sampaio). Fiquei adido ao Estado Maior do Regimento, sob o comando do coronel Agnaldo Caiado de Castro. Meu ingresso deu-se através do ofício com currículo enviado do Ministério da Guerra, com sua devida aprovação. Nesta época, por ordem do presidente da República, o Exército Brasileiro convocou pastores e padres voluntários para servirem junto às Forças Expedicionárias no *front* de batalhas.

- Síntese da Atuação na II Guerra:

Realizei diversas missões junto às Forças Expedicionárias, dando assistência aos oficiais e praças. Em síntese, posso descrever os seguintes trabalhos: celebração de cultos, aconselhamentos pastorais, principalmente nos momentos mais críticos; reunião de oração em pequenos grupos; entrega de correspondência dos militares; identificação das vítimas e reconhecimento dos corpos dos militares para o pelotão de sepultamento; entrega de literatura para alento e conforto espiritual; realização de palestras para o pessoal do batalhão; celebração da cerimônia fúnebre. Atuei juntamente com a Cruz Vermelha internacional no resgate dos feridos, levando-lhes uma palavra de apoio espiritual para elevar-lhes o grau do moral. Também escrevi um diário da guerra e arrolamento dos militares evangélicos, bem como a confecção do registro dos óbitos. Muitas vezes atravessei montanhas com neve para dar assistência às vítimas. Cruzei lugares de difícil acesso, penhascos e abismos a fim de levar socorro material e espiritual aos demais companheiros de farda, enfrentei o frio, o cansaço e a fome. É interessante que no batalhão havia um soldado que também era pastor batista, seu nome João Lemos. Ele ajudou-me bastante na assistência às praças e na ministração dos serviços religiosos e atendimento às vítimas da guerra. Os cultos no campo de batalha são realizados na retaguarda do batalhão. Com boa assistência por parte dos oficiais e praças, sempre realizados em momentos favoráveis, e com permissão do comandante. Cooperamos com o Comando no combate às doenças venéreas, à indisciplina e visita aos feridos, quer na linha de frente, quer nos hospitais de guerra.

- Sobre a efetivação no posto de Oficial Capelão:

O Ministro da Guerra ordenou ao Comando Geral do 5º Exército a atribuição de postos dos capelães. Estes já estavam no círculo dos oficiais, mas ainda não tinham patentes, apesar de ter honras de capitão. O capelão mais antigo foi promovido ao posto de tenente-coronel. Para cada Regimento de Infantaria foram promovidos um capitão e dois 1º tenentes. Sinto-me honrado em poder servir o meu país e abrir espaço aos pastores evangélicos vocacionados para a Capelania Militar nas Forças Militares. Sou grato ao eterno Deus por este grande privilégio. A importância do trabalho de assistência religiosa nas Forças Armadas se dá não apenas do ponto de vista histórico e prático.

O que se viu na entrevista do capelão Soren, falecido na noite de 2 de janeiro de 2002, aos 93 anos de idade, comprova a exeqüibilidade deste trabalho. Mas, além de ser uma questão de fato, ela o é também de direito. Há uma vasta legislação brasileira que instiui, regulamenta e acompanha o trabalho de capelania no Brasil. Acompanhadas de suas ementas ou principais artigos, são elas:

- Constituição Federal: Artigo 5º Item VI – É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, em forma da lei a proteção aos locais de culto e suas liturgias.
- Lei n.º 6.923 de 29 de junho de 1981: rege o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas, atualizada pela lei n.º 7.672, de 23 de setembro de 1988. Diário Oficial da União (DOU), de 26 de setembro de 1988.
- Portaria do Ministério do Estado do Exército Brasileiro n.º 1348, de 21 de dezembro de 1981: instruções Gerais para o funcionamento do Serviço de Assistência Religiosa no Exército (IG 10-50). DOU de 23 de dezembro de 1981 – Boletim do Exército (Bol EX) n.º 1.

É importante ressaltar que para o ingresso no Quadro de Capelães Militares nas Forças Armadas, os itens VI e V do Art. 18, da Lei n. 6.923, de 29 de junho de 1981, têm como uma das considerações:

- IV. Ter curso de formação teológica regular de nível universitário, reconhecido pela autoridade eclesiástica de sua religião.
- V. Possuir, pelo menos, 3 (três) anos de atividades pastorais.

Segundo a Constituição do Estado do Rio de Janeiro:

- Art. 22 - § 1º: É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, em forma da lei a proteção aos locais de culto e suas liturgias.
- Art. 22 - § 12 – Será designado para as corporações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar um pastor evangélico que desempenhará a função de orientador religioso, em quartéis, hospitais e presídios, com direito a ingressar no Oficialato Capelão.

Além destas leis ou decretos gerais, há ainda as legislações específicas para cada força singular, quando da publicação de um edital de concurso público para a contratação de capelães.

1.3. OS PRIMEIROS CAPELÃES EVANGÉLICOS NA FAB

A citada Lei n. 6.923, de 29 de junho de 1981, prevê a contratação de pastores evangélicos, cuja formação é de nível superior em seminários reconhecidos por sua instituição eclesiástica, e sua inclusão no quadro de capelães da Marinha, Exército e Aeronáutica, conforme a necessidade e a possibilidade de cada Força. O número de militares evangélicos no efetivo da força singular é o que determina a necessidade de contratação e a alocação do capelão evangélico.

Desde a criação da Lei, o Exército, após efetivar os dois capelães voluntários, contratou novos capelães e os incluiu no seu QCM (Quadro de Capelães Militares), juntamente com os capelães de confissão Católica Apostólica Romana já existentes. Treze anos depois, em 1984, foi a vez da Marinha do Brasil contratar capelães evangélicos. Os primeiros capelães foram contratados como oficiais temporários e depois foram efetivados e incluídos no quadro de capelães militares. A peculiaridade da Marinha está em que em algumas contratações ela abriu vaga para um pastor batista e um da Assembléia de Deus. Tudo isso justificado pelo número de militares em seu efetivo que pertenciam a estas denominações. Em 2003, o Exército contava com oito capelães evangélicos de carreira, um capelão temporário contratado e a Marinha contava com sete capelães evangélicos em seu quadro de capelães.

Naquele mesmo ano, a Força Aérea Brasileira abriu três vagas no QCOA (Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica) para a especialidade pastor. As exigências para o ingresso neste quadro foram as mesmas que constam na lei 6.923 e da legislação específica do edital do concurso em nível nacional. O ingresso seria naquele ano e, por ser temporário, seria renovado a cada ano até o limite de oito anos. Os três pastores que ingressaram na Força Aérea Brasileira são das seguintes denominações: Convenção Batista Brasileira (CBB), Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) e Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). Foram alocados em regiões sob a jurisdição e subordinação dos Comandos Aéreos Regionais (COMAR), no Rio de Janeiro (COMAR 3), em Brasília (COMAR 6) e em São Paulo (COMAR 4), respectivamente.

A região onde o capelão-pastor autor deste projeto atua e em que esta pesquisa foi realizada é a do COMAR 4, que abrange as organizações militares da Força Aérea Brasileira nas cidades de São Paulo, Guarulhos, Santos, São José do Campos, Guaratinguetá e Pirassununga, todas no Estado de São Paulo, incluindo-se a cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul.



Figura 4. Fotos de culto promovido pela capelania militar evangélica. Fotos do autor (2006).

Capítulo 2

A QUESTÃO RELIGIOSA NA CASERNA

A partir da análise da psicologia da religião de Gustav Carl Jung², este capítulo apresenta dados sobre a influência da religiosidade na moral e ética dos militares. Por consequência, esta influência deve atingir os valores sociais e familiares, a hierarquia militar e a visão de mundo adquirida por uma pessoa ao integrar as fileiras de uma carreira militar.

Jung considera a religião uma estrutura psicológica da personalidade humana. Portanto, a religião ocupa lugar importante na experiência humana e, por conseguinte, esta importância não é menor no ambiente militar. Tal olhar sobre as crenças religiosas pode consolidar-se como factível contribuição ao trabalho dos capelães militares. Sobretudo, porque o papel do capelão militar traduz-se no papel do “guia espiritual”. Este adjetivo é apresentado na obra *Psicoterapia e direção espiritual* (1995), na qual Jung entende o homem passível de necessidades espirituais que só podem ser supridas por sua experiência de encontro com o numinoso. O facilitador deste encontro é o guia espiritual que, segundo Jung, deveria ser procurado pelas pessoas que sofrem, assim como quando estão doentes fisicamente, elas procuram por um médico.

A escolha de uma compreensão psicológica das crenças religiosas parte do compartilhamento do autor deste trabalho com outros autores que defendem a espiritualidade como parte constituinte do ser-humano. O homem é um ser irremediavelmente religioso e, sendo a espiritualidade parte da constituição humana, o autor deste trabalho aponta um caminho para compreender o fenômeno religioso, dentro ou fora da caserna, o caminho da psicologia. Ou, no dizer do próprio Jung:

² Carl Gustav Jung nasceu em Kesswil, cantão da Turgóvia, região às margens do lago Constança, Suíça, no dia 26 de julho de 1875. Filho de Johann Paul Jung, pastor protestante da igreja reformada e de Emile Preiswerk. Sua mãe era uma dona de casa instruída e culta que o incentivou à leitura do Fausto (de Goethe) na adolescência. Idealizador da psicologia analítica, é considerado um dos mais importantes pensadores do século XX.

[...] para compreender as coisas religiosas acho que não há, no presente, outro caminho a não ser o da psicologia. Daí o meu empenho em dissolver as formas de pensar, historicamente petrificadas e transformá-las em concepções da experiência imediata. (JUNG, 1988, p.56)

Como capelão militar, o autor deste trabalho tem a oportunidade de observar peculiaridades da carreira militar em diversos aspectos, sobretudo no tocante às crenças religiosas. Dos estudos da psicologia parte a convicção de que a religião é também constituinte da formação da personalidade humana. E observa-se que a religiosidade provavelmente contribui e influencia fortemente na formação do caráter e da cosmovisão da pessoa que vive no quartel.

Caserna é palavra de origem francesa, *caserne*, do Francês provençal, e significa habitação de soldados, dentro de um quartel ou praça fortificada. Também em Francês, a palavra quartel deriva de *quartier*, significando o edifício onde se alojam tropas, aquartelamento, habitação, moradia, abrigo. (AURÉLIO, verbetes). E a vida no interior da caserna adquire sentido próprio. Ou seja, há aspectos culturais, linguagem, gestos e atitudes que são dotados de sentido apenas dentro do contexto do quartel. No dizer de Goffmann (1974) trata-se da cultura adquirida em uma instituição total. Há uma expressão corriqueira nos quartéis segundo a qual a vida na “bolha” é diferente. Entenda-se por bolha o interior de uma organização militar. O soldado vive grande parte do seu tempo dentro de um quartel. Em tempos de guerra ou de iminência de guerra este tempo passa a ser integral.

Portanto, a caserna é o local onde a pessoa militar trabalha, pratica esportes, alimenta-se, relaciona-se socialmente, diverte-se, dorme, acorda e começa tudo novamente. Não é sem razão que dentro de uma organização militar trabalhem militares também voltados para as ciências médicas, sociais e humanas. É neste contexto que encontramos militares da área da saúde, do campo religioso e outros.

Mas, qual lugar ocupa a religião no imaginário do militar? Ele é uma pessoa que ao adentrar na carreira militar irá adquirir uma nova forma de ver o mundo, principalmente o mundo dentro da caserna. Seria então a espiritualidade no quartel apenas algo rotineiro dentro da sua “nova” vida, ou algo realmente significativo para construção desta cosmovisão militar? Ou ainda, o militar pautaria a sua vida e seus valores levando em conta os valores religiosos recebidos e previstos no trabalho de

assistência religiosa no quartel? Ou esta assistência religiosa em nada influencia sua vida?

Jung (1988) observou que a religião está presente no tempo mais primitivo da vida humana e da constituição do mundo. Considera a religião uma estrutura psicológica da personalidade humana. Mesmo aqueles que não professam uma confissão religiosa, têm por influência dos arquétipos, alguma conexão com o simbolismo religioso no seu inconsciente. Os conteúdos simbólicos da religião são parte do que ele chamou de inconsciente coletivo. O inconsciente coletivo, dotado de propósito ou intencionalidade, cuja força energética repousa em elementos primordiais ou arcaicos denominados arquétipos, é determinante dos fatos psíquicos. Para Jung, toda religião constitui a manifestação espontânea de certo estado psíquico.

Há alguns exemplos destes estados psíquicos que podem ser confirmados pela experiência religiosa. Eles são simbólicos e aparecem ou se expressam através de sonhos, da sincronicidade de eventos, do pressentimento de que algo deverá acontecer e, mormente, da independência da alma humana que, segundo Jung, busca por si mesma uma relação com o sagrado e com o desconhecido religioso. Descobre-se, então, que é da alma humana que parte a necessidade da relação com um deus. Por isso para Jung, como se pode constatar na obra *Psicologia da religião oriental e ocidental* (1988), o ser humano é um ser religioso em essência.

O trabalho de capelania numa organização militar é um trabalho de assistência religiosa. Portanto, não pode estar relacionado apenas a uma confissão de fé ou opção religiosa que se privilegie em detrimento de outras. Jung (1988) afirma que o psicólogo não pode considerar a pretensão que tem todo credo religioso: a de ser único dono da verdade. O estudioso da religião concentra sua atenção no aspecto humano do problema religioso, abstraindo o que as confissões religiosas fizeram com ele. É nesta mesma perspectiva que aqui se disserta sobre a questão religiosa na caserna. Ou seja, uma proposta que considera a religião como crenças religiosas e não como uma confissão de determinado credo.

Portanto, para elaborar tratativas sobre a questão religiosa na caserna, há neste capítulo pesquisas bibliográficas, tanto no campo das Ciências da Religião, quanto da Psicologia. Espera-se construir uma ponte entre as duas ciências. Não como um

uso instrumental de uma por outra. Mas na intersecção que há nos dois conhecimentos humanos, conforme a abordagem de Josias Pereira, em sua dissertação *Fé como um fenômeno psicológico* (1998).

Em outro texto *Psicoterapia e direção espiritual* (1995), Jung afirma que o homem tem necessidades espirituais. E a questão que se deseja responder é se estas necessidades estão ou não estão sendo tangenciadas ou supridas no trabalho de capelania militar. Esta questão deve permear todo o trabalho, portanto, é o problema norteador da dissertação. Mas, não aderindo ao pragmatismo que tudo mede por seus resultados, aqui se procura, todavia, estabelecer uma relação bastante honesta do que o trabalho de assistência religiosa militar contribui efetivamente para atender o homem em suas reais necessidades.

2.1. A QUESTÃO RELIGIOSA – O HOMEM

“Desejo conhecer a Deus e a alma humana. Nada mais? Absolutamente nada” (SANTO AGOSTINHO, 1998, p. 21). Mas, o que é o homem? Os diferentes ramos da ciência se prestam a ocupar boa parte de seus intentos nesta questão. Defini-lo e conhecê-lo, do ponto de vista da religião, é o que propõe esta seção. Isto porque é este ser humano o alvo do trabalho de assistência religiosa na caserna.

Santo Agostinho (354–430 d.C.) ao tratar sobre o problema do mal defende que Deus é a fonte de tudo o que é bom, não podendo ser ele o autor do mal. Todavia, sendo um dos atributos de Deus a justiça, ele deve retribuir com recompensas aos bons e com castigos aos maus (1995, p. 25). Ora, o homem recebe recompensas e castigos, vivencia tanto o bem quanto o mal. Desta forma, ele é ao mesmo tempo sujeito executor do mal, e também está sujeito ao mal, uma vez que o prova na sua experiência. Isso traz excelente contribuição na tarefa de conhecer o homem à medida que se examina a teologia agostiniana da fonte do mal.

O homem é um ser sujeito às suas paixões e, segundo Agostinho, é pelo domínio das paixões que o homem é levado à prática do mal (1995, p. 29). O pecado é fruto da paixão. Embora existam males cuja motivação não seja a paixão, o que leva ao questionamento se de fato pode aquele ato ser chamado de mal. Agostinho utiliza-

se do exemplo do soldado quando mata um inimigo que, ao puxar o gatilho, o faz como ele mesmo, ministro da lei e, portanto, não está sujeito a nenhuma paixão. É neste aspecto que há o questionamento se esse homicídio pode ser chamado de mal, uma vez que não tenha sido motivado pela paixão.

Para conhecer o homem sob o ponto de vista da religião é necessário que se examine o conceito de pecado. Segundo João Calvino (1509-1564), pecado é a transgressão da lei de Deus. Toda e qualquer repugnância contra a lei de Deus é pecado, ou ainda a própria oposição à justiça é também pecado. Os homens são ordenados a amar a Deus de todo o coração, com todas as forças e com todo o entendimento. Um dos pilares da doutrina calvinista é a total depravação do homem. Nela, o homem é compreendido como alguém absolutamente incapaz de escolher o bem e praticá-lo por si só, pois todo o seu ser está deteriorado pela herança maldita de Adão que, ao desobedecer a Deus, condenou toda a raça humana a viver sob o domínio do pecado. O homem é, portanto, impossibilitado de cumprir a lei de Deus.

É certo que esta lei não é mesmo cumprida. Isso se nota, por exemplo, com a mínima inclinação da mente humana de abandonar o amor de Deus em troca da vaidade. Portanto, aquele que nega que qualquer concupiscência da carne é pecado deve, por conseguinte, negar que o pecado é transgressão da lei. Não se trata, segundo Calvino, de qualquer desejo primário da natureza humana, trata-se, todavia, daquelas paixões desenfreadas que são opostas aos mandamentos e instituições de Deus (apud WILES, 1966, p. 203).

Ao refutar uma doutrina anabatista de seu tempo, segundo a qual o homem podia tornar-se inteiramente puro após sua conversão, Calvino reafirmou que o homem continua sujeito ao pecado. Todavia, obedecendo à lei de Deus ele não está mais sujeito ao domínio e à culpa do pecado. O poder do Espírito (lei de Deus) liberta o homem do domínio do pecado. Há exemplos do que Calvino chama de pecado e de qual é a função do Espírito na regeneração do homem:

O Espírito de Deus não é cúmplice de homicídio, fornicação, bebedeira, orgulho, contenda, avareza e engano; é autor de amor, castidade, sobriedade, modéstia, paz, moderação e verdade. Aprendemos das Escrituras que o Espírito nos é dado a fim de que Ele nos santifique e nos leve a obedecer à justiça de Deus. (apud WILES, 1966, p. 224).

A teologia cristã entende o pecado como uma hereditariedade, desde Adão a todo e qualquer ser humano que viesse a existir (todo homem), e a todas as partes deste homem (homem todo). Este é o pecado original. Para os pais da igreja, o pecado original é a depravação da natureza humana que era originalmente boa e pura. Calvino desenvolveu seu próprio conceito de pecado original:

[...] depravação hereditária e corrupção da nossa natureza, o qual se estende a todas as partes da alma, tornando-nos, em primeiro lugar merecedores da ira de Deus e, em segundo lugar, produtores daquelas obras que as Escrituras chamam de “obras da carne”. O pecado, portanto, faz do homem escravo de suas paixões. (apud WILES, 1966, p. 219).

Todavia é a razão, e não a paixão, que faz do homem um ser diferenciado. A razão é o atributo humano que o diferencia qualitativamente dos demais seres vivos. É ela que o sobrepõe, por exemplo, aos animais. Segundo Agostinho, o homem se distingue dos demais seres vivos, sendo o único que tem consciência que está vivo. Para ele, melhor do que viver é poder se dar conta de que se vive. Isso comprova a existência da razão humana. Ela, por sua vez, é o instrumento com o qual o homem exerce o domínio sobre todos os outros seres vivos e sobre si mesmo. Agostinho defende que o homem sábio, que se afasta do mal, é aquele que vive submisso à razão. Quando a mente domina a paixão, o homem consegue controlar-se da vulnerabilidade ao mal (SANTO AGOSTINHO, 1995, p. 48). Nota-se aqui o critério do homem racional, portanto que controla suas paixões e por isso torna-se um homem melhor, ou “justo” no dizer de Agostinho (p. 48).

Esta qualificação humana, a razão, tem especial importância quando se tenta descrever o sujeito religioso imerso na realidade da caserna. A disciplina e a hierarquia, bases do fundamento da vida militar, estão fincadas puramente na razão. Há de se ter força de mente e muito condicionamento mental para se reproduzir os ganhos da “doutrina” militar. Nota-se, de igual forma, que o exercício da religião na caserna possui estas facetas da razão e da reflexão, que são facilmente identificáveis na prática diária. Muito do que se produz em termos de trabalho religioso está substancialmente associado a todo o *modus vivendi* da caserna. É fácil notar, por exemplo, o predomínio da razão sobre a emoção em quase todas as cerimônias religiosas no meio militar. Todavia, mesmo o uso da razão nas práticas religiosas é sempre utilizado para o bem-estar do militar e de seus familiares. Este é

o sentido do que diz João Calvino sobre o conhecimento de Deus. Segundo ele, todo conhecimento concedido por Deus ao homem tem o objetivo maior de que o homem O conheça, para o seu próprio bem (apud WILES, 1966, p. 49). Este é também um objetivo programado do trabalho de assistência religiosa na caserna. Observe-se o que diz uma portaria do Exército Brasileiro, quanto à finalidade do trabalho de capelania:

A assistência religiosa tem por objetivo a elevação do moral individual dos integrantes do Exército e um convívio fraternal e harmonioso do homem, tanto em sua organização militar como em seu ambiente familiar e comunitário. (PORTARIA n.º 115 § 1º). DGP, 10 de junho de 2003.

A necessidade de meios ou situações que promovam melhoria no homem, sendo a religião um destes, aponta para o fato de que este ser humano é um ser em aperfeiçoamento, precisa do bem, pois ele mesmo é mal. O mal está no homem e este no mal. Ou nas palavras de Agostinho: “Confessa que tudo quanto tens de bom em ti mesmo vem de Deus; tudo quanto de mal, de ti mesmo. Nada é nosso, senão o pecado” (1995, p. 234). Parece ser este um retrato por demais pessimista do homem. Mas este é o resultado, segundo Calvino, de uma análise honesta e séria das Escrituras Sagradas. Todavia, indo adiante, a visão cristã sobre o homem carece ainda de outras contribuições.

Percorrido este caminho, chega-se à teoria do aniquilamento desenvolvida por Rudolf Otto (1869-1927). Segundo este autor (1985) o contato com o *numinoso* (o sagrado)³, leva o homem a perceber o seu estado de criatura. Isto é, a sua abismal distância qualitativa do sagrado, mediante a descoberta e o encontro com o ser “totalmente outro”, poderoso, terrível e inefável. O homem se vê como mera criatura diante do Criador. Quanto maior a busca pelo *numinoso*, maior o convencimento de seu estado de aniquilamento e de dependência do sagrado. Neste sentido, Otto explora o conceito de Schleiermacher de “sentimento do estado de criatura”. Diz ele:

Dependência, no sentido do que disse Schleiermacher: “sentimento do estado de criatura”. O sentimento da criatura que se abisma no seu próprio nada e desaparece perante o que está acima de toda a criatura. (OTTO, 1985, p.19).

³ Segundo o dicionário Aurélio: *Numinoso*, *nume* é a divindade, o sentimento único vivido na experiência religiosa, a experiência do sagrado, em que se confundem a fascinação, o terror e o aniquilamento.

Também Otto fala da pequenez do homem ressaltada na grandeza de Deus. O resultado é o reconhecimento de sua nulidade.

Este sentimento [sentimento de criatura] *numinoso* [poder, *majestas*, zelo e ira de Deus] forma, por assim dizer, a matéria da humildade religiosa. (Ibid., p. 30)

Ou ainda:

Mas que sou eu? Que é uma coisa? Sou realmente, e toda a coisa é realmente? Que é este eu? Que é este tudo? Nós só somos, porque tu és e queres que sejamos. Pobres pequenas essências que, comparadas contigo e perante a tua essência, devem-se chamar figuras (esquemas), sombras e não essências. (Ibid., p. 33).

O homem, a partir desta perspectiva niilista, no sentido filosófico que significa redução de si mesmo a nada, vê brotar deste auto-aniquilamento, outro conceito fundamental: a sua dependência e necessidade de contato e do encontro com o sagrado. Caminha-se, assim, na compreensão religiosa do homem, que qualquer ser humano é um ser que precisa relacionar-se com o *numinoso*. Esta necessidade de um deus faz do homem um ser irremediavelmente religioso. O *religare* (significado latino da palavra religião) encontra neste ponto sua total aplicação. Pois, o homem é um ser que precisa se religar ao de que se desligou em algum momento. É neste ponto que Otto enxerga a ligação humana com o *numinoso* como uma ligação implícita, pré-existente. Ele compara este encontro com o fascínio da alma musical que sem conhecer uma categoria de música, ao ouvi-la é como se já a conhecesse, dada a facilidade e a fluência no aprendizado.

Tal qual existe a alma musical, que dá conta de que povos de outras culturas conheçam gostem e toquem com avidez nossas músicas, isto porque existe dentro deles uma tendência para a música. Dessa mesma forma o homem se identifica com o *numinoso* apresentado a ele. Mesmo que leia o relato da ira e do terror de Javé em Ex 4.26 (Ibid., p. 86).

Pode-se, a partir destas afirmações, definir o homem como um ser religioso. Se há uma identificação tão clara, uma confluência tão explícita, segue-se que não é possível definir o ser humano sem que o façamos a partir da contribuição da religião. Vê-se, nesta citação, que a religião é algo implícito na alma humana:

[...] torna-se clara uma tendência genuinamente una, estranha e poderosa, para um bem que só a religião conhece e que não é, de

modo algum, racional. A alma está nele. Procura-o pela intuição e reconhece-o por detrás das expressões simbólicas obscuras e insuficientes (Ibid., p. 56).

O homem como um ser religioso. Esta tese é defendida e apresentada à comunidade científica com excepcional maestria por Jung. Ele desenvolveu sua psicologia analítica concedendo especial atenção ao estudo das religiões. Para Jung, o homem é um ser religioso em essência. Ele considera a religião uma estrutura psicológica da personalidade humana. Portanto, na sua visão de ciência, a religião ocupa lugar de fundamental importância (1988).

Para Jung, a religião é algo inerente ao ser humano. Não apenas a este, mas a toda a história da humanidade. A religião é uma representação arquetípica ⁴, tanto no homem (inconsciente pessoal) quanto em toda a humanidade (inconsciente coletivo)⁵. Sendo assim, como ele postula na obra *Psicologia da religião oriental e ocidental* (1988), a religião é uma atitude do espírito humano, pois designa a ação particular de uma consciência transformada pela experiência do numinoso. Ora, se a religião no homem é uma atitude, segue-se que ela é uma entidade com ação própria. Isso mesmo. Para Jung, o homem é mais vítima da religião do que sujeito. Não é possível a nenhum homem falar sobre qualquer experiência religiosa sem ter sido ele mesmo tomado ou possuído por esta experiência. Sem que fale de sua própria experiência do *numinoso*, não é possível falar sobre religião.

Enquanto Agostinho ressalta o domínio da razão sobre as paixões, Jung defende o domínio da alma sobre a razão. Segundo ele, em matéria de assuntos espirituais, tais como crenças religiosas, ritos sagrados, leitura da Bíblia etc., a alma tem total domínio sobre a razão e sobre o homem. “A alma é autônoma” (JUNG, 1988, p. 5). Toma suas próprias razões e tem os seus próprios motivos. É hierarquicamente superior à razão. A razão somente questiona fatos que a alma autoriza a questionar. Daí o fato de que em algumas crenças os indivíduos crêem independente de sua

⁴ Arquetipo: Jung define como imagens psíquicas do inconsciente coletivo que são elementos primordiais ou arcaicos, patrimônio comum a toda humanidade em todos os tempos e eras. Os arquétipos são determinantes dos fatos psíquicos.

⁵ Para melhor compreensão destes termos próprios da teoria junguiana, observe-se o que diz J.J. Clarke: “O inconsciente coletivo, dotado de propósito ou intencionalidade, cuja força energética repousa em elementos primordiais ou arcaicos denominados arquétipos, é determinante dos fatos psíquicos. Jung considera que é a psique coletiva, no seu embate com o ambiente externo e suas exigências, que gera o que ele denominou de inconsciente pessoal, e não as vicissitudes da pulsão como postula a teoria freudiana” (1993, p. 45).

inteligência e capacidade de questionar a realidade. Neste ponto, Jung evoca o parecer de Tertuliano quando fala do testemunho da alma.

A mestra é a natureza a discípula a alma. O mestre supremo é Deus. Tudo quanto a mestra ensinou e a alma aprendeu foi concedido por Deus preceptor da mestra. Está em ti, a partir da alma que há dentro de ti julgar o quanto a alma pode receber do supremo mestre. (JUNG, 1988, p. 9).

Não pode haver dúvida quando se fala de um testemunho pessoal de uma experiência religiosa. Isto porque foi a experiência de alguém. Uma pessoa pode não ver determinado fato religioso. Mas, ela não pode provar a não existência deste fato. Jung ressalta que as afirmações das Sagradas Escrituras são afirmações da alma. E as afirmações da alma são transcendentais aos homens. Diz ele: “procura sentir dentro de ti a presença daquela de onde provêm as tuas sensações” (1988, p. 37). Reconhecer uma verdade espiritual é submeter-se ao domínio da Alma sobre a razão. “A alma é soberana” (p. 38).

Agostinho diz que o domínio da razão torna o homem justo, afasta-o do mal. Em Jung é a proximidade com a própria alma, através da religião que trará o bem para este homem. Todo problema ou doença humana tem uma só causa: a falta de sentido. Uma neurose, por exemplo, segundo ele é um mal ou uma doença religiosa, pois o homem não supre suas necessidades básicas de sobrevivência e então adoece. O homem, para Jung, tem necessidades espirituais: “[...] a psicose, em última instância, é o sofrimento de uma alma que não encontrou o seu sentido” (JUNG, 1998, p. 52).

É do sofrimento da alma que brota toda criação espiritual e nasce todo homem enquanto espírito. Ora, o motivo do sofrimento é a estagnação da vida espiritual, a esterilidade da alma. Tais pessoas deveriam procurar teólogos ou filósofos ao invés de médicos. Pois, suas doenças são invariavelmente da seguinte ordem: carência de amor, falta de fé, receio da própria cegueira, vida sem esperança. Pessoas assim, e elas são em grande número, atravessam a existência mergulhadas na ignorância, porque não souberam perceber sua própria significação, seu sentido. Do que elas precisam então? Jung relembra neste ponto a indissociação que há entre o cientista e seu objeto de estudo neste caso. Segundo ele o teólogo não é apenas alguém que sabe algo sobre Deus, mas que vive esta experiência. Não apenas conhece algo

sobre amor, esperança e fé, mas que as possui todas. Por esta razão é que deveriam ser procurados. O paciente precisa, então, buscar em quem conhece e tem o que Jung (1998) chamou de os quatro grandes carismas: amor, esperança, crença e conhecimento.

O capelão deve ser este guia espiritual a quem Jung atribui o papel de sujeito facilitador do encontro do homem com sua dimensão espiritual. Além do uso da razão, as necessidades espirituais da pessoa militar serão supridas à medida que, no próprio ambiente da caserna, ela tenha espaço para acessar o sagrado. O trabalho religioso no quartel deve proporcionar este espaço. E, nesta busca, o homem parte ao encontro do seu próprio sentido de existência.

Victor Franklin, idealizador da logoterapia⁶, fundamenta sua teoria pautada nesta mesma visão (apud LUCAS, 2003). Todo ser humano está em busca de sentido. A cura de suas neuroses e seus sofrimentos só é possível se o homem atentar para um objetivo maior: a razão de sua própria existência, a busca pelo sentido da vida. Muito embora a abordagem de Franklin esteja estritamente aplicada ao uso clínico, suas descobertas lançam muitas contribuições para compreensão prática do que Jung chamou de guia espiritual. Pode-se inferir que o homem na caserna, apesar das contingências a que está sujeito, por viver em uma cultura com sentido próprio (este conceito será explorado mais detalhadamente na próxima seção), também é um ser nesta mesma busca por sentido. Cabe ao serviço de assistência religiosa proporcionar meios de acessar o sagrado para facilitar tal encontro.

Há, portanto, o encontro deste homem com o *numinoso*. Para Agostinho, o homem apenas encontra satisfação em Deus. Nas suas *Confissões* (1987), ele defende peremptoriamente que jamais o homem encontrará sentido se não voltar para Deus. *Feciste nos ad Te et inquietum est cor nostrum donec requiescat in Te* (Tu nos criaste para ti mesmo e nosso coração jamais encontrará repouso até que voltemos para Ti). Tudo aquilo que o homem necessita, de fato, é deste encontro ou reencontro com o sagrado. A satisfação plena do homem está em Deus. Em uma de suas orações, Agostinho diz: “dá-me a Ti mesmo, pois ainda que me desses tudo o

⁶ É a busca por sentido na vida. Elizabeth Lucas faz um estudo das implicações da logoterapia de Franklin e sua aplicação prática na obra *Psicologia espiritual* (2003).

que criaste, ainda me faltaria algo, ó fonte de todo bem”. (CONFISSÕES, 1987, p. 46).

Este encontro, além de uma necessidade como salienta Agostinho, é algo inerente ao homem. Ou seja, ao ser humano não cabe, em certo sentido aceitar ou rejeitar tal encontro. No dizer de Jung, a experiência religiosa é antes de tudo uma afetação da qual o homem torna-se vítima. Ele diz que no contato em que alma humana recebe a Deus, o homem tem poucas escolhas. Pois, ocorre o impacto ou a afetação do encontro, ao escrever a obra *Resposta a Jó* (1989), Jung fala não apenas de conceitos, mas de sua própria experiência. No início da obra ele fala deste enorme desafio que é falar, por um lado de seu entendimento, e por outro dos seus próprios sentimentos em relação à matéria tratada. “O homem deve ser afetado para que a paixão da ação de Deus chegue a ele” (1989, p.14). Ao relatar o drama humano de Jó e sua experiência, tanto de presença quanto de ausência de Deus, Jung faz uma escolha fenomenológica. Sua abordagem é a de quem procura analisar quais as circunstâncias em que ocorre a experiência do homem com Deus. Analisa o próprio encontro. Em outra obra ele apresenta esta mesma realidade em outras palavras.

Religião vem do latim *Religare* – uma acurada e conscienciosa observação do [...] *numinoso*, isto é uma existência ou um efeito dinâmico não causado por um ato arbitrário. Pelo contrário, o efeito se apodera e domina o sujeito humano, mais sua vítima do que seu criador... o *numinoso* constitui uma condição do indivíduo, e é independente da sua vontade [...] uma causa externa ao indivíduo. (JUNG, 1998, 62)

A partir da contribuição junguiana, pode-se reafirmar a importância do trabalho de assistência religiosa em um ambiente institucional. Como Jung diz que as práticas e rituais religiosos são realizados com a finalidade de provocar o efeito do *numinoso*, ao promover os encontros religiosos, o capelão promove o espaço e cria o ambiente no qual esta necessidade humana encontra a possibilidade de expressar-se e de ser suprida. O encontro humano com o divino, visto na perspectiva de uma necessidade extrema do homem e também da impossibilidade humana de controlar ou dirigi-lo, é também defendido por Otto (1985). Ele fala deste encontro comparando-o a um prodígio, uma quimera. Segundo ele, é o “totalmente outro, algo que não entra na nossa esfera de realidade, mas pertence a uma ordem de realidade absolutamente oposta, que provoca na alma um interesse que não se pode dominar” (1985, p. 41).

Tratou-se, anteriormente, da importância das crenças religiosas e de seu papel de aperfeiçoamento no homem. Pois, o encontro aqui tratado se torna um precioso instrumento para este aperfeiçoamento. Otto defende que a influência do *numinoso* manifesta-se como tendência genuinamente una, estranha e poderosa, visando a um bem tão especial e caro ao homem, que sem o auxílio da própria religião, o homem sequer é capaz de compreender sua importância. Isto porque não se trata de uma compreensão racional, mas experiencial (fenomenológica). “A alma está nele. Procura-o pela intuição e reconhece-o por detrás das expressões simbólicas obscuras e insuficientes” (p. 56). Portanto, cabe perguntar: quão bom é ou que bem faz ao homem este encontro? Este encontro humano com o sagrado, no qual a existência humana encontra o seu sentido, traz alguma influência na conduta moral e ética deste homem afetado em sua alma pelo totalmente outro?

Em Agostinho, constata-se que Deus é a representação do próprio bem em todas as fases da vida humana. Ele diz que os homens são ávidos e perversos em se esquecer disso. O que o homem possui é apenas o mal, conforme já visto. Portanto, a consequência da volta do homem para Deus é voltar-se, de igual forma, para o bem. Ou ainda abandonar o mal ou suas más ações ou pensamentos. O mal moral é realizado contra si mesmo, contra o próximo e contra Deus. É incoerente pensar em uma vida humana que se rende ao seu encontro com o sagrado e não passe a vivenciar mudanças significativas em sua conduta moral e ética. A visão de Agostinho extrapola até mesmo o aspecto do encontro em si. Em suas *Confissões* ele relata que o bem de Deus sobre ele, bem como a repulsão ao mal que Deus gerava nele, já se manifestava em sua vida mesmo antes de sua conversão. Lembrando uma fase de sua vida, quando vivera escravo dos prazeres lascivos, Agostinho ora a Deus e o agradece da seguinte forma: “[...] mesmo lá Tu estavas, jogando fel nos meus prazeres, oh! Fonte de todo bem” (1987, p. 57).

Jesus foi o homem-Deus que restituiu à humanidade os dons sobrenaturais e a possibilidade do bem moral. Para Agostinho, o mal está no homem e o bem supremo está em Deus. O homem jamais encontrará o bem a não ser naquele que é a fonte do bem. Rudolf Otto defende que houve uma moralização no mundo a partir da intervenção divina. Ele apela para o uso racional do contato com o numinoso. Segundo ele o “sagrado”, no sentido mais completo da palavra, só é expresso e

vivenciado quando o homem se dá conta deste processo de moralização que começou com Moisés. Desde então se afirmou com uma força sempre freqüente e recorrente tanto na pregação profética como na mensagem do Evangelho.

Nota-se, portanto, que os autores clássicos apresentam um ser humano irremediavelmente associado à religião. E que esta não vê outra possibilidade de vida plena de sentido a qualquer ser humano, a não ser que ele volte-se para sua necessidade extrema e primitiva de religar-se com o *numinoso*. Sendo o homem incompleto e mal, e sendo Deus a própria expressão do bem, ao constatar-se este encontro, a consequência deve ser a de um homem que se apropria do bem moral que há em Deus. A religião, ou os ritos das crenças religiosas, proporciona o ambiente necessário para que este encontro aconteça.

Na questão religiosa na caserna não pode ser diferente. A missão do religioso dentro do ambiente militar deve ser dia-a-dia levado de volta em termos de reflexão a esta função primordial de seu trabalho. A pessoa do capelão é o princípio norteador de sua missão. Ele próprio deve ser o primeiro a vivenciar o encontro. Deve ser afetado em sua alma, para que a ação de Deus se manifeste nele e através dele. A pessoa do capelão deve ser, como prevêem todas diretrizes de normatização do trabalho de Assistência Religiosa, padrão de conduta e exemplo de moralidade e ética para todos os que convivem ao seu redor. Isto por si só já mostra a estreita relação que há entre a religião na caserna e a conduta moral do militar. No próximo tópico é analisado o ambiente em que o trabalho religioso militar acontece.

2.2. A QUESTÃO INSTITUCIONAL - A CASERNA

A caserna é um local, ao mesmo tempo, de trabalho e de moradia, em muitos casos. Além disso, nota-se que em quartéis maiores muitas providências podem ser tomadas sem que o militar ou seus familiares tenha que transpor os portões do quartel para fora. É o caso de instituições que possuem em um mesmo espaço físico, além de seu local de trabalho, sua moradia familiar, hospital, supermercados, bancos, farmácia, restaurantes, local para a prática de lazer, esporte e outros. A

impressão que se tem é de que se vive em um “outro mundo”, ou um “mundo” à parte daquele que os outros seres – humanos vivem.

Como já abordado anteriormente, pejorativamente há uma expressão utilizada pelo militar para se referir a este “mundo” próprio, ele compara o ambiente intramuros com uma “bolha”. O aluno, quando de seu ingresso na vida militar, para assimilar o peso dos conceitos novos e a urgência da assimilação, ouve várias vezes frases como estas: “a vida civil acabou!”, “a vida na bolha é assim”, “aqui na bolha você tem que ser assim”. E como se pode conceber uma cultura religiosa dentro da ‘bolha’? A questão religiosa na caserna assume especial significado quando se atenta para as peculiaridades tão extremadas que se encontram neste tipo de instituição, denominadas “instituição total”.

2.2.1. Conhecendo uma instituição total

Tecnicamente aqui se está muito próximo do conceito que Irwin Goffmann defendeu em seu estudo sobre *Manicômios, conventos e prisões* (1974). Goffman define estas e outras instituições como instituições totais. Muitos conceitos exarados por Goffman aplicam-se, indubitavelmente, à cultura da caserna. Além do que, o próprio autor vale-se de exemplos tirados de escolas militares e de quartéis da Marinha ou do Exército dos Estados Unidos.

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, “[...] separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (1974, p. 11). Esta vida fechada pode ser compreendida, no caso da caserna, tanto quanto se referindo ao mundo físico, ou social quanto ao mundo individual, ou psíquico. É certo que os quartéis se encaixam neste conceito de Goffman, todavia faz-se necessário notar as contingências específicas que permeiam o entendimento da caserna como uma instituição total. O próprio Goffman orienta quanto a este entendimento, quando afirma que os quartéis se encaixam na caracterização de uma instituição total, no grupo daquelas “[...]”

instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais” (p. 17).

Não se deve esquecer que o militar é treinado para a guerra. Sendo assim, este treinamento contempla uma realidade na qual o militar terá que se entregar por completo, inclusive ao preço da própria vida, para o cumprimento de sua missão. Uma das conseqüências desta entrega é, justamente, preparar-se para viver por longos dias, até mesmo anos e anos dentro de um quartel. A vida na caserna é uma vida controlada em todos os sentidos que esta palavra encerra. Tudo é regulado por normas e/ou sanções. As próprias necessidades básicas do militar estão todas previstas para serem supridas cabalmente. Segundo Goffmann, este é um fator básico de todas as instituições totais: não apenas suprir tais necessidades, mas, antes de tudo, controlá-las.

As necessidades perdem o aspecto pessoal e passam a ser encaradas pela instituição como necessidades coletivas. Ou seja, os grupos devem ser alimentados, vestidos, treinados e assim por diante. Perde-se o sentido de indivíduo e assume-se a noção literal de coletividade. Dizem na caserna: “se não tem para um não tem para cem”. Nas grandes corporações militares, este controle das necessidades grupais fica ainda mais generalizado, e dificilmente há a possibilidade de se tratar de alguma necessidade pessoal, seja de ordem de saúde física, mental/emocional, ou até mesmo espiritual.

Certo militar, ex-aluno, recém saído da academia, relata que diante da morte acidental de algum cadete, eles, alunos, ficavam muito tempo sem saber o que estava acontecendo e, quando os oficiais lhes davam a notícia, falavam de forma fria e extremamente abreviada. Em um caso de acidente que resultou na morte de dois cadetes, o instrutor, após dar a notícia, em seguida, no mesmo auditório, começou imediatamente a sua aula. Portanto, nota-se que em um ambiente de oitocentos alunos não há espaço para se ater ao que cada um sente ou como cada um reage à morte de um companheiro. O que tem que ser feito, assimilado e tratado será feito apenas no âmbito coletivo.

Devido a isso, a questão religiosa na caserna pode apresentar-se para o militar como uma alternativa ao controle institucional e impessoal do quartel. Através do aconselhamento, o militar encontra na pessoa do capelão um espelho de si mesmo. Então, pode se descobrir novamente uma pessoa e atentar para suas emoções, pensamentos e vida própria. O capelão deve não apenas suprir as demandas religiosas, ele deve antes contribuir para um ambiente onde, primeiramente, estas demandas brotem e surjam.

No trabalho alternativo do capelão Soren, de distribuição das correspondências durante a II Guerra, conforme visto no capítulo anterior, é, na opinião deste pesquisador, um elemento gerador da demanda religiosa. Pois, naquele momento, em meio às batalhas e ao controle grupal, o militar recebe das mãos de alguém que está ali para ajudá-lo a cumprir sua missão, uma carta de alguém a quem ama. Pode-se inferir que momentos como estes, para muitos se tornaram inesquecíveis.

Como o militar se sente neste ambiente impessoal, porém cheio de gente? Segundo Goffman, em uma instituição total, às vezes acontece de a pessoa ser substituída totalmente por sua função. Este é o caso majoritariamente dos superiores hierárquicos. Ao falar sobre hospitais, ele diz: “os supervisores (do grupo) sentem-se superiores e corretos, enquanto que a tendência dos internados é sentirem-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados [...] um grupo existe em função do outro” (1974, p. 19). Neste ponto faz-se necessário falar sobre a imposição e a violência que a relação hierárquica pode causar. Instituições totais, no dizer de Goffman, são “estufas para mudar pessoas” (p. 222).

É impressionante notar, no dia-a-dia da caserna, o quanto determinados militares de patentes equivalentes são parecidos. Parecidos na forma de falar, de pensar, de expressar suas emoções, de tratar de seus problemas e assim por diante. São pessoas que, diferente dos que vivem fora do quartel, tornam-se muitíssimo parecidas com seus pares. Foram mudadas, transformadas em iguais. Passaram como que por uma formatação robótica, cujos resultados são previsíveis e esperadamente eficazes.

Outra forte necessidade de intervenção do capelão e da inserção da religiosidade na caserna é quanto à questão da identidade do militar. Pessoas institucionalizadas

tendem a experimentar, neste processo de formação à imagem e semelhança dos demais da mesma instituição, o que Goffman chamou de “mutilação do eu”⁷. Neste aspecto, o capelão deverá ser instrumento ou o guia espiritual que promova o encontro restaurador do ser humano com o seu Criador e, conseqüentemente, consigo mesmo, de forma que recupere a sua identidade e a sua individualidade. Como visto na seção anterior, este encontro (do homem com o sagrado) torna o homem mais homem, a pessoa mais pessoa. Isto se dá porque ela encontra, no *numinoso*, o sentido de sua própria vida. Certamente, uma conseqüência imediata deste encontro é a restauração ou a reconstrução do seu eu.

Outro papel importante do capelão é o de servir como uma ponte de comunicação entre o oficialato e a tropa. Tanto no sentido da tropa para os oficiais, quanto no outro, dos comandantes para a tropa. Em alguns momentos seu papel é o de assessorar os comandantes sobre o que de fato os soldados e demais militares estão vivenciando no seu dia-a-dia, ou estão querendo comunicar.

Certa vez, o pesquisador enfrentou uma situação real que ilustra esta questão da comunicação. Mediante a morte, por suicídio, de um soldado, o capelão percebeu que havia uma mal estar na tropa. Não apenas pela perda do colega, como também porque ouvira que a última ordem do comandante era a de que a tropa não poderia realizar as honras fúnebres para aquele soldado. Isto porque não está previsto em regulamento que morte por suicídio tenha este tipo de homenagem. Havia, entretanto, entre os soldados que presenciaram o ato da morte, a notícia de que aquele soldado morreu devido a um acidente com a própria arma. Foi suicídio, mas resultante de acidente ou descuido, portanto, não premeditado. O capelão percebeu um lamento por toda a tropa. O sentimento de tristeza generalizada por um colega que havia sido vítima de um acidente, ainda que causado por ele próprio, e que agora seria sepultado como indigno de receber uma honraria, a qual é reservada a militares que morrem em serviço. O Capelão foi ao Comandante, explicou a situação e solicitou, para o bem da tropa, que o comandante voltasse atrás em sua decisão e autorizasse as honras. De pronto, o Comandante assentiu com a sugestão do

⁷ Segundo Goffmann (1974, p. 20), a cultura própria de uma instituição total, aponta para uma mortificação da cultura familiar e social externa adquirida até o ingresso na instituição. Isso causa a mutilação do eu. O novato, chega na instituição com uma concepção de si mesmo, adquirida ao longo de sua vida e construída por alguma disposições do seu mundo doméstico e social. A barreira que as instituições totais colocam entre essa cultura externa e a sua própria assinala o primeiro aspecto dessa mutilação.

capelão e autorizou as honras. Eis um exemplo prático do papel da comunicação que o capelão executa para o bem da tropa. Segundo Goffman, a questão da comunicação é extremamente restrita em instituições como a caserna.

Assim como há restrição para conversa entre as fronteiras, há também restrições à transmissão de informações, sobretudo informação quanto aos planos dos dirigentes para os internados. Geralmente eles não têm conhecimento das decisões quanto ao seu destino. Tanto no caso em que os fundamentos oficiais são militares, por exemplo, ocultar o destino da viagem dos soldados; ou médicos, ocultando o diagnóstico, plano de tratamento e demora aproximada de internamento para tuberculosos, essa exclusão dá à equipe dirigente uma base específica de distância e controle com relação aos internados. (1974, p. 20).

É fato que na cultura militar, o chamado círculo militar contribui para esta falta de comunicação entre o grupo⁸. Muitas vezes esta discrição é para o bem do próprio serviço, pois está previsto no regulamento o caráter ostensivo ou reservado de determinadas informações. Neste ponto, diante de tantos segredos e falta de informações claras, a pergunta que um soldado ou um recruta poderá fazer é: são confiáveis as palavras dos dirigentes religiosos? Cabe, portanto ao capelão criar um ambiente de segurança e confiança na sua relação com os seus assistidos. Há de se dar um passo além do que está previsto e orientado para o seu trabalho. Esta atitude tornará a presença e a atuação do capelão mais eficazes e eficientes. Um recruta deve saber que não estará procurando apenas um oficial como os demais, mas um pastor ou um padre. Neste ponto, deve haver a distinção necessária para que haja uma relação de confiança, na qual a comunicação seja eficiente e produtiva para o serviço religioso.

Outro aspecto que pode ser uma barreira para o serviço religioso, confrontando a cultura militar com o que mostra Goffman, é que na caserna há um sério problema de motivação. Tanto para o trabalho quanto para receber as assistências que são oferecidas para os internos. Caso se pudesse falar de um currículo oculto⁹, se diria que os internos ou os militares apreendem tudo o que há de escuro e negativo sobre

⁸ Por círculo militar entende-se as restrições de espaços e relacionamentos aos grupos a que fazem parte as patentes militares. Sendo assim em uma festa, ou em uma refeição, oficiais não se misturam com os graduados, que por sua vez também não se misturam com os praças. É também o caso dos alojamentos e até mesmo dos banheiros, que em muitos casos são também restritos ao posto que ocupa o militar.

⁹ Este termo foi trazido das aulas de Educação Cristã, do curso de Bacharel em Teologia e denota todos os aprendizados informais ou subliminares que ocorrem em alguma instituição. É o que não está escrito no currículo formal, mas é transmitido e apreendido muito mais do que através daquele.

a sua nova vida na caserna. Isto se aplica à forma como eles vêem as atitudes do comando, a pouca infra-estrutura do local de trabalho como descaso, a insatisfação quase generalizada quanto ao atendimento médico hospitalar, salários, ascensão na carreira e outros. Isto sem dúvida gera certo descompromisso com a sua tarefa no quartel. Goffman cita um exemplo ao falar sobre as tarefas mal cumpridas: [Eles são] “pagos para trabalhar, pagos para comer, pagos para dormir: esses meio *pences* estão sempre somando. Por isso, é impossível dignificar um trabalho ao fazê-lo bem. É preciso gastar o maior tempo possível nele [...]” (1974, p. 21).

Como isso interfere no trabalho religioso? Quando é oferecido algum tipo de assistência através do serviço de capelania, a tendência do militar é a de não dar o crédito necessário para receber aquela assistência, ou interagir naquele evento ou programação. É comum, em alguns trabalhos oficiais da capelania, duas realidades: ou não há presença significativa, ou há a presença obrigatória e a conseqüente situação do corpo presente, e nada mais. Não se trata de generalizações. Há também os casos em que há apoio e envolvimento, com muitos frutos a serem contados. Todavia o aspecto da motivação é de suma importância enquanto desafio para o trabalho do capelão.

A insatisfação que gera a falta de motivação pode chegar ao extremo da revolta. Algumas pessoas assimilam tanto o aspecto negativo da vida militar que chegam a perceberem-se como pessoas dominadas e derrotadas. Neste ponto, há uma tendência de o militar rechaçar tudo o que pode vir da caserna e ficar apenas e tão somente com a sua obrigação. A hierarquia militar, quando vivenciada de forma desumana ou com algum requinte de crueldade psicológica, influencia por demais a revolta no militar. Outro aspecto diz respeito aos relacionamentos. Quando algum militar se envolve em brigas ou quebra de amizades e mesmo assim têm de se submeter ou conviver todos os dias com seu desafeto, simplesmente, porque esta é a regra, os militares podem amargar anos de descontentamento. Foi por tudo isso que Goffman admitiu esta incompatibilidade entre uma instituição total e o mundo externo. Os problemas vivenciados dentro da caserna podem prejudicar essencialmente a vida familiar e social do militar:

As instituições totais são incompatíveis com [...] a família. [...] Aqueles que comem e dormem no trabalho, com um grupo de

companheiros de serviço, dificilmente podem manter uma existência doméstica significativa. Por outro lado, a distância da família numa instituição total permite que os membros dirigentes tenham uma vida integrada na comunidade externa e escapem da tendência dominadora da instituição total. (1974, p. 22).

Já se tratou da questão familiar. Eis, talvez, o maior desafio do trabalho de assistência religiosa na caserna. Não poucas vezes percebem-se graves problemas na esfera familiar, seja na educação e disciplina dos filhos, seja no relacionamento conjugal, quanto à infidelidade e até mesmo ao abandono do lar. A questão que se levanta é como o capelão poderá intervir em problemas tão graves, cujos motivos partem justamente (na interpretação de quem o enfrenta) da própria instituição que ele representa. Uma pessoa desiludida com a vida na caserna, dificilmente aceitará qualquer tipo de ajuda que dela advenha.

Que dizer então do pesado e duro processo de admissão do militar? Toda pessoa ao ingressar na carreira militar deve, após a seleção prévia, passar por um período de provas para, somente após este período, ser admitida com o posto ou colocação a que fizer jus. Sem exceções, estes processos de admissões são extremamente severos, além de requererem do pretendente um envolvimento, muitas vezes, quase além de suas forças. Sobre estes processos, Goffman fala que eles são outro aspecto de mutilação do eu:

[...]s processos de admissão: obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instrução quanto a regras, designar um local para o internado. (GOFFMANN, 1974, p. 25).

Há vários fatos que contribuem para esta agressão ao eu. Um deles é a perda ou troca do nome. Ouve-se muito dos soldados na caserna: “aqui você não é uma pessoa, é apenas um número”. Nos exercícios de campanha, que normalmente ocorre na selva, em dias de muitas privações e extrapolação da resistência física e psíquica do aluno, a prática é não se falar nome algum dos alunos. Atribui-se a cada um, o número estampado no seu capacete, em sua mochila e em sua roupa. Naqueles dias, o militar passa a ser chamado tanto pelos instrutores quanto por parte dos próprios colegas apenas pelo número correspondente. “A perda de nosso nome é uma grande mutilação do eu” (p. 27), relata Goffman.

Além da perda do nome, ocorre ainda, já no processo de seleção, a perda da aparência visual do aluno ou do recruta. Abandonam-se as aparências individuais, caracterizadas pelo corte do cabelo, uso de roupas do seu gosto, ou de calçados de marca, tudo em prol da aparência grupal. Toda vestimenta é comum. Quando o uniforme do dia é designado, todos estarão, em minutos, apresentados com a mesma uniformidade. As armas acopladas à vestimenta também designam mudança na aparência. Às vezes, muda-se também até o aspecto da autoridade. O olhar de supremacia do militar, agora é confirmado pela arma à sua cintura ou pelo rifle em seus braços. A nova forma de vestir é também um aspecto que compromete a identidade do militar. A auto-representação de si mesmo, passa, necessariamente, por estas mudanças que foram impostas a ele.

A rapidez do processo de admissão de um militar é algo assustador. Em uma semana, toda a tropa (de 20 ou de 200 homens) já estará devidamente cadastrada (ou numerada), vestida, alimentada e alojada. Quando a pessoa olha pra si mesma ela pensa: “há um mês atrás, eu era outra pessoa”. É freqüente, por parte dos comandos das Forças Armadas, a preocupação em alocar capelães nas escolas de admissão de militares. Isto porque é patente a necessidade de apoio religioso nestes lugares onde tantas mudanças são experimentadas.

Conforme já dito antes, o trabalho do capelão deverá ser aquele que contribua para a recuperação de aspectos essenciais da identidade ou do eu. Neste ponto, Jung, em *Psicoterapia e direção espiritual* (1995), fala que o trabalho religioso deve ter, na pessoa do pastor ou do clérigo, antes de qualquer coisa, o modelo, o exemplo de uma pessoa ajustada com o seu eu. Além de passar os conteúdos teológicos ou cerimoniais à tropa, a presença do capelão no quartel deve ser, *a priori*, a presença de alguém que não perdeu o seu eu, por ter ingressado na vida militar. Ele (o capelão) deve ser o modelo e exemplo de ajustamento individual. Uma pessoa centrada em si mesmo, e na sua relação com o sagrado. Jung fala que o líder espiritual não fala do que sabe, mas do que vive. Ao invés de apenas ensinar sobre a paz, o amor e o perdão, deve ser ele mesmo exemplo de paz, amor e perdão em seu próprio coração. Tais questões ultrapassam os limites dos portões da escola militar ou do quartel. A influência do capelão deve gerar no militar a segurança

necessária, que o leve a compreender que não deixou de ser quem era, pelo menos em parte.

É comum notar-se que mesmo em outras instituições onde a vida é passada na maioria do tempo em conjunto com um novo grupo, sobre muita vigilância e pressão, a cultura assimilada é a mesma de uma instituição total, como a de uma escola militar. Isto porque mesmo durante o tempo que o interno passa na sociedade externa, ele estará influenciado pelos valores e costumes adquiridos nesta dentro do quartel. É o caso que o pesquisador já presenciou, de um aluno de formação militar em uma estação rodoviária, que procurava não infringir nenhum regulamento da caserna, com receio de que houvesse ali por perto alguém o observando.

Por fim, a situação em que o militar extravasa suas emoções e comportamentos, para aliviar as tensões da caserna. Quase sempre, festas ou comemorações de militares fora da caserna referem casos de extrapolação dos limites. Seja devido à bebida em demasia, seja na libertinagem quanto a situações com o apelo ao sexo fácil. O exagero invariavelmente acontece.

A exemplo: um aluno, após quatro anos de curso, em uma rotina totalmente rígida e difícil, chegou às vésperas de sua formatura para se tornar um aspirante a oficial. Seus pais viajaram do sul da Bahia até São Paulo, de onde partiriam para as comemorações da formatura do filho no interior do Estado. Na semana da formatura, a turma realizou diversos eventos para comemorar a tão esperada conquista. Dois dias antes do evento, quando seus pais já haviam chegado à capital, aconteceu a tragédia familiar. Neste dia, pela manhã o aluno saiu para comemorar com os amigos em um churrasco, onde permaneceu até por volta das 16h00. Bebeu bastante, conforme o relato de amigos. Pegou seu carro e dirigiu-se para outra comemoração. No caminho, capotou o carro em uma curva e, após quase duas horas do acidente, foi encontrado morto. Nesta mesma noite, este pesquisador recebeu o telefonema da escola para dirigir-se, com urgência, à casa da tia do aluno, onde se encontravam seus pais, para dar-lhes a fatídica notícia. No dia seguinte, no velório do militar, o relato foi de que o pai, à beira do caixão pediu encarecidamente aos colegas de seu filho para eles empregarem todas as suas forças para se afastarem da bebida exagerada e da morte prematura.

Este caso retrata o que Goffman fala acerca dos internos de uma instituição total. Segundo ele, a tendência de um interno é a de extravasar os impulsos em um breve momento de liberdade. Esta é a razão pela qual vem o exagero e a extrapolação dos limites. Esta, sem dúvida, é uma realidade à qual o capelão deve dar extrema importância. Seu trabalho deve promover ações preventivas e, sobretudo norteadoras, de uma conduta pautada na sobriedade e na serenidade e consciência dos atos dos militares. O capelão deve ser aquele que orienta a tropa quanto às conseqüências de atitudes desmedidas e impensadas.

Todos estes aspectos concernentes ao ingresso na vida militar constituem-se como um grande desafio. Dificilmente alguém passa por um processo de admissão sem levar consigo, pelo resto de sua vida, algumas importantes marcas. Se não físicas, pelo menos psíquicas. O autor deste trabalho, ao ingressar na carreira militar, viu-se extremamente desconcertado e confuso diante da mudança radical da cosmovisão da vida dentro de uma caserna, e a total oposição com o que vivera no mundo externo até aquele momento. Seu ingresso se deu aos 33 anos de idade. O estresse e as situações que levavam ao limite físico, psicológico e ao questionamento moral, fizeram com que ele produzisse uma carta endereçada à sua filha de 6 anos de idade, tentando apresentar numa linguagem infantil, porém irônica como era a vida dentro da caserna na visão de quem acabara de chegar. Portanto, tal carta se prestará para encerrar este segundo capítulo da dissertação: ¹⁰

Olá filhinha, tudo bem com você?

Aqui está tudo muito legal. As pessoas daqui dão outros nomes para as coisas que todo mundo já conhece. Dizem que a gente mora em uma *bolha*. A camisa que o papai usa, eles chamam de *canícula* e o chapéu, que a gente usa chama-se *bibico*. Engraçado, né? Aliás, não é chapéu, e' *cobertura*. Tem também o *bizú*, mas isso eu ainda não sei bem o que é. É meio estranho, mas as pessoas aqui também são estranhas.

Lembra que o papai te ensinou que a gente deve tratar os mais velhos com respeito e chamá-los de senhor? Pois é, aqui é diferente. Um dia, um moço que é bem mais velho que o papai (deve ter uns quarenta anos), ficou muito triste comigo porque eu chamei ele de senhor. Outro dia, outro moço, bem mais novo que o papai (uns dez anos mais novo) disse que eu só poderia falar com ele de três jeitos: "sim, senhor, não senhor, ou quero ir embora!" Como

¹⁰ Carta elaborada pelo pesquisador, em Belo Horizonte, aos 6 de novembro de 2003.

eu não quero ir embora antes da minha formatura, eu sempre chamo a ele de senhor.

Os nomes das pessoas também são diferentes aqui. Tem um monte de gente com o mesmo nome. O mais comum é *tenente*. Tem gente que só chama o papai por este nome. Todo mundo aqui usa crachá, igual na sua escola. As pessoas aqui também mudam de nome. Um colega do papai que sempre se chamou Mário, agora tem outro nome. Quando a gente o chama pelo nome novo às vezes ele nem lembra que é ele. Alguns também o chamam de *bizonho*. Mas, ele não liga muito. Ele é muito legal. Só que ele não lembra que o seu nome mudou. Eles falam que é *nome de guerra*, mas não tem nenhuma guerra aqui. O bom é que depois a gente pode mudar o nosso nome quando a gente se mudar daqui se a gente quiser. Igual nas suas brincadeiras com suas amiguinhas.

Aliás, aqui tem um monte de brincadeiras legais. Lembra daquela do "morto ou vivo"? Aqui é diferente, chama-se "de pé 1, 2 e sentado 1, 2". Segunda-feira, nós brincamos disso umas vinte vezes, e ainda corremos. Quase ninguém errou. Só umas meninas que não queriam mais brincar. Acho que teve uma que até chorou, mas eu não vi. A diferença é que a gente não senta em uma cadeira ou banquinho e sim no chão. Mas é bem legal! Se a gente tiver num lugar que tem lama no chão a gente tem que sentar assim mesmo. Mas, só não pode rir. A gente tem que segurar o riso. Alguns colegas se machucaram, inclusive o papai. Depois eu te mostro o machucado. Mas é assim mesmo, você também de vez em quando não se machuca brincando?

Tem outras brincadeiras. Todo dia a gente brinca de "mestre mandou". Cada dia é um chefe diferente. A gente o chama de *xerife*. Alguns colegas quando têm que ser o xerife ficam nervosos e gritam bastante. Eles falam umas palavras que a gente tem que obedecer na mesma hora. Eles fazem a gente marchar à beça: o dia inteiro, às vezes. Depois de marchar, a gente brinca de estátua. *Não pode mexer!* Nem um pouquinho! Tem uns meninos que se mexem e umas meninas que arrumam o cabelo. Mas não pode! Os xerifes ficam muito tristes com essas pessoas que se mexem.

O Papai tem muitos colegas aqui. Os meninos, uns sessenta, moram todos no mesmo quarto. As meninas, umas oitenta, também moram todas juntas no outro quarto. Aqui não pode namorar. Nem andar de mãos dadas. Tem uns colegas que estão namorando. Mas eles só dão as mãos lá fora, na rua. Os colegas são muitos legais. Nós somos muito unidos. Quando um tem que vestir a calça azul e a canícula azul, todo mundo veste a roupa igualzinho. Às vezes, é até difícil achar a gente que a gente está procurando, porque fica todo mundo igual. Quando a gente vai brincar de corrida a gente vai todo mundo juntinho. A gente corre gritando. É bastante divertido! Nessa hora, a gente pode rir. Mas só um pouquinho. A gente canta umas músicas muito legais.

Algumas você já conhece, como aquela "olê, mulé rendeira, olê mulé rendá ", só que a letra é um pouquinho diferente.

O papai está com muitas saudades. Mas eu estou me divertindo muito com todas estas coisas diferentes. Dizem que ainda vão acontecer outras coisas mais incríveis ainda num tal de acampamento. Mas eu acho que não é igual ao acampamento que você foi com as crianças da igreja. A gente vai ficar lá dois dias. Acho que vai ser bem legal. Depois eu te conto como foi.

Dê um beijo na mamãe e diga que eu estou com muitas saudades.

Um beijo.

Te amo.

Papai.

Quadro 1. Carta enviada à filha, pelo pesquisador, durante treinamento em escola militar.

Capítulo 3

AUTO-REPRESENTAÇÃO DA CAPELANIA MILITAR: O TRABALHO DE UM CAPELÃO.

Este capítulo apresenta os principais acontecimentos da rotina diária do trabalho de um capelão militar. Os primeiros capítulos abordaram a historiografia e a fundamentação teórica desta atividade religiosa. Faz-se, portanto, necessário um relato do que esta fundamentação tem de consistência prática, quando comparada com a realidade de um trabalho de capelania militar. Este pesquisador, além de narrador, é também sujeito das ações que aqui serão exaradas. Vale salientar, todavia, o caráter impessoal do trabalho de um capelão militar. Qual sejam, as atividades de qualquer capelão militar são todas previstas em regulamento próprio da Força a que este militar pertença. Portanto, qualquer capelão em qualquer tempo distinto deverá cumprir, pelo menos, aquelas mesmas tarefas. Assim, embora sujeito, este capelão pode fazer o seu relato, sem a preocupação com o caráter pessoal das atividades executadas. Pois se trata de um trabalho em linhas gerais igual ao trabalho da maioria dos capelães militares.

3.1. A ADMISSÃO DE UM CAPELÃO

Em três anos de atividades como oficial subalterno da Aeronáutica, no posto de segundo tenente, este capelão vivenciou boa parte de toda a complexidade que envolve o trabalho religioso na caserna. As contingências inerentes à atividade vão desde o incômodo de uma noite de sono interrompida, mediante um acionamento de urgência, até ao fato de passar o dia inteiro na companhia de uma família que acabara de receber a notícia do falecimento do filho, vítima de acidente aéreo.

O processo de admissão de um capelão militar dá-se por intermédio de concurso público regulado por edital próprio para cada processo seletivo. Marinha, Exército,

Aeronáutica e as Polícias Militares de cada Estado têm seu modo próprio de selecionar e admitir seus capelães. No Exército, todos os capelães concursados são de carreira e ascendem ao posto máximo do quadro, independente de sua confissão ser católica ou evangélica. Os capelães temporários do Exército são admitidos por análise de currículo e são contratados por período determinado. Na Marinha, onde há o menor número de capelães militares das Forças Armadas, a peculiaridade está na chamada em edital de capelães evangélicos por denominação. Se, no quadro de militares, há um número considerável de evangélicos da Igreja Assembléia de Deus, esta Força abre concurso apenas para pastores desta denominação.

Na Força Aérea, onde há o maior número de capelães, encontra-se a maior desproporção quanto ao número de capelães católicos (45) e evangélicos (3). Nesta Força, os capelães evangélicos são concursados, porém ingressam em um quadro de oficiais temporários. Todavia, não há nenhum capelão católico que pertença e este mesmo quadro. Os capelães católicos na FAB compõem o quadro de capelães e são todos oficiais de carreira que ascendem até ao maior posto previsto.

Nas Polícias Militares há inúmeras observações que podem ser salientadas. Há casos de oficiais de alguma arma (cavalaria, infantaria, choque etc.) que são “aproveitados” como capelães, por já serem pastores na vida fora do quartel. Este é o caso da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, onde há apenas um capelão, que é evangélico, e que, atualmente exerce esta função como capelão interino. No ano de 1999, o governo do Rio de Janeiro promoveu um curso na sua Polícia Militar, ministrado por vários capelães do Estado da Flórida nos Estados Unidos da América. Estes capelães, em seu curso, passaram uma visão diferenciada do trabalho de um capelão policial. Em sua rotina, os capelães eram policiais de rua que atendiam, especialmente, aos chamados relacionados às demandas familiares, tais como violência no lar, brigas e embriagues. Depois deste curso, o governo da época abriu vaga para vários capelães ingressarem na Polícia do Rio. Há Estados brasileiros também que possuem apenas dois capelães em todo o Estado, um católico e um evangélico. Entretanto, talvez o caso mais inusitado, de certa forma, seja o do Estado de São Paulo. O efetivo da PMESP¹¹ é duas vezes maior que o

¹¹ Sigla para Polícia Militar do Estado de São Paulo

efetivo nacional da Marinha e da Aeronáutica, consta de mais de cem mil policiais, e possui apenas um capelão (católico) para atender a todo o Estado.

Portanto, nota-se a disparidade entre as Forças no que tange à contratação de capelães militares. Estima-se hoje, cerca de cento e vinte capelães em todo o país. Algo em torno de noventa e cinco católicos e vinte e cinco evangélicos. Embora se saiba da existência de capelães judaicos (Rabinos) nos EUA, no Brasil há apenas capelães católicos (padres) e evangélicos (pastores). A vocação profissional e religiosa de um capelão é fortemente provada desde o início do processo de admissão. Eis as exigências de um edital do Exército para ingresso de capelães em 2006 ¹².

Requisitos biográficos exigidos para a inscrição:

- I. Ser brasileiro nato.
- II. Completar, até 31 de dezembro do ano da matrícula, no mínimo, 30 (trinta) anos e, no máximo, 40.
- III. Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação teológica regular, de nível superior, conforme documento expedido por instituição de ensino e reconhecido pela autoridade eclesiástica de sua religião.
- IV. Ter sido ordenado sacerdote católico romano ou consagrado como pastor evangélico;
- V. Possuir pelo menos 3 (três) anos de atividades pastorais, como padre ou pastor, após a ordenação ou consagração, comprovadas por documento expedido pela autoridade eclesiástica do candidato.
- VI. Ter o consentimento expresso da autoridade eclesiástica da respectiva religião para exercer atividade pastoral no Exército Brasileiro.
- VII. Ter sua conduta abonada pela autoridade eclesiástica da respectiva religião.
- VIII. Se militar na ativa de Força Armada, de Polícia Militar ou de Corpo de Bombeiros Militar, na condição de aspirante-a-oficial da reserva ou oficial da reserva convocado, aluno de órgão de formação da reserva ou praça, possuir parecer favorável à inscrição assinado por seu comandante, chefe ou diretor de OM. Além disso, no caso de praça, estar classificado, no mínimo, no comportamento bom.
- IX. Se reservista, ter sido licenciado e excluído da última organização militar (OM) em que serviu estando classificado, no mínimo, no comportamento bom.
- X. Não ter sido considerado isento do Serviço Militar, seja por licenciamento e exclusão de organização militar a bem da disciplina, seja por incapacidade física ou mental definitiva (Incapaz C), condição esta a ser comprovada pelo certificado militar que recebeu; se atender a este requisito, deve possuir o Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação; se, ao contrário, for isento, deve possuir o Certificado de Isenção.
- XI. Não ter sido julgado, em inspeção de saúde, incapaz definitivamente para o serviço do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, de Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar.

¹² Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br>, Acesso em 03 Out. 2006, 20h30.

- | |
|---|
| <p>XII. Se ex-aluno de estabelecimento de ensino (Estb Ens) de formação de oficiais ou de praças do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, de Polícia Militar ou de Corpo de Bombeiros Militar, não ter sido desligado por motivo disciplinar, tendo sido classificado, no mínimo, no comportamento bom, por ocasião do seu desligamento.</p> <p>XIII. Não ter sido reprovado em EIA/QCM anteriores, por insuficiência de grau, de conceito ou por haver incorrido em falta disciplinar incompatível com o oficialato.</p> <p>XIV. Estar em dia com suas obrigações perante o Serviço Militar e a Justiça Eleitoral.</p> <p>XV. Ter pago a taxa de inscrição.;</p> <p>XVI. Não ter sido condenado nem estar respondendo a processo (<i>sub judice</i>) perante a justiça criminal, comum ou militar, seja na esfera federal ou estadual.</p> <p>XVII. Ter, no mínimo, 1,60m (um metro e sessenta centímetros) de altura.</p> <p>XVIII. Possuir aptidão física e idoneidade moral que o recomendem ao ingresso na carreira de oficial do Exército Brasileiro e, ainda, não exercer ou não ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional, conforme o art. 11 da Lei no 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares).</p> <p>XIX. Não ser ex-integrante do Quadro de Capelães Militares.</p> |
|---|

Quadro 2. Requisitos inerentes à seleção militar.

Todas estas exigências são apenas para que o padre ou pastor sejam candidatos a uma vaga de capelão militar. Uma vez tendo sua inscrição no concurso deferida pela escola responsável pelo certame, então ele seguirá a uma dura seqüência de provas e exames até que esteja apto a preencher a vaga proposta. Estas provas são, no caso do Exército, exame intelectual composto de três etapas: exame de português e conhecimentos gerais, exame de conhecimentos específicos (teologia) e uma redação de até vinte linhas sobre assunto proposto. Neste mesmo concurso para admissão de dois padres e um pastor, o número de candidatos em todo o País foi de 14 padres concorrendo às duas vagas e de 94 pastores para uma vaga. Se aprovado no número de vagas neste exame, o candidato passará por outros exames, a saber: teste de aptidão do condicionamento físico; exame de saúde; exame psicológico e entrevista pessoal. Estando aprovado em todas estas etapas, o candidato ingressa no Exército Brasileiro, mas ainda não é um capelão. Vem, então, a fase mais difícil.

Ele ingressará em uma escola militar onde dará início ao Estágio de Adaptação à Vida Militar. Normalmente são três meses em regime de internato, onde se apreende a cultura militar e todas as contingências inerentes a um oficial do Exército. Sendo aprovado nesta fase inicial, o candidato é formado ao posto de aspirante a oficial e inicia seu estágio prático de mais três meses em algum quartel do Exército no território brasileiro, e somente então é promovido ao posto de segundo-tenente

capelão. Portanto, nem as exigências nem o preparo para se tornar um capelão militar podem ser considerados simplórios.

Uma vez aprovado e declarado pelo comandante da Força, segundo-tenente capelão, ele é alocado em algum quartel onde dará início à sua atividade de capelão. Ao chegar à sua nova unidade o capelão é levado ao comandante da Organização Militar, por quem é recebido com bastante entusiasmo e é imediatamente apresentado às diversas seções de trabalho da instituição. No caso deste pesquisador, houve, durante este início de trabalho, algo diferenciado. Ele pertencia à primeira, e única até hoje, turma de capelães evangélicos da Força Aérea Brasileira. Assim, notava-se a surpresa e a grande expectativa do ingresso do primeiro capelão evangélico naquela organização militar. Pessoas o recebiam com muita efusão e até com choro em alguns casos. Outros, e não poucos, diziam da grande espera e do enorme esforço que haviam feito para que este momento chegasse a realizar-se. Lembravam com emoção e certo alívio o tempo passado em que, por haver apenas capelania católica, os militares evangélicos eram escalados a participarem de missas e outros eventos de natureza religiosa dentro do quartel.

Esta mesma sensação de pioneirismo foi percebida por este capelão em suas viagens a outras organizações militares da Aeronáutica. É necessário informar que o trabalho deste capelão não está restrito a um único quartel. Isto porque seu trabalho é regional. Ou seja, por haver apenas um capelão evangélico em toda a área de jurisdição do Quarto Comando Aéreo Regional (IV COMAR), que compreende todas as unidades do Estado de São Paulo, incluindo ainda a Base Aérea de Campo Grande-MS, o trabalho de assistência religiosa para os evangélicos destas localidades é de responsabilidade deste único capelão. Em certa ocasião, na cidade Guaratinguetá, o capelão encontrou um militar de bastante tempo de profissão em um dos corredores da Escola Militar onde ele prestara serviço. Ao passar, o capelão foi cumprimentado pelo militar que lhe chamara de padre. Gentilmente, parando para conversar com aquele militar, o capelão o corrigiu dizendo que era pastor evangélico e capelão da FAB. O militar à sua frente esboçou forte emoção, e notadamente desinformado, demonstrou sua grande surpresa pelo ingresso daquele capelão. Abraçando-o comovidamente, disse em lágrimas: “eu estava agora mesmo orando e pedindo a Deus que abrisse as portas de nossa Força Aérea para o ingresso de

capelães evangélicos e encontrei o senhor aqui. Deus respondeu as minhas orações, louvado seja o Senhor [...]”.

3.2 O TRABALHO MILITAR DO CAPELÃO

A vida na caserna reserva algumas peculiaridades oriundas das obrigações militares. O capelão não está fora destas obrigações, pois é tratado como qualquer outro oficial sujeito aos mesmos deveres e direitos. Portanto, pode parecer inusitado o fato de um capelão ter de se apresentar todos os dias, fardado, para a chamada “parada diária”, no início e no fim de cada expediente. Nesta parada os militares fazem a ordem unida e apresentam-se ao comandante para o início e para o término de suas atividades diárias, além de hastear a Bandeira Nacional, diariamente.

Ainda neste aspecto, o capelão concorre também às escalas de formaturas militares, que são de grande importância no trabalho dentro de um quartel. Dias de comemoração cívica ou em datas significativas para a corporação, o capelão ou qualquer outro oficial escalado deve atender a alguma destas funções junto à tropa: porta-bandeira, o oficial que leva o Pavilhão Nacional, comandante de fração de tropa, tais como Estado Maior, bandeiras históricas, tropa armada ou algum outro grupamento. Quando está no comando, em ordem unida, o capelão deve utilizar de sua autoridade de oficial e comandar de forma irrepreensível os militares a ele subordinados naquela hora.

Enquanto oficial, o capelão militar, segundo a experiência deste pesquisador, também atende a escalas de representações do comandante quando for para isto designado. Em geral, eventos de natureza religiosa são os principais onde a presença dos capelães é requerida. No âmbito interno da organização militar, o oficial capelão deve também reservar algum tempo para atender à escala de sindicância ou diligência, dividindo esta escala com os demais oficiais de sua patente. Neste caso, o militar deve apurar, no prazo de quinze dias corridos, algum fato delituoso ou faltoso, ou ainda alguma ocorrência praticada por um ou mais militares abaixo de sua cadeia hierárquica. Nestas circunstâncias, o capelão tem a

mesma autonomia de outro oficial para utilizar-se de todos os meios necessários para apurar os fatos, devendo apresentar relatório detalhado, de, no mínimo, dez páginas ao comandante.

Além destas funções, o capelão também responde pela fiscalização de provas de ingresso na Aeronáutica quando para isso designado. Trata-se, em geral, de estar à frente de uma equipe de militares com a missão de fiscalizar os candidatos a ingressar na Força enquanto eles fazem seus diversos exames. Estas tarefas, na maioria das vezes, acontecem durante os fins de semanas.

3.2.1 Tarefas educacionais

No que tange a tarefas militares, portanto, obrigatórias, o pesquisador entende que há funções cuja natureza deve merecer especial atenção por parte de um capelão. É como se diz no adágio popular quando se “une o útil ao agradável”. No caso, mais concretamente dizendo, trata-se de unir o obrigatório ao prazeroso e necessário. A referência é a dois trabalhos específicos para os quais o capelão deve empreender especial zelo no cumprimento da sua missão, enquanto militar que cumpre uma escala de serviço. São as tarefas ligadas à educação e aos funerais. Este último assunto recebe especial atenção ao final deste capítulo. Quanto ao primeiro, todavia, deve-se notar um fato que tem ocorrido nos últimos três anos.

O Governo Federal instituiu, no ano de 2004, o “Projeto Soldado Cidadão”. Neste programa, as três Forças Armadas enviam seus soldados em fim de carreira para cursos profissionalizantes, totalmente custeados pela União. O objetivo é capacitar profissionalmente o jovem que deixa o serviço militar obrigatório para que ele, ao chegar ao mercado de trabalho leve consigo, além da experiência do serviço militar, a profissionalização acadêmico / técnica. Estes cursos são ministrados no SENAI ou SENAC de cada Estado da Federação.

No ano de 2006, este capelão foi o executor do projeto em sua área de atuação. Nesta função, foram encaminhados 173 soldados para cinco cursos distintos em diversas áreas da cidade de São Paulo. Além do encaminhamento, a equipe gestora escalada para o projeto responsabilizou-se também pelo acompanhamento e

disciplina dos soldados durante o curso. No discurso de abertura dos cursos, o capelão pautou sua fala na ligação que há entre o desenvolvimento educacional e o preparo para a vida em diversas áreas, dentre elas a moral, a intelectual, a profissional e a espiritual. Desta forma, o discurso religioso estava aplicado a uma situação real de trabalho militar, no qual os maiores interessados eram os próprios soldados. Fala-se aqui do que Agnivesh tratou em seu artigo *Materialismo e espiritualidade: dois paradigmas opostos* (AGNIVESH, 2000, p. 101), e chama de “visão espiritual de mundo”. Qual seja, a recusa de uma tentativa de reduzir o pensamento capitalista a apenas lucro e dinheiro, acrescentando assim uma visão completa do mundo e do ser humano.



Figura 5. Projeto Soldado Cidadão, com aulas no SENAC Consolação (São Paulo).

Fotos de propriedade do pesquisador.

Dentro deste mesmo paradigma, é necessário que o capelão militar envolva-se e comprometa-se com projetos ligados à educação e ao crescimento do jovem, não apenas motivado pela obrigação militar. Antes, porém, seja ele um encorajador de uma visão espiritual desta ou outra tarefa. Assim, se pode perceber na pessoa do capelão a presença de um guia espiritual conforme analisou Jung. A própria presença do capelão em tarefas pertinentes é uma presença motivadora e transformadora da cosmovisão atual para uma cosmovisão espiritual.

Além da missão de secretariar o projeto soldado cidadão, este pesquisador atua como instrutor do curso de formação de soldados em três dos quartéis aos quais ele atende diária, semanal e mensalmente. O capelão ministra duas matérias

específicas, para uma turma em média de 40 soldados, sendo duas turmas por ano. Uma das instruções é ministrada a toda a turma de recrutas¹³. Trata-se a instrução de conduta social.

Para tais instruções existe material apostilado e oferecido a todos os recrutas para acompanhamento das aulas. Todavia, na experiência deste capelão, suas instruções, além de apresentarem o material obrigatório, ainda encontram espaço para um bloco de instruções de conduta social e moral, extraídas de versículos bíblicos do livro de Provérbios e projetadas em tela para a visualização de todos. Nestas instruções, além de apresentar a Bíblia como um livro que pode dirigir a conduta humana, seja no âmbito social, familiar ou moral, o capelão faz a intersecção das suas tarefas militar e religiosa. Neste caso, são projetados versículos cujos conteúdos são ligados a, por exemplo: boas amizades, valorização da sabedoria, conduta exemplar na vida familiar, vida afetiva movida pelo amor, respeito aos pais, trabalho honroso, condenação de roubo, traição e mentira, e similitudes. Após falar das tarefas militares de um capelão, é premente salientar, doravante, as tarefas exclusivas de um capelão militar, ou seja, as atividades religiosas que estão sob sua responsabilidade.

3.3 O TRABALHO RELIGIOSO

O trabalho religioso na caserna já existe desde os primórdios do serviço militar. Em linhas gerais este trabalho é igual ao trabalho religioso de um sacerdote ou pastor fora da caserna. Ou seja, officiar as cerimônias religiosas, batizar os recém-nascidos, receber os interessados em aderir ao Evangelho, aconselhar e officiar os funerais. Em muitos quartéis acontecem cultos regulares semanais ou diários. No caso específico da Aeronáutica, estes cultos já aconteciam há muitos anos antes da chegada do capelão evangélico. A comunidade evangélica tem a característica de tomar a iniciativa para a realização dos cultos e reuniões. Este fator é, ainda hoje, o responsável por haver muitos trabalhos religiosos regulares na rotina de muitos quartéis pelo Brasil afora.

¹³ Termo utilizado para designar o aluno do curso de formação de soldado

Na rotina deste capelão acontecem cultos aos quais ele assiste quatro vezes por semana em quartéis diferentes. Estes cultos sempre ocorrem no horário de intervalo do almoço. Às terças, quartas e quintas-feiras, ele é o dirigente e pregador nestes cultos. Em um deles, o de maior assistência, o capelão celebra, uma vez por mês, a ceia do Senhor. Aos domingos também acontecem cultos voltados para assistência religiosa aos militares. Em uma das unidades, o capelão convida aos evangélicos e seus familiares para que participem deste culto comunitário. O culto dominical é o único que ocorre fora da rotina de trabalho, apesar de acontecer em um auditório cedido pela organização. Este grupo de cristãos já realizou diversos trabalhos de assistência social. Por ocasião do natal, fazem arrecadação de recursos para serem doados a crianças de alguma comunidade carente.

Estes cultos dominicais oferecem também ao capelão a oportunidade de ampliar a atuação religiosa aos militares e seus familiares, mesmo que estes não pertençam à fé cristã. A exemplo da ocasião de falecimento de um familiar de um determinado major, quando o capelão ofereceu à família a realização de um culto memorial em alusão ao falecimento citado. O culto aconteceu e houve grande participação dos amigos e dos demais familiares da pessoa falecida. Outro exemplo ocorre em todo final de culto, quando o grupo musical que atuou durante a liturgia, desce até aos corredores de internação do hospital para entoarem as canções religiosas, de forma que os pacientes baixados possam ouvir e receber o alento que vem dos louvores ¹⁴. Após estes louvores o capelão faz uma oração pelos pacientes que ali se encontram. Verifica-se neste trabalho o contentamento de ambos os lados. Tanto por parte dos músicos que se sentem honrados em poderem alegrar e servir aos pacientes, como por parte destes que recebem, segundo seus relatos, grandes bênçãos quando este trabalho é executado.

Além dos cultos regulares, cuja assistência, em média, é baixa, os trabalhos de capelania têm grande aceitação nos eventos festivos. São eles: cultos em ação de graças alusivos à formatura de turma escolar, aniversário de organizações militares, promoção de militares, páscoa do militares ou ainda datas comemorativas, tais como dia do soldado, dia da Aeronáutica etc. Os cultos em ação de graças acontecem em datas, geralmente, marcadas pelo próprio capelão. Já houve, em uma organização

¹⁴ Este culto dominical, que acontece desde maio de 2004, é realizado dominicalmente às 11h00, no auditório do HASP, Hospital de Aeronáutica de São Paulo, conforme agendamento.

da páscoa dos militares¹⁵, cultos cujos participantes somavam número superior a mil militares presentes.



Figura 6. Culto da páscoa dos militares 2006. Realizado na Assembléia de Deus do Bom Retiro, em São Paulo. Foto do pesquisador.

3.3.1 O aconselhamento

A forma de assistência religiosa, através do aconselhamento pastoral, tem-se revelado como oportunidade de influência do capelão tanto na contribuição para a saúde espiritual do militar, quanto para o auxílio às instituições militares onde serve. Esta última constatação se dá na medida em que o capelão é fonte de auxílio quando seus comandantes têm de tomar decisões importantes. Verifica-se, por exemplo, casos em que o capelão acompanhou de perto, através do aconselhamento, situações de acidentes, ou infortúnios quaisquer, que demandaram tomadas de decisões que vieram a contribuir com o bom andamento da rotina na caserna. Verificou-se, a guisa de exemplo, que quando houve intervenção deste pesquisador, informando ao seu comandante o ambiente e os sentimentos que se

¹⁵ Páscoa cristã realizada em data fora do calendário litúrgico, e de acordo com agenda de interesse e conveniência dos comandos militares da região.

passavam na tropa, quando da morte de um soldado vítima de acidente motociclístico, as decisões emanadas daquele encontro com o comandante favoreceram o enfrentamento e o moral da tropa no momento difícil. Em tal ocasião, estavam em discussão as honras militares que o soldado falecido receberia. Após a confirmação e no momento da cerimônia, os militares envolvidos e presentes ao cortejo, realizaram com tamanho orgulho e garbo militar suas funções, que os relatos davam conta de que em nenhuma cerimônia anterior, verificou-se tanto empenho e tanta dedicação dos soldados no cumprimento de sua missão. Eles envolveram-se com tanto desprendimento e afinco que parecia que a alma de cada um estava totalmente presente ali. Neste caso, o aconselhamento gerou primeiro a constatação de uma necessidade da tropa e depois, no contato com o comandante, a possibilidade do suprimento desta necessidade espiritual dos enlutados, por quererem se despedir de um colega de farda, de forma honrosa e laboriosa.

3.3.2 Os pequenos grupos

Verifica-se que grande parte da assistência religiosa acontece em grupos pequenos de pessoas que buscam o apoio do capelão. São reuniões que acontecem entre duas ou três pessoas que são, por vezes, realizadas até no corredor, no horário de serviço. Devido ao grande número de atividades realizadas por muitos em suas tarefas específicas, pouco resta de tempo para o militar se dedicar a questões de ordem religiosa. Todavia, a presença do capelão, no meio destas atividades, via de regra, mobilizam no militar alguma lembrança, boa ou ruim, que vem à tona naquele impetuoso e fugaz momento em que se pára, num simples cumprimento um pouco mais atencioso. É possível que outro militar também se achegue ali e, juntos, os três falam de assuntos de ordem espiritual, o que gera a possibilidade de um novo encontro, desta feita mais aprofundado. Vale ressaltar que muito tempo antes deste pesquisador tornar-se capelão, há relatos de que estes pequenos grupos de cristãos evangélicos se reúnem, em grande parte das organizações militares espalhadas pelo Brasil. Nestes relatos, verifica-se considerável influência e bons resultados oriundos das reuniões de pequenos grupos de cristãos buscando a espiritualidade no meio do ambiente do quartel. Dentre os cristãos, são os evangélicos que, historicamente, se destacam nestas atividades autônomas de reuniões religiosas.

Isto porque no caso da Força Aérea Brasileira, o número de capelães católicos é em quantidade suficiente para contemplar grande parte dos quartéis de maior importância na Federação. Sendo assim, o trabalho religioso católico, que ocorre, invariavelmente, em maior quantidade do que o evangélico, sempre conta com a iniciativa do clero, no caso, o capelão da Unidade.

3.3.3 Capelania hospitalar militar

Dentre a ampla gama de atuação do capelão militar, talvez aquela que mais se assemelhe ao trabalho de capelães não militares, seja o de visitação hospitalar. Há identificação, mas encontram-se também peculiaridades de um, quando comparado ao outro e, pode-se citar, até mesmo algumas diferenças substanciais no trabalho de capelania hospitalar dentro e fora de uma organização militar.

Há, no Brasil, um trabalho de capelania evangélica de muito fruto e realizações em seus mais de vinte anos de atuação. Deste trabalho, além da referência teórica, há o aspecto empírico de já ter motivado e assessorado a criação de mais de cinquenta capelarias hospitalares em todo o país e também em alguns países do exterior. Esta referência é ao trabalho da, hoje, organizada em pessoa jurídica ACEH (Associação de Capelarias Hospitalar Evangélica).

Quanto à produção teórica, há uma obra que, em sua terceira edição, ganhou o acréscimo de um apêndice técnico e consolidou-se assim como um manual teórico e prático para formação e organização de uma capelania hospitalar evangélica¹⁶. O pesquisador teve a oportunidade de participar de todos os cursos e estágios oferecidos por esta associação, inclusive quando ela ainda era apenas um embrião. Quando, porém, do ingresso na capelania militar, o capelão pôde perceber as peculiaridades e os desafios inerentes à adaptação do aprendizado adquirido em ambiente civil e sua aplicação a uma instituição militar.

¹⁶ A obra de Eleny Vassão, *No leito da enfermidade* (1997) retrata o início do seu trabalho de capelania. A primeira edição é de 1988. Nove anos depois da primeira edição acrescentou-se o *Manual técnico de capelania*, fornecendo, inclusive, modelo de estatuto para a criação de uma capelania hospitalar.

Primeiramente, deve-se informar que na rotina de trabalho do capelão militar, a atividade de visitação hospitalar, insere-se em meio a todas as demais atividades inerentes ao seu cargo. Em nível regional abrange as atividades de único capelão evangélico, para tender às organizações militares que contam com nove capelães católicos, que atendem à mesma região. Um destes capelães católicos atende exclusivamente ao hospital. Portanto, este relato leva em conta a pouca viabilidade de tempo disponível para que seja feito um trabalho mais aprofundado de capelania hospitalar evangélica no hospital localizado em São Paulo.

Nos relatórios apresentados à chefia do Serviço Regional de Assistência Religiosa da Aeronáutica, consta informação de uma visita semanal deste capelão ao hospital em período igual à metade do expediente diário, das 8h00 às 11h00, às sextas-feiras. São realizadas sete a dez visitas semanais aos leitos de pacientes internados. Em outros anos, esta rotina chegou a ser de três períodos semanais, inclusive em período noturno. As visitas ganhavam motivação especial, pois eram beneficiadas pelo silêncio e o ambiente mais calmo da rotina hospitalar. Portanto, esta pequena reflexão sobre a capelania hospitalar militar, embora fruto de trabalho prático insuficiente e deficitário quanto ao tempo, ganha com a experiência de anos anteriores.

Teoricamente, faz-se necessário uma ligação com o que já foi apresentado no capítulo dois. Ou seja, a visão de homem como ser psico-bio-social e espiritual que foi amplamente defendida pelos autores, cujas opiniões foram debatidas naquele capítulo. A abordagem é a mesma apresentada por Eleny Vassão, em seu *Manual técnico de capelania hospitalar* (1997), quando reflete a opinião de vários profissionais de medicina, os quais defendem a existência de um papel curador no tratamento de pacientes que atentam e cuidam da sua espiritualidade. Embora a obra de Vassão seja eminentemente confessional e voltada exclusivamente a implantação de uma capelania evangélica, pode-se utilizar sua contribuição para o estabelecimento de uma fundamentação teórica de uma capelania hospitalar militar:

A obra do capelão de hospital tem muito em comum com a obra do psiquiatra do hospital. Foi Platão quem disse: "Nenhuma tentativa se deve fazer para curar o corpo sem a alma, e se a cabeça e o corpo devem ser sadios, teréis que começar, curando a mente". O hospital moderno é um estabelecimento impressionante e dispendioso. Há uma média de nove pessoas e meia cuidando de cada paciente, mas a

maioria não tem contato com ele. Entretanto, malgrado todas as pessoas que correm para cá e para lá a fazer o bem, o paciente, que é quem recebe o benefício de todos estes esforços, pode julgar que o grande hospital moderno deve ser para ele um dos locais mais solitários e infelizes do mundo! Em primeiro lugar porque se acha separado do lar, da família e dos amigos. Em segundo lugar, porque sofre dores ou virá a sofrê-las. Em terceiro lugar, todos os temores básicos, que ele pode controlar quando sadio, despertam-se ao internar-se no hospital. Estes são os temores da morte ou de tornar-se mutilado fisicamente ou de perder o controle emocional. Num hospital, estes temores têm muito mais probabilidade de sobrevir do que fora dele. Há grande ligação entre doença emocional física e espiritual. Consideremos, por exemplo, a depressão. É uma doença emocional comum. A pessoa deprimida pode ter várias queixas quanto a males físicos, que podem envolver qualquer órgão do corpo. Estas pessoas não têm apetite, sofrem de prisão de ventre ou de diarreia, podem sentir dor no peito ou palpitação, não têm sono, perdem o interesse em tudo e retraem-se do mundo, muitas vezes sentindo-se desprezadas por todos. Muitas vezes lhes sobrevém uma mórbida sensação de ter agido mal ou cometido o pecado imperdoável, e que Deus as abandonou, e que a doença seja castigo por seus pecados passados. Penso que nós, os que trabalhamos em hospitais de clínicas, temos nos desviado muito do alvo de Rahere, que era prover hospitalidade aos doentes. O hospital de clínicas moderno não é lugar muito hospitaleiro. Nossos empenhos dirigem-se mais no sentido da doença da pessoa do que da pessoa do doente. Interessando-nos mais pelos rins do que pelos donos dos rins, mais no coração como uma bomba do que no coração como sede das emoções, mais pelo cérebro como um computador do que órgão que aloja a consciência. Temos levado longe demais a especialização. Agora temos que restaurar o toque pessoal – a hospitalidade – aos nossos hospitais. Temos de tratar a pessoa toda – corpo, espírito e alma, e não apenas alguns órgãos que funcionam mal. Ministros e psiquiatras, enfim, todos os que assistem os doentes têm singular oportunidade de servir ao homem todo. E o homem hospitalizado aí está porque chegou a uma encruzilhada na vida. Pode ele estar enfrentando a morte ou uma mutilação cirúrgica, ou pode ter perdido temporariamente o contato com a realidade, ou perdido o controle de suas emoções. O doente está extremamente necessitado de ajuda não somente de remédios, cirurgias, curativos [...] mas, ele precisa de alguém que seja usado por Deus para curar a sua alma: o capelão, o visitador evangélico. Oliver Wendell Holmes disse: “é privilégio do médico curar às vezes, aliviar muitas vezes, confortar sempre”. Nós, médicos, nos empolgamos tanto com a primeira parte que muitas vezes passamos por alto a última. O capelão eficiente pode ajudar-nos a tratar do indivíduo todo, corpo, espírito e alma. Ele pode ajudar-nos a tornar o hospital mais uma vez, um lugar onde se encontra a hospitalidade. (Souza Lima apud VASSÃO, 1997, p.51).

Quando o autor citado por Vassão afirma que o paciente considera o hospital um local infeliz e solitário, ele retrata o que é visto, em muitos casos, no trabalho da

capelania militar. Isto porque esta solidão e abandono não estão no hospital, e sim dentro do indivíduo que a sofre.

Na cultura militar, observa-se muitíssimo a atitude de reclamação contra a instituição. Basta alguns dias dentro da “bolha” para ouvir as palavras mais desanimadoras e pessimistas sobre o trato da organização militar. Tanto quanto no cumprimento da sua missão, quanto no trato com os seus principais instrumentos de trabalho: o militar. Desta forma, reclama-se das instalações, da ineficiência do serviço, da falta de pessoal, do atendimento previdenciário, médico/hospitalar, dos baixos salários etc. Todavia, observa-se que nem todas as reclamações são pertinentes e de conformidade com o estilo de vida de cada militar. Trata-se mais de uma cultura de insatisfação, do que propriamente uma insatisfação real.

A pessoa que passa por crises internas, ou externas de âmbito particular, tende a extravasar estas crises projetando-as nestes momentos de “insatisfação generalizada”, que acontecem nos corredores e na pausa para o café. A pergunta é como isso influencia o sentimento de solidão e infelicidade de um paciente no hospital? Totalmente, a experiência da capelania tem mostrado. Porque, no hospital militar, na hora dos temores mais profundos do paciente, também em conformidade com o autor citado, o paciente é aquele que, durante a sua carreira, encheu o seu coração de palavras mal ditas, as quais trouxeram para ele um enfrentamento muitíssimo inadequado da enfermidade e da iminência da morte.

Não se trata de generalização. Há casos igualmente constatados por este pesquisador de pessoas que já enfrentam a doença de forma bem mais resiliente¹⁷ e espiritualmente mais sadia. No caso de pacientes geriátricos, muitos já expressam exatamente o contrário desta insatisfação institucional. Observam-se casos de pessoas que poderiam ser tratadas em hospitais de fora da rede de assistência militar, mas que fazem questão de terminar os seus dias em um hospital militar. Outros há que não poupam elogios ao hospital, aos funcionários e ao atendimento.

Quando fala dos temores, a autor defende que “[...] num hospital, estes temores têm muito mais probabilidade de sobrevir do que fora dele”(Souza Lima apud VASSÃO,

¹⁷ Conceito desenvolvido em projeto de doutorado por uma major psicóloga da FAB que defende a espiritualidade como fator de resistência e enfrentamento do sofrimento humano.

1997, p.52). Constatou-se, em um dos atendimentos da capelania, o acompanhamento hospitalar espiritual de Carlos ¹⁸. Não restou dúvidas de que aqueles dias passados no leito ou na cadeira de rodas foram, segundo o próprio relato do paciente, os piores de sua vida.

Sobre a ligação entre doença espiritual e emocional, defendida por Souza Lima (apud VASSÃO, 1997), a constatação deste capelão no seu trabalho prático está no atendimento espiritual em consonância, e até mesmo em nível de apoio ao trabalho da equipe de psicologia hospitalar. No grupo multidisciplinar do hospital, estes dois profissionais encontram no mesmo paciente a possibilidade de um trabalho complementar. Não poucas vezes a psicóloga hospitalar encontra o capelão e apresenta-lhe os pacientes com demanda para a sua intervenção.

Quando Souza Lima afirma que ministros e psiquiatras assistem os pacientes, percebe-se claramente o que foi apresentado no segundo capítulo desta dissertação, sobre a visão da teoria junguiana a respeito do terapeuta como guia espiritual. Tanto para Jung quanto para a prática do trabalho de capelania hospitalar ambos, médicos e pastores, enfermeiras e visitadoras de capelania, têm uma missão em comum: suprir as necessidades dos pacientes ajudando-os a trilhar o caminho da cura. O princípio norteado da missão é mesmo: servir ao paciente.

Neste aspecto do serviço, a experiência de Eleny, transmitidas em suas aulas dos cursos de capelania tem sido, na mais pura expressão da prática diária, vivenciada por este pesquisador. Em muitos casos, o trabalho do capelão implica em entrar em contato com a família do paciente e solicitar o envio de roupas para o hospital. Experiências como as que ocorreram com o senhor Mário, são comuns no trabalho de capelania ¹⁹. Noutros casos, a visita hospitalar demanda a pergunta por parte do

¹⁸ Carlos Machado é um nome fictício para um militar de cerca de 47 anos de idade, 29 anos de carreira militar, pai de um filho pequeno que vive com ele sem a companhia da mãe. Carlos foi acometido por uma doença hematológica de difícil e longo diagnóstico. Sob a suspeita de leucemia, Carlos ficou por três semanas internado no HASP. Ao visitá-lo quase que diariamente, o capelão percebeu a intensidade a profundidade dos temores e angústias expressadas no paciente, frutos de uma inquestionável crise existencial, resultado da análise histórica de sua vida. Notou-se em Carlos Machado que toda a sua existência tinha uma só razão de ser: seu filho. Carlos diz que o menino era o sentido de sua vida. Nada mais importava para ele. Seu claro medo da morte era relatado no medo de seu filho ficar sozinho, de não poder ser ajudado por ninguém tal como ele cuidava. Sua insegurança quanto ao futuro e as dores advindas da enfermidade eram relatadas pela insatisfação com os serviços prestados pelo hospital.

¹⁹ Mario Rosa foi um paciente falecido, vítima de câncer, que este capelão encontrou em suas primeiras visitas ao hospital. Seu óbito veio a ocorrer quase três anos depois destes primeiros encontros. Nas primeiras visitas, o

capelão se o paciente já tomou sua refeição ou o seu café da manhã oferecido na bandeja ao lado de sua cama. Em alguns casos, é o próprio capelão quem facilita a alimentação enquanto conversa com o paciente. Após as visitas, o paciente está agradecido mais pela ação de ajuda do que pelas palavras trazidas. É o caso de situações onde o capelão percebe que o paciente precisa de auxílio para ser levado ao banheiro, ou ainda para segurar a bacia de vômito, o que faz o paciente perceber-se aceito e suportado mesmo num momento crítico.

O trabalho de capelania hospitalar alcança os familiares dos doentes de forma muito intensa e regular. Isto porque na experiência do HASP, todos os leitos de internação são em apartamentos que permitem a permanência de acompanhantes²⁰. Todavia, especial apoio dá o capelão, quando se trata de pacientes internados na UTI, com o horário de visitas limitado. Por vezes o capelão ao entrar pela sala de espera da UTI, visualiza familiares angustiados com a presença de um ente querido em estado delicado de tratamento de saúde. Ao passar por eles, na entrada, o capelão aborda sobre o paciente que irá visitar. Na saída traz notícias do estado geral do paciente para os familiares, o que já se concretiza como grande fonte de consolo. A seguir são apresentadas as regras básicas da visitação hospitalar, retiradas do *Manual prático de capelania - normas para visitação hospitalar* (VASSÃO, 1999, p.97):

1. Não entre em qualquer quarto sem antes bater na porta.
2. Verifique se há qualquer sinal expresso proibindo visitas.
3. Tome cuidado com qualquer aparelhagem ao redor da cama.
4. Evite esbarrar na cama ou sentar-se nela.
5. Avalie a situação logo ao entrar, a fim de poder agir objetivamente quanto ao tipo e duração da visita.

capelão falou, objetivamente, do amor de Deus em Cristo. Mário voltava ao hospital sempre em períodos de três em três meses de intervalo permanecendo internado por cada vez mais tempo, nunca, porém, em período inferior a um mês de internação. Numas destes reencontros, Mário já não conseguia mais falar, pois o câncer já havia demandado traqueotomia e infeccionado toda sua região facial. Em uma destas visitas ocorreu o inusitado. Mario Rosa sempre atendia o capelão de forma monossilábica e reticente, isto enquanto ainda podia falar. Desta vez, ele olhou para o capelão com muita emoção, e em lágrimas, apanhou um papel e escrevia, inusitadamente, sua experiência de conforto com o Senhor durante a experiência vivida no intervalo entre a última internação e esta. A emoção de Mario passou para o papel e penetrou aos sentimentos mais profundos do capelão. Quando Mário não mais falava e jamais poderia falar como antes, é que ele expressou as palavras de maior importância para sua vida. O trabalho do capelão, certa vez, foi o de recuperar à distância um documento importantíssimo para a intervenção cirúrgica que aproximava-se, documento este que havia se perdido no traslado do paciente do Rio para São Paulo. Naquela manhã esta foi a única, e não menos difícil, tarefa executada pelo capelão. Que ao invés de visitar outros pacientes, dedicou-se a telefonemas e contatos desgastantes, burocráticos e demorados. Noutra ocasião, já bem próximo do fim do sofrimento de Mario, o capelão soube, por intermédio da equipe de enfermagem que Mário Rosa acabara de perder um filho em sua cidade, que falecera, naquele dia, também vítima de câncer. O trabalho agora era o de perceber a melhor hora e oportunidade para dar-se a fatídica notícia.

²⁰ Sigla para Hospital de Aeronáutica de São Paulo. Hospital de referência para a Aeronáutica no estado de São Paulo, com várias clínicas de atendimento. Sito à rua Olavo Fontoura, 1400, Santana São Paulo-SP

6. Procure colocar-se numa posição confortável para o paciente, ao seu nível visual, para que ele possa conversar com você sem se esforçar.
7. Se a pessoa não o conhece, apresente-se com clareza.
8. Não pergunte sobre a gravidade da doença.
9. Não leve qualquer tipo de alimento.
10. Não dê água ao paciente sem a permissão da enfermagem.
11. Não apresente fisionomia emotiva ou de comiseração (piedade).
12. Não manifeste nojo de suas feridas, nem medo de contágio.
13. Não lhe estenda a mão (só se o paciente tomar a iniciativa).
14. Não aceite pedido do paciente para obter resultados de exame médico, ou dar-lhe notícia de diagnósticos.
15. Fale num tom de voz normal. Não cochiche com outras pessoas no quarto. Ore em tom normal.
16. Dê prioridade ao atendimento dos médicos e enfermeiras, assim como ao horário de refeições. Ceda sua vez.
17. Concentre-se em atender as necessidades daquela pessoa diante de você. Não adianta falar de outros enfermeiros nem de si mesmo.
18. Não tente movimentar o doente sem a autorização da enfermagem.
19. Saiba que a dor e a medicação podem alterar o humor do paciente.
20. Não queira forçar o doente a sentir-se alegre, nem o desanime. Aja com naturalidade, pois se você se sentir à vontade, ele terá maior probabilidade de sentir-se também.
21. Não dê a impressão de estar com pressa, nem demore até cansar o enfermo. Com bom senso, encontre a duração ideal para cada situação.
22. Se você estiver doente, não faça visitas.
23. Não use perfume.
24. Sapatos de tecido e sandálias não devem ser usados no hospital.
25. Se gostar de usar jóias ou bijuterias que elas sejam discretas.
26. Use sempre um jaleco ou roupas brancas para fazer as visitas.
27. Se estiver visitando áreas infectadas, lave o jaleco separado das outras roupas.
28. Nunca se esqueça do seu crachá.
29. Use uma Bíblia pequena, de bolso.

O trabalho de capelania hospitalar militar é peculiar em muitos aspectos. O objetivo central desta pesquisa foi o de mostrar ao público acadêmico tais particularidades e, de igual forma, demonstrar que o trabalho de capelania influencia na vida militar como um todo. Diante das normas de visitação hospitalar expostas acima, faz-se necessário uma comparação e, até mesmo, uma confrontação da teoria com o que tem sido percebido na experiência prática de capelania. Fazer isso em termos de confrontação será didático e proporcionará ao apreciador da matéria a possibilidade de refletir e criticar as regras comuns ao trabalho de capelania. Os conceitos serão, portanto, apresentados em forma de oposição.

- Ceda a sua vez X que bom que o senhor veio:

O trabalho de capelania militar tem, enquanto representação social dentro do hospital militar, a imagem de um trabalho muito necessário e respeitado. Seja por parte dos pacientes, de seus acompanhantes ou da equipe de trabalho. Na maioria das vezes quando um capelão entra em um quarto, percebe-se certa mobilização de todos para recebê-lo de forma agradável. Não obstante, a regra da boa visita ensina ao visitador hospitalar a sempre dar prioridade ao trabalho médico, de enfermagem ou para-médico. Há casos em que um desses profissionais ou cede sua vez ao capelão ou adia o início da sua tarefa até que o capelão termine sua visita. A frase mais comum, seja na chegada ou na saída da visita é esta: que bom que o senhor está aqui. Volte mais vezes!

Há uma razão histórico-institucional para isso. Devido ao fato de a presença do capelão no campo de batalha significar, na maioria das vezes, aquele que veio abençoar a morte dos heróis de guerra, esta representação perpetuou-se na cultura militar. A cruz que o capelão carrega como insígnia representa para muitos a cruz da morte, ou uma presença necessária quando este é o motivo. Desta forma, é pouco esperada a visita regular ou “desinteressada” de um capelão. Talvez o paciente ou a equipe médica possa pensar: “o que este capelão faz aqui, ele não deveria estar enterrando algum morto, ou consolando uma família enlutada?” Assim, a presença do capelão é muito bem-vinda, diferentemente, em certo sentido, da realidade de um trabalho de capelania hospitalar fora do quartel.

- Conquiste o ambiente X tome posse do que é seu:

Em um trabalho regular de capelania hospitalar, até que ele chegue ao ponto em chegou, por exemplo, o trabalho da ACEH, um incontável esforço foi feito por muitos para que o espaço fosse conquistado. Isto não é diferente, ainda hoje, se alguém almejar criar e instituir um trabalho de capelania em qualquer hospital. Muito trabalho terá de ser realizado, e com muita paciência até que a pessoa do capelão conquiste seu espaço e respeito da equipe de trabalho e da direção do hospital. Entretanto, para qualquer capelão militar que chegue a um hospital militar, ele já encontrará um ambiente e um *lócus*, que simplesmente já está preparado para que ele atue. Ou, tome posse do que é seu.

- Jaleco ou guarda-pó X fardamento regular diário:

A vestimenta do capelão, com exceção das vestes cerimoniais (toga, estola ou batina), é sempre a mesma de qualquer outro oficial. Portanto, o capelão militar no hospital estará vestido como a maioria dos militares ali que utilizam o uniforme administrativo. Já no trabalho de capelania fora dos quartéis, o capelão hospitalar deverá utilizar roupa branca, em respeito ao ambiente e para auxiliar na identificação séria e respeitosa do trabalho. Vale ressaltar que o fardamento obrigatório utilizado pelo capelão ou por qualquer outro militar, implica e zelo profundo, asseio e elegância, elementos ressaltados na obrigatoriedade em que a roupa esteja primorosamente passada, sapatos engraxados, barba feita e cabelos curtos bem tratados. Enfim, espera-se que o militar capelão apresente-se de forma adequada em todos os ambientes onde trabalha.



Figura 7. Culto evangélico. Militares fardados. Fotos do pesquisador.

- Apresentar-se X o simbolismo do capelão militar:

Nas normas de capelania hospitalar encontramos a orientação de que o visitador apresente-se de forma clara e respeitosa ao paciente. Todavia, a capelania militar é diferente. Qualquer militar reconhece um capelão antes mesmo de dirigir-lhe a palavra. A identificação de um capelão pelo seu uniforme é facilmente percebida por muitos dos que conhecem a rotina militar. Na cultura militar o simbolismo é fortemente valorizado. Haja vista a importância e a reverência que é prestada aos

símbolos nacionais e a valorização extrema de datas que marcaram a vida da instituição (aniversário do Hospital, dia do médico, dia do enfermeiro, dia do aviador, dia da intendência, para citar apenas alguns). Além disso, um dos papéis dos simbolismos do capelão militar é o de mobilizar todas aquelas questões simbólicas que lembram a experiência da presença de um capelão, sejam boas ou ruins.

- Efemeridade x estabilidade:

Em um trabalho de capelania no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo, em boa parte dos casos, o visitador jamais encontrará a pessoa a quem ele prestou uma assistência religiosa significativa²¹. Há exceções, de certo. Todavia, o mais comum é tratar-se de visitar uma multidão desconhecida, sem nome e sem referências comuns com o visitador. Acontece exatamente o oposto em um hospital militar. Um fato é que o capelão poderá surpreender-se ao entrar em um quarto e vir ali no leito, doente, um grande amigo e colega de trabalho. Na experiência deste capelão, este é um fato recorrente. Outra constatação é que bastam uns poucos minutos de conversa com o paciente para que o capelão já conheça boa parte da sua rotina de vida: sabe onde mora, já esteve alguma vez em seu prédio ou condomínio, conhece alguém da família, já serviu em outra localidade igual ao paciente, e assim por diante. Porém, de todos os fatos, a estabilidade, comum em militares de carreira, é o fato de maior relevância no que tange ao vínculo que o capelão poderá criar ou já tenha com o paciente. Esta referência encontra consonância na pouca experiência deste capelão quando constata que capelães mais antigos, visitaram bebês ao nascerem naquele hospital, batizaram-no na capela militar, realizaram sua cerimônia de casamento e agora poderão encontrá-lo em um leito, vítima de um acidente aéreo.

Concluindo esta seção de capelania hospitalar militar, observa-se, a seguir um texto de cunho pastoral, que foi enviado para publicação no periódico do Hospital. A publicação de matérias, textos ou pesquisa como esta, trazem grande significação ao trabalho do capelão, seja no hospital, seja em qualquer outro lugar da sua atuação. Abaixo, um desses textos:

²¹ Localizado na região dos jardins, área nobre da capital paulista, o HCFMUSP é o maior complexo hospitalar da América latina.

A Visitação Hospitalar

O trabalho de visitação leito-a-leito a pacientes internados em um hospital pode trazer, para a pessoa do visitador, boas e generosas surpresas. Não há d vida sobre quem é o maior beneficiado neste trabalho.   o paciente. Todavia, se notarmos a razão maior pela qual um paciente encontra conforto real e verdadeiro, enfrentaremos uma constata o alarmante.

Perceberemos que o consolo recebido pelo paciente não surgiu apenas como fruto de sua presença como visitador; e também não foi apenas porque você pegou-o pela mão o fez sentir a sua presença através de um carinho do qual ele estava muito necessitado; e também não é fruto de sua ajuda ao ajeitar o seu travesseiro ou servir-lhe o café da manhã pouco a pouco, conversando com ele enquanto ele l  engole as pequenas porões de alimento com muita dificuldade.

A bem da verdade dos fatos, muitos pensam que todos estes aspectos de uma boa visita hospitalar já promovem melhoras no paciente e, por isso, acham que é tudo o que o visitador pode fazer e o paciente pode receber: humaniza o e solidariedade. Dentre eles destacamos a equipe de profissionais do hospital, os acompanhantes dos pacientes e até mesmo o próprio visitador que pode sair daquele quarto de hospital pensando, quem sabe: fiz a minha boa a o de hoje.

Entretanto quero levar você a pensar no que realmente traz a cura e o consolo real e descanso na alma do paciente. Não é a presença do visitador, mas a presença de Cristo.  s vezes em um leito, doente, o paciente não considera a real possibilidade de que Cristo esteja ali com ele. Assim como os discípulos no barco, enquanto Jesus dormia. Não é o toque do visitador na mão do paciente, mas o toque salvador de Cristo em sua alma. Este toque acontece quando cada pessoa ouve a Palavra de Deus. E esta é razão da visita de capelania cristã: levar a Palavra de Deus ao paciente. Não é a mão do visitador que leva água   boca do paciente, mas a Mão de Deus que oferece a ele a água da vida que   Jesus.  gua que matar  a sua sede de viver uma vida com sentido. Jesus disse: "Aquele que beber da água que eu lhe der jamais terá sede para sempre" João 4.14

3.4 FUNERAIS

Fez-se necessário a separação desta seção devido ao fato de confluir nela, de forma cristalina e convincente, as duas naturezas de tarefas do capelão, a militar e a religiosa. Desde seu ingresso no Quartel General, onde fica a sede da capelania, este capelão assumiu, por escala de serviço, a presidência da Comissão de Funeral. Esta comissão tem a função de facilitar o acesso dos familiares de militares enlutados ao apoio previsto em legislação específica, que confere à família os direitos e privilégios quando do enfrentamento da morte na família. Já há três anos nesta função, o capelão vivenciou experiências que vão da surpresa à decepção, da emoção com o belo à revolta pela tragédia, do amparo presenciado ao cruel abandono.

O fator de relevância mais pertinente ao objetivo desta pesquisa é que a presença do capelão liderando a equipe de uma força tarefa para amenizar a dor da morte traduz, de forma inequívoca, não apenas a necessidade do trabalho, mas, sobretudo a grande influência do capelão na espiritualidade dos militares e de seus familiares. Este último aspecto é o foco central da pesquisa. Aqui, a hipótese inicial é significativamente comprovada. Pois, a tarefa do capelão de consolar os aflitos e de promover meios através dos quais as necessidades espirituais, de que trata Jung ²², sejam supridas encontra nas atividades de funerais a hora, o modo e o momento mais adequados para serem vivenciados.

Este trabalho militar, como se designa na cultura da caserna, de prioridade zero ²³, consolida-se como ponte de oportunidade para o serviço de capelania tornar-se mais e mais necessário e eficiente. O sentido desta priorização máxima da atividade de funeral tem roubado do pesquisador, nestes três anos, em média, pelo menos uma noite de sono semanal. Isto porque como coordenador da equipe, composta por mais oito subordinados, o capelão permanece com o telefone móvel, cujo número é amplamente divulgado para todas as equipes de serviços ininterruptas de alguns quartéis. E, de cada dez ocorrências de falecimento, ele é acionado em, pelo menos, 8 delas, em média.

²² Conforme arcabouço teórico desenvolvido no capítulo 2

²³ termo utilizado para prioridade máxima, que pretere qualquer outra tarefa para o seu cumprimento imediato.

Vale ressaltar que a demanda para este serviço abrange três grupos de militares que, ao todo, chegam perto de 15.000 (quinze mil) pessoas. O grupo de militares da ativa que trabalham no quartel General: este o grupo abrange todos os militares inativos e seus pensionistas que gozam da reserva remunerada e residem na área que abrange o IV COMAR. Também o grupo de militares que faleçam em qualquer lugar do Brasil e do exterior que venham a ser sepultados na área do estado de São Paulo. Há de se registrar que o maior grupo é também aquele no qual mais pessoas falecem, o de inativos, devido ao avançado da idade. Outra informação necessária é a que dá conta de que nem todos os falecimentos são comunicados ao quartel, embora boa parte deles o seja. No relatório de atividades deste capelão durante o ano de 2005, foram anotados 52 acionamentos da comissão de funeral.

3.4.1 Cerimônias fúnebres

Através do contato com os familiares enlutados, abre-se caminho para a presença do capelão nas cerimônias religiosas, sempre respeitando o credo e a precedência pela opção religiosa da família. Mesmo assim, devido a vínculo criado na hora do acompanhamento, em alguns casos a família convidou este capelão, mesmo confessando outra religião que não a cristã evangélica. Desta forma, o capelão já teve a oportunidade de acompanhar e, em algumas vezes, lhe foi concedida a palavra, em cerimônias fúnebres de religiões tais como: budistas, espíritas kardecistas, seicho-no-ie, congregação cristã no Brasil, católica romana, católica ortodoxa, evangélicos de muitas denominações (metodista, batista, luterano, presbiteriano, assembleianos, universal do reino de Deus, renascer e outras igrejas neopentecostais).

3.4.2 O aviso da morte (antes da imprensa)

Outra peculiaridade inerente ao trabalho relacionado à morte, que é de exclusividade do capelão, é o aviso da morte para a família. Neste caso, as normas de conduta recomendam que o capelão vá acompanhado de um médico ou enfermeiro, para o caso de intercorrências possíveis. Recomenda-se também que a notícia seja dada

pessoalmente no menor espaço de tempo possível entre o falecimento e o aviso aos interessados. Isto para evitar o conhecimento dos familiares por parte da imprensa. Este capelão já vivenciou duas destas experiências, ambas alusivas à morte de jovens cadetes, cujos pais residiam ou estavam em São Paulo.

Às 14h00 de uma tarde de Terça-feira, o capelão acabara de trocar-se para uma tarefa de desfile militar onde seria o porta-bandeira nacional. Para tal, havia vestido paramento especial para a ocasião. Ao dirigir-se para o local da solenidade, um colega oficial vem ao seu encontro dizendo que o chefe do Estado-Maior estava à sua procura urgentemente com a seguinte ordem: “deixe a formatura pra lá e siga para a casa de um cadete que acabou de falecer, na Academia, vítima de acidente aéreo”. Também que ele deveria estar na casa dos pais do cadete antes que eles soubessem da notícia por intermédio da imprensa. Partiram em uma viatura, o capelão católico, o capelão evangélico e a médica de plantão, em direção à casa dos pais do cadete. Lá chegando, a mãe quando soube que uma equipe da Aeronáutica estava em sua casa, apresentou-se já em total desespero. Após confirmarem para ela a notícia, deixaram sua casa levando-a ao encontro do marido em seu trabalho. Lá chegando levaram a notícia para o pai do militar. Este, ao invés de desesperar-se, se deprimiu a tal ponto que a indicação da médica foi a de encaminhá-lo ao hospital mais próximo. Naquele dia, o trabalho dos capelães estendeu-se até cerca de 1h00 da madrugada, com eles ainda na casa da família.

No dia seguinte, houve uma celebração luterana de ofício fúnebre, que também contou com a presença dos dois capelães. A seguir, processaram-se as honras fúnebres, que são homenagens solenes reservadas a militares que falecem no pleno exercício do serviço. Estas honras foram efetuadas pelos próprios cadetes, da turma do falecido. Houve grande comoção de todos os presentes. Após todo o ocorrido,, este capelão dirigiu-se para o ônibus da Academia que trouxera os cadetes para a cerimônia e dirigiu a eles uma palavra de consolo, conforto e motivação para a continuidade de sua formação.



Figura 8. Alunos das três escolas de formação da Aeronáutica, em encontro das Uniões Evangélicas das Escolas de Formação da Aeronáutica – IV EUNESFA - realizado em Barbacena – MG, em novembro de 2006. Foto do pesquisador.

Após este fato, o pesquisador foi levado à reflexão de que, na prática, seu trabalho tem tanto o aspecto ordinário quanto o inusitadamente extraordinário. Desta feita, seu papel foi quase que de um coadjuvante, uma vez que acompanhou a equipe com pessoas bem mais experimentadas na tarefa que ele. Entretanto, na segunda ocorrência, cerca de um ano e meio depois da relatada acima, sua tarefa foi a de dar a notícia e confortar sozinho uma família que viajara para São Paulo para participar da formatura do filho, no aspirantado a oficial da Aeronáutica.

Às 23h00 de uma noite de Quarta-feira, o telefone da residência do capelão toca, vindo da Academia da Força Aérea²⁴, informando que houvera o falecimento de um cadete, cujos pais se encontravam, de viagem, na cidade de São Paulo. Conforme já relatado em páginas anteriores, o cadete fora vítima de acidente automobilístico na tarde daquele mesmo dia, que antecedia sua formatura no curso em três dias. O curso tem a duração de quatro anos. Seus pais e sua irmã haviam viajado da região Nordeste do País, com vistas a participar de sua formatura. Para fazer bom uso da viagem, viajaram a São Paulo, dias antes para visitar uma tia do cadete. Havia

²⁴ AFA – única escola brasileira formadora de oficiais aviadores, intendentess e infantess da Força Aérea no território nacional. É considerada a segunda melhor academia do gênero em todo o mundo. Localiza-se na cidade de Pirassununga, a 230 km da capital São Paulo.

chegado do Nordeste naquele mesmo dia. Este capelão dirigiu-se ao apartamento onde estavam e levou-os a fatídica notícia do acidente e conseqüente falecimento do filho do casal. A notícia fora dada e o capelão permaneceu na casa até cerca de 4 horas da madrugada. Neste caso, o capelão da Academia assumiu a segunda parte do acompanhamento à família enlutada. A missão deste capelão terminou naquela mesma noite.

Percebe-se a necessidade de considerável distanciamento emocional e afetivo do capelão, sobretudo quando se encontra em missões desta natureza. Gary Collins, em seu *Manual de aconselhamento* (1986), orienta ao conselheiro a permanecer firme diante dos aconselhados, porque estes, destroçados psíquica e emocionalmente, precisam observar uma referência de força e firmeza nestes aspectos naqueles que foram até eles oferecendo ajuda.

A pergunta necessária que se faz aqui é: existe alguma possibilidade de se manter firme e inabalável diante de um pai que viaja milhares de quilômetros, para uma festa de formatura do filho querido, e este pai recebe a notícia de que terá que enterrá-lo no outro dia, voltando para casa em um avião militar, acompanhando o caixão do filho? A resposta é: nenhuma possibilidade. Portanto, esta pesquisa reconhece, a título de orientação, que qualquer pastor ou padre que queira ingressar na capelania militar deverá guardar em seu coração recursos para poder distanciar-se emocionalmente de seus atendidos, todavia sem deixar de envolver-se com as pessoas e as situações.

3.4.3 O suicídio

A última parte deste bloco sobre os funerais, como trabalho religioso e militar do capelão, tratará de demonstrar a experiência do pesquisador em casos onde há suicídios no ambiente da vida militar. Para o mundo acadêmico a palavra suicídio já mobiliza o grande clássico do alemão Émile Durkheim, *Suicídio* (2000). Em sua obra, Durkheim analisa o fator sociológico do suicídio e propõe uma reflexão pertinente a esta pesquisa.

Certo militar instrutor, disse em um encontro de alunos evangélicos das três escolas militares da Aeronáutica no Brasil ²⁵: “a nossa profissão militar implica em pegar em armas, usar da violência ainda que seja com o objetivo da defesa, e avizinhar-se da morte. E vocês aqui estão em um encontro religioso [...]”. A violência é inerente à profissão militar. O uso de armas também. Portanto, é de se supor que mortes irão ocorrer como consequência natural do exercício da profissão militar. Todavia, Durkheim fala que este não é a principal prova do fato que suicídios são freqüentes entre os militares.

Portanto, isto quer dizer que a causa do coeficiente de agravamento que é específico desta profissão não está na repugnância que inspira, mas pelo contrário, no conjunto de estados psíquicos, de hábitos adquiridos ou de predisposições naturais que constituem o espírito militar. (DURKHEIM, 2000, p. 248).

Quais seriam, então, estes hábitos e predisposição ao suicídio de que fala o autor? Muito do que o autor desenvolve para responder a esta questão, foi visto no segundo capítulo desta pesquisa quando analisamos a questão institucional. A cultura da caserna, por si só gera estes fatores que predispõem o militar, diante de qualquer contrariedade, e fazendo uso da facilidade de meios de que dispõe, em dar cabo da própria vida. Sobre a cultura militar e fatores que geram os estados psíquicos que podem resultar em suicídio, o autor fala da impessoalidade a que o militar está impelido, como uma das principais causas.

A primeira qualidade de um soldado é uma espécie de impessoalidade que não tem equivalente em nenhum aspecto da vida civil. (Ibid., p. 248).

Ou ainda:

Aptidão para a renúncia e gosto pela impessoalidade aumentam e aperfeiçoam-se. (Ibid., p. 249).

Um raciocínio absurdo, mas, muitas vezes percebido pelo pesquisador é algo que expressa o seguinte: “aqui nós não somos ninguém, já que não passamos de um número, tanto faz estar vivo ou morto”. A irresponsabilidade no uso de armamentos, advinda da desatenção e da falta de seriedade no aprendizado oferecido, pode ser

²⁵ As três escolas são a AFA – Academia da Força Aérea, a EEAR – Escola de Especialistas de Aeronáutica e a EPCAR – Escola Preparatória de Cadetes do AR. Em cada uma destas escolas existem ativamente as Uniões de Alunos Evangélicos, que se articulam para, uma vez ao ano promoverem um encontro entre as uniões evangélicas destas escolas.

fator de risco que aumenta os índices de suicídio dentro da caserna. Quanto aos motivos para o suicídio pode-se perceber que a conclusão de Durkheim é substancialmente convincente. Ele trata desta questão quando apresenta, em sua obra, o que ele chama de espírito militar:

Sob a influência desta predisposição, o soldado mata-se à mais pequena contrariedade, pelas razões mais fúteis, por lhe terem recusado uma licença militar, por uma repreensão, por um castigo injusto, por uma questão de promoção, por uma questão de honra, por uma crise passageira de ciúme ou, porque assistiu ou tomou conhecimento de outros suicídios. (Ibid., p. 254).

Em certa ocasião, em um aconselhamento, o capelão percebeu o perigo que corria um soldado, o qual relatou sofrer de angústias e aflições que o levavam a um estado de depressão e que, por vezes, quase o levou ao desespero. Dizia o soldado que na alta madrugada, em seu posto de serviço, os pensamentos de nulidade, dor na alma, e insignificância para o mundo, diante dos problemas que ele enfrentava na vida cotidiana, os fazia olhar para a sua arma, ficar alisando-a e pensando seriamente em acabar com aquele sofrimento. Após a conversa com o soldado, a primeira providência do capelão foi comunicar ao comandante do grupamento de segurança que afastasse o soldado dos serviços armados e o encaminhasse ao serviço médico de urgência.

Noutra ocasião, ao chegar de uma viagem de três dias à Academia Militar, o capelão foi buscar a correspondência na entrada da vila militar onde mora e, ali, perguntou para os soldados da guarda que tudo esta tranqüilo. Imediatamente um dos soldados, assustado, relatou o que acabara de ocorrer em alguns minutos naquele quartel. Um soldado havia disparado a arma contra a própria nuca. De súbito, o capelão dirigiu-se ao quartel citado e começou ali a sua intervenção de assistência aos militares da equipe de serviço. Reuniu-se com os militares que presenciaram os fatos e passou um tempo conversando e fazendo orações pelos mesmos. O acompanhamento da situação estendeu-se por toda aquela noite até ao momento do sepultamento no dia seguinte. Foi do capelão a tarefa de acompanhar os militares da equipe de funeral no retorno à residência do militar, para darem notícia do ocorrido. Vale lembrar que esta mesma equipe já havia estado no local e, por não terem conseguido falar sobre o ocorrido, trouxeram ao quartel o pai e o irmão mais velho do militar que se suicidara.

Nesta segunda visita ao lar, a constatação foi de total desespero. A preocupação de todos na casa era com a mãe do soldado que, ao suspeitar da tragédia, foi acometida de um surto de hipertensão que chegou a números desesperadores. O papel do capelão agora era o de acompanhar a mãe do soldado até um hospital municipal de urgência e acompanhá-la por mais duas horas sem atendimento médico, ou sequer ter a pressão arterial aferida pela equipe de enfermagem. No dia seguinte, havia uma sensação de decepção quase generalizada no quartel para aqueles que, de alguma forma, participaram da situação. Isto porque não havia sido autorizado que fossem dadas honras militares devido ao motivo do suicídio.

Conforme também já abordado anteriormente, a tarefa do capelão foi a de ouvir acerca da decepção dos soldados e a razão de sua insatisfação. Foi observado por colegas que haviam tomado as duas refeições com o referido soldado. Eles afirmavam nada observarem que os levasse a suspeitar de tal atitude. Outro relato deu conta de que o soldado estava brincando com a arma na hora do seu descanso e então a arma disparou. Sem entrar em área de atuação alheia que, no momento oportuno apuraria todas as circunstâncias do ato através de sindicância, o capelão tomou a iniciativa de levar ao conhecimento do comandante tudo o que ouvira a respeito na tropa. Após longa conversa, o comandante autorizou as honras fúnebres por entender que havia dúvida sobre suicídio premeditado ou acidente no manejo do armamento.

Por fim, a constatação seguinte mostra a importância do assunto e motiva a continuidade da pesquisa em momento oportuno. Em comum, a maioria dos suicídios ocorre entre aqueles militares que possuem mais tempo de serviço. É o que sugere a reflexão a seguir:

Porque é natural que estas características se encontrem, em graus diferentes, na maior parte daqueles que estão ou estiveram no serviço militar, à medida que o tempo passa. (DURKHEIM, 2000, p. 244).

O assunto da morte, seja por causa natural ou não, está intimamente ligado à rotina da capelania militar. Isto tanto será vivenciado em tempos de paz, como é o caso deste trabalho prático do capelão quanto, e muito mais, em tempos de guerra. Constatou-se isso nas entrevistas e históricos mostrados no primeiro capítulo.

3.5 TRABALHOS ESPECIAIS

Além das comemorações especiais apresentadas anteriormente, tais como cultos de formatura em escolas militares, aniversários de organizações militares, enfim, há trabalhos que uma vez realizados, tornam-se referência histórica para a instituição. Conforme apresentado no capítulo primeiro, a situação profissional em capelania da Aeronáutica dos três capelães da FAB é temporária. Após o período de contrato, até o limite de nove anos, eles deixarão as fileiras da Força. Urge desta forma que trabalhos sejam feitos também com o objetivo de fincar estacas no caminho histórico do tempo.



Figura 9. Bíblia comemorativa dos 100 anos do 14 Bis. Foto do autor.

3.5.1 Bíblia comemorativa ao centenário do 14 Bis

No ano de 2006 comemorou-se o centenário do primeiro vôo de um “mais pesado que o ar”, a tão conhecida e reverenciada invenção de um brasileiro de Cabangu - MG, Alberto Santos-Dumont. Em comemoração deste grande feito, a capelania evangélica, com o apoio de sua equipe, tencionou realizar um projeto que fizesse jus à altura do feito histórico comemorado. O projeto concretizou-se. Em parceria com uma universidade confessional reformada, foram impressas Bíblias por afinidade,

alusivas ao 14 BIS e à personalidade Santos-Dumont. A seguir observa-se a repercussão do evento, quando foi oferecida as mil Bíblias ao excelentíssimo senhor comandante do IV COMAR.

Repercussão na mídia da Aeronáutica:

The image shows a screenshot of the FAB (Força Aérea Brasileira) website. The header features the FAB logo and the slogan "NOSSA FORÇA VEM DA NOSSA GENTE". The page is dated "Segunda, 4 de dezembro" and includes navigation links for "Principal", "Mapa do Site", and "Fale conosco". The main content area is titled "BEM-VINDOS À SALA DE IMPRENSA" and shows a news article from "Sexta-Feira, 06 de outubro de 2006 - 15:45". The article is titled "FAB promove Culto Evangélico em Ação de Graças a Semana da Asa" and describes a religious service held on October 4th at the Igreja Batista da Liberdade in São Paulo. It mentions that approximately 500 people participated and that the event was coordinated by the Hospital de Aeronáutica de São Paulo (HASP) with support from the IV COMAR. A photograph of a commemorative Bible is included. The article concludes with information about the distribution of 1000 Bibles to military personnel across Brazil.

FAB
FORÇA AÉREA BRASILEIRA

NOSSA FORÇA VEM DA NOSSA GENTE

Notícias Especiais Segunda, 4 de dezembro Principal Mapa do Site Fale conosco

BEM-VINDOS À SALA DE IMPRENSA

Sexta-Feira, 06 de outubro de 2006 - 15:45

FAB promove Culto Evangélico em Ação de Graças a Semana da Asa

Cerca de 500 pessoas participaram, no dia 4 de outubro, do Culto Evangélico em Ação de Graças a Semana da Asa 2006, em São Paulo, no Templo da Igreja Batista da Liberdade. O evento, que também faz parte das celebrações pelo Centenário do 14-Bis, foi coordenado pelo Hospital de Aeronáutica de São Paulo (HASP), com o apoio do Quarto Comando Aéreo regional (IV COMAR).

A Bíblia Sagrada: a Palavra de Deus foi o tema da pregação do Reverendo Doutor Davi Charles Gomes, que representou a Universidade Mackenzie, uma das instituições que apoiou o Culto.

Um dos pontos altos da programação foi a entrega oficial da Edição Comemorativa da Bíblia Sagrada, editada pela Sociedade Bíblica do Brasil, e especialmente estilizada para o Centenário do 14-Bis. O presidente do Instituto Presbiteriano Mackenzie, Reverendo Marcos Lins, entregou o primeiro exemplar ao Comandante do IV COMAR, Major-Brigadeiro-do-Ar Aprígio Eduardo de Moura Azevedo.

A tiragem, patrocinada pelo Mackenzie, foi de 1000 exemplares, que serão gratuitamente distribuídos entre os militares da FAB em todo o Brasil. Além da homenagem ao Centenário, esta iniciativa visa à evangelização através da divulgação da Palavra de Deus.

Acervo Virtual de Santos-Dumont

Lei nº 9.614
Protegendo o espaço aéreo brasileiro

Noticias

Escolha o mês...

Comandante

Currículo

Imprensa

Cadastro de Jornalistas

Clipping

Datas comemorativas

Notas à Imprensa

FAB em números

Aeronaves

Efetivo

Figura 10. Cópia da página de internet na qual se publicou a notícia do culto da semana da asa 2006, quando foi entregue a Bíblia comemorativa. Disponível em: www.fab.mil.br/CULTO ASA - SALA DE IMPRENSA - FAB.htm. Acesso em 15 Out. 2006.

CONCLUSÃO

A presente dissertação estabelece critérios substanciais para a efetiva contribuição coma a produção científica atual. No campo das Ciências da Religião, pouco, ou quase nenhum material acadêmico é encontrado na área de capelania militar. Procurou-se, com esta pesquisa reparar esta necessidade. Assim, o aprofundamento acadêmico do autor e da teoria do campo religioso brasileiro mostra-se inicialmente consolidado.

A confluência da teoria com a prática estabeleceu-se como a maior contribuição para a atuação profissional do autor. O uso dos conceitos apreendidos no dia-a-dia e a experiência cotidiana trazida para esta pesquisa, à medida que aconteciam, revelam a total legitimidade e cumprimento dos propósitos iniciais da pesquisa. O olhar acadêmico e a experiência profissional caminharam juntos.

A análise do papel do capelão militar e da religiosidade na caserna, inicialmente tencionado ser específico na Força Aérea Brasileira, mas que com o decorrer da pesquisa abrangeu todo o trabalho religioso nas Forças Armadas e nas Forças Auxiliares, manteve-se fiel à área das Ciências da Religião.

No início deste trabalho foi apresentada a hipótese inicial de que o trabalho do capelão militar exerce influência relevante no comportamento dos militares, o que foi plenamente comprovado.

No primeiro capítulo, a partir de uma investigação linear da história do trabalho religioso militar, fica clara a validade do trabalho do capelão. Isto porque, constatou-se que a assistência religiosa esteve presente em períodos de grande importância da história militar e das incursões pioneiras em nosso País. Neste levantamento historiográfico da existência da capelania militar, percebe-se, surpreendentemente, o quanto o trabalho religioso no meio militar ou pré-militar confunde-se com a história do Brasil e os principais eventos históricos mundiais. Destaca-se, por um lado, a

primeira missa em solo pátrio, como um trabalho de capelania, e por outro, o nascedouro da capelania evangélica brasileira em plena II Guerra Mundial, com os primeiros capelães militando voluntariamente na gloriosa FEB, Força Expedicionária Brasileira, no Teatro de Operações na Itália. Sem deixar a história geral minimizada por fatos recentes e específicos, este escopo historiográfico das capelarias militares registra o marco histórico do ingresso dos primeiros capelães da Força Aérea Brasileira, ocorrido no ano de 2003.

O segundo capítulo procura comprovar, cientificamente a necessidade do trabalho religioso na caserna. Neste intento, procura responder a algumas questões. Existe, de fato, uma questão religiosa na caserna? Parte-se do pressuposto de que militares são pessoas humanas em todos os sentidos. Segue-se que uma investigação teológica, psicológica e sociológica do homem faz-se extremamente necessária. Diante dos resultados desta análise do homem, que o aponta para um ser dotado de espiritualidade, propenso ao mal, dependente do sagrado, conceitos os quais o torna, no dizer deste autor, um ser irremediavelmente religioso, segue-se que, do ponto de vista das ciências humanas, justifica-se a assistência religiosa em um quartel.

Na questão institucional, a caserna apresenta-se como uma corporação sujeita às mesmas contingências de uma instituição total. Fatores de propensão à crise existem e são gerados pela simples manutenção de valores institucionais. Para cada uma destas circunstâncias geradoras de crises, tanto no âmbito pessoal quanto coletivo, esta pesquisa comprovou a necessidade do trabalho de assistência religiosa na caserna, e também propôs, nestes momentos, intervenções do capelão para as questões especificamente surgidas.

No terceiro e último capítulo, a relevância do trabalho de capelania militar encontra respaldo nas experiências vividas pelo pesquisador em meio à sua atuação profissional. Muito embora o trabalho prático do autor em capelania militar seja de apenas três anos, todas as questões anteriormente citadas para comprovar a hipótese inicial, foram exemplificadas nos relatos atinentes à capelania na qual o autor desta pesquisa atua.

A contribuição desta pesquisa encerra vitalidade tanto no ambiente acadêmico quanto no âmbito social. No primeiro, como já citado anteriormente, um trabalho, cujo tema é inédito, ou senão pouco explorado, fica estabelecida a contribuição para pesquisas posteriores. Isto porque, quanto aos dados estatísticos do IBGE e de recentes contratações de capelães militares, fica comprovada a expansão, ainda que modesta, do trabalho de capelania. Além do que, esta pesquisa sugere um novo problema de pesquisa, para uma instigante investigação: num futuro próximo, a capelania ocupará lugar de destaque, senão de hegemonia no trabalho profissional do teólogo?

No âmbito social, a contribuição deste trabalho se apresenta na reflexão do papel das crenças religiosas na construção de uma sociedade mais sadia e menos propensa ao mal. Sendo a sociedade, assim como a caserna, composta de pessoas humanas e sendo tais pessoas totalmente dotadas de necessidades espirituais, qualquer trabalho que leve a sério este tema, propondo soluções para que estas necessidades sejam supridas, merece todo o respeito e atenção da sociedade.

Além de tudo isso, este trabalho mostrou a justificativa clara do trabalho de um capelão no quartel. Os comandos militares poderão apropriar-se dos conceitos e reflexões aqui exarados para subsidiar suas futuras decisões no que tange à assistência aos seus militares e famílias, sejam da ativa ou da inatividade.

Portanto, esta pesquisa, organizada a partir do problema central, encontrou nos argumentos acima expostos nesta conclusão, uma real influência do trabalho de capelania militar na construção de uma espiritualidade no quartel.

A hipótese sugerida e demonstrada ao longo do texto foi a de que o trabalho do capelão militar exerce, de fato, influência no militar, seja na perspectiva da pessoa seja no âmbito da instituição. Tal influência e importância passam, acima de tudo, pela simples presença do capelão em meio à tropa. Pois o seu trabalho é profundamente ligado à sua convicção pessoal de fé. Portanto, antes de exercer qualquer atividade, o capelão é exemplo pessoal de fé, estabilidade emocional, amor, perdão, enfim, ele próprio é o modelo de pessoa que encontra no sagrado o suprimento de suas necessidades espirituais.

Aderindo à instalação de uma capelania militar, o comando da Organização Militar, estará, desta forma, proporcionando meios para que sua tropa seja bem atendida no que tange às suas necessidades espirituais. Sendo assim, a simples presença da capelania militar em um quartel, denunciará a positiva visão institucional de que a espiritualidade na pessoa humana é necessária e que, portanto, existirão atuações que possibilitem o seu aprimoramento, revendo assim resultados práticos.

Urge, todavia, apresentar aqui a auto-crítica deste autor no que se refere aos prejuízos causados pelas falhas desta pesquisa. Ressalta-se o prejuízo da superficialidade. Embora utilizando-se de argumentos sólidos e cientificamente comprovados, cada um dos três meios de comprovação da hipótese poderiam ter sido aprofundados em maiores pesquisas. Por exemplo, a de trabalhos de capelanias militares em outras partes do mundo. Ou ainda o uso de trabalhos de teólogos de grande importância histórica e acadêmica que foram também capelães.

O presente trabalho toca em questões profundamente importantes para a pesquisa científica no campo das Ciências da Religião, mas as deixa de lado por ter um foco inicialmente definido. Questões como a profissionalização do teólogo em capelania militar, a comparação dos trabalhos de capelanias católicas e evangélicas, bem como a comparação aprofundada do trabalho de capelania dentro e fora do quartel. Desta forma, desponta do presente trabalho uma questão de crucial interesse deste autor: porque o mundo corporativo, notadamente interessado no bem estar de seus funcionários, não se utiliza dos modelos de capelanias das Forças Armadas? Se a figura do capelão é importante e justificada em um quartel, porque não seria também em demais empresas?

Tal questão contém a expectativa de que o presente trabalho possa ser aproveitado para apoiar pesquisas futuras que investiguem os benefícios da implantação de capelanias em ambientes corporativos, contribuindo não somente para o aprimoramento das pessoas assistidas, mas da própria sociedade.

REFERÊNCIAS

AGNIVESH, F. Título do artigo. In: VVAA. *Globalização e Fé*. Trad. Carlos Valero. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. x-y.

AGOSTINHO, Santo. *Solilóquios e a vida feliz*. Trad. Adaury Fiorotti. São Paulo: Paulus, 1998. [Patrística; 11].

_____. *O livre arbítrio*. Trad. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995. [Patrística, 11].

_____. *Confissões*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 2004.

CALVINO, João. *Institutas - tratado da religião cristã*. Trad. Waldir C. Luz. S. Paulo, CEP, 1985, 4 volumes.

_____. *I Coríntios*. Trad. Walter Graciano Martins. São Bernardo do Campo: Paracletos, 1997.

_____. *Salmos*. Trad. Walter Graciano Martins. São Bernardo do Campo: Paracletos, 1997.

_____. *Romanos*. Trad. Walter Graciano Martins. São Bernardo do Campo: Paracletos, 1997.

_____: LUTERO, M. *Sobre a autoridade secular*. Trad. Hélio de Marco L. Barros e Carlos Eduardo S. Matos. Int. Harro Höpfl. S. Paulo, Martins Fontes, 1995.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis/São Bernardo do Campo, Vozes/Umesp, 1997.

CAVALCANTI, Eleny V. P. *Consolo*. São Paulo: CEP. 1990.

CLARKE, J. J. *Em busca de Jung*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.

COLLINS, Gary R. *Aconselhamento cristão*. São Paulo: Vida Nova. 1992.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GOFFMAN, Irving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HAUGK, Kenneth C. *Christian Caregiving A Way of life*. Mineápolis: Augsburg publish house. 1960

HIPPS, Richard. *Quando morre uma criança: testemunhos de angústia saudade e esperança*. São Paulo: Vida Nova, 1996.

JUNG, Carl Gustav. *Psicologia da religião ocidental e oriental*. 3. ed. Trad. Mateus Ramalho de Rocha. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *Psicoterapia e direção espiritual*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *Relação entre psicoterapia e direção espiritual*. Petrópolis: Vozes. 1998.

_____. *Respuesta a Job*. Cidade: Editora, ano.

KELSEY, Morton T. *Caring How can we love one another?* New York: Paulist Press. 1981

KOOGAN, André; HOUAISS, Antônio (Ed.). *Enciclopédia e dicionário digital 98*. Direção geral de André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 1998, 5 CD-ROM.

LEWIS, C.S. *O problema do sofrimento humano*. São Paulo: Mundo Cristão, 1986.

LUCAS, Elisabeth. *Psicologia espiritual*. São Paulo: Paulus, 2003.

MACEDO, Josué Campos. *Capelania evangélica militar no Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1994.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: [s.n.], 1952-1959, 2 v.; 2. ed., 1967-1973, 3 v.; 3. ed., 1977, 5 v.

OLINTO, Rubem. *Luto: uma dor perdida no tempo – princípios básicos para se enfrentar o inevitável*. Niterói – RJ: Vinde, 1993.

OTTO, Rudolf. *O sagrado*. São Bernardo do Campo – SP: Metodista/ Ciências da Religião, 1985.

PEREIRA, Josias. Fé como um fenômeno psicológico. 1998. Dissertação (Mestrado em Teologia Pastoral) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998.

TAWNEY, R.H. *A religião e o surgimento do capitalismo*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

TROELTSCH, Ernest. *The social teachings of the Christian churches*. Nova York: [s.n.], 1960.

TZU, Sun. *A arte da guerra*. Floresta: L&PM, 2000.

VASSÃO, Eleny. *No leito da enfermidade*. 3. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 1997. [inclui Manual técnico de capelania hospitalar].

WEBER, Max. *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. 10. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

_____. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WILES, J.P. *Ensino sobre o Cristianismo - as Institutas da Religião Cristã: um resumo*. Trad. Gordon Chown. São Paulo: PES, 1966.

ANEXO A

PERSONALIDADES²⁶



Gen Ex Pedro Luis de Araújo Braga
Decano da Capela Evangélica da Vila Militar

Nascido em 29 de junho de 1926 e criado em lar um evangélico, foi declarado Aspirante a Oficial da Arma de Infantaria em 28 de dezembro de 1946. Casou-se em 01 de dezembro outubro de 1949 com Maria Dulce, com que teve três filhos: Suzana Maria, Arthur Afonso e Paulo César. Sua vivência militar em mais de 48 anos de efetivo serviço levou-o a cinco Estados da Federação: Santa Catarina, Rio de Janeiro Distrito Federal, Rio Grande do Sul e São Paulo. Em alguns deles serviu por mais de uma vez. Coursou os seguintes Estabelecimentos de Ensino: Escola de Material Bélico, onde também foi instrutor; Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Escola de Comando e Estado Maior do Exército e Escola Superior de Guerra, colocando-se sempre entre os melhores alunos. Ocupou as mais diversas funções militares, onde destacamos os cargos de Comandante da 16ª Brigada de Infantaria Motorizada, Diretor de Administração Financeira do Exército, Comandante Militar do Planalto e 11ª Região Militar, Secretário de Economia e Finanças e Comandante Militar do Sudeste. É Mestre em Aplicações Militares e Doutor em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares. No exterior integrou o 3º contingente do "Batalhão Suez", compondo a Força de Emergência das Nações Unidas, como Oficial de Informações e de Operações. Foi selecionado também para o cargo de Assessor Militar Brasileiro junto à Escola de Comando e Estado Maior do Exército dos EUA, cumulativamente com o cargo de Redator-Editor da Edição Brasileira da "Military Review". Como Chefe da Seção Brasileira, era um dos apenas seis estrangeiros considerados membros do Estado-Maior daquela Escola e instrutores no Departamento de Estratégia. Ao término de sua missão, recebeu, em reconhecimento ao seu trabalho e em cerimônia oficial, o diploma e o distintivo de conclusão do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA.

São muitas também as funções que ocupa na Seara do Senhor:

- Presbítero da Igreja Presbiteriana de Copacabana, onde dirige o Departamento de Educação Cristã e professor de uma grande classe de

²⁶ Disponível em: <http://www.CEVM - Capela Evangélica da Vila Militar.htm>. Acesso em 10 Jan. 2006.

- adultos da Escola Bíblica Dominical;
- Membro titular da Academia Evangélica de Letras do Brasil;
- Conselheiro do SASE – Serviço de Assistência Social Evangélico e da FBS Fundação Bênçãos do Senhor;
- Presidente de Honra da UMCEB – União de Militares Cristãos Evangélicos do Brasil
- Decano da Capela Evangélica da Vila Militar.

Considerado "Personalidade Evangélica do Brasil". Possui um acervo de 24 condecorações, dentre as quais se destacam as da Ordem do Mérito Militar, no mais alto grau – Grã-Cruz; e as das Ordens do Mérito Naval, do Mérito Aeronáutico, do Mérito das Forças Armadas, do Mérito Judiciário e do Rio Branco, todas no grau de Grande Oficial. Ao longo de sua vida, a par de muitas vitórias, sofreu também duros golpes: Suzana Maria, sua primeira filha, foi chamada ao reino dos céus em 27 de outubro de 1957, quando completara sete anos de idade. Maria Dulce, a primeira esposa, encontra-se na mansão celestial deste 25 de agosto de 1993, depois de um casamento abençoado e perfeito de quase 44 anos. O filho mais moço do casal deu-lhes duas netas: Vanessa e Ana Paula. O Gen Ex Pedro Luis de Araújo Braga é casado, em segundas núpcias, com a Sra. Iza Silva de Araújo Braga, que era também viúva. Ela tem sido sua "companheira idônea e a ajudadora dedicada e espiritual, que desde 1996 enche de luzes sua caminhada e de alegria o seu coração".



Reverendo Isaías de Souza Maciel
Benemérito da Capela Evangélica da Vila Militar

Nascido em 25 de dezembro de 1924, no município de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro. Em 1942 o Brasil declarou guerra às nações do Eixo, então formado pela Alemanha, Itália e Japão. Os valorosos pracinhas brasileiros seguiram para a Europa, como integrantes da Força Expedicionária Brasileira. Entre eles, encontrava-se o jovem Isaías de Souza Maciel. Nos campos da Itália, combateu consciente, na certeza de que a vitória significaria a liberdade. Foi durante a II Guerra Mundial que Deus falou ao coração e lhe deu uma profunda experiência de vida que o despertou para envolver-se no socorro ao necessitado, missão esta que resolveu abraçar para o resto de sua vida. Fez um voto ao Senhor que, se retornasse ao Brasil, se dedicaria a realizar uma obra que expressasse o amor ao próximo e o sentido da verdadeira religião que agrada a Deus, ou seja, atender a causa do órfão, da viúva e do necessitado (Sl 146.9a, Tg 1.27). Tão logo a guerra terminou, retornou ao Brasil, com a certeza de ter cumprido bem a sua missão. Voltou para sua família e para sua igreja, a Igreja Presbiteriana de Realengo, subúrbio do Rio de Janeiro, e imediatamente iniciou as atividades decorrentes do voto que fez a Deus. Com o apoio da igreja e do pastor, abriu um pequeno ambulatório médico numa das dependências da igreja. Foi o começo. Foi uma pequena semente, que haveria de germinar e produzir a árvore frondosa e frutífera que é, hoje, o conglomerado das

seguintes instituições que preside:

- SASE: Serviço de Assistência Social Evangélico, fundado em 15 de novembro de 1955. É uma grande rede de serviços sociais, de atendimento a população carente em vários pontos do Rio de Janeiro e Brasília;
- CONBRASE: Confederação Brasileira de Serviços Sociais Evangélicos, que oferece às instituições filiadas apoio e orientação para planejamento e administração, por meio de cursos diversos;
- CREDEQ: Centro de Recuperação de Dependentes Químicos, localizado na Estrada do Campinho, 4.700, Campo Grande, RJ. Tem estrutura para manutenção de 60 pacientes em tratamento intensivo e interno;
- ABRIGO "AMAI-VOS UNS AOS OUTROS": Para anciãos, na Av. Brasil, 30.000 – Realengo, RJ. Mantém cerca de 100 idosos em feliz comunhão com Deus e uns com os outros, e presta-lhes assistência social, médica, psicológica, terapia ocupacional e assistência espiritual;
- ABRIGO PARA ANCIÃOS CARENTES: Localizado na cidade fluminense de Paty do Alferes. Mantém cerca de 50 idosos, dando-lhes as mesmas assistências mencionadas no item anterior.
- PROJETO AMOR E VIDA: Para crianças e adolescentes desamparados, na Estrada de Sepetiba, 935 – Santa Cruz, RJ. Mantém cerca de 100 crianças e adolescentes acolhidos, dando-lhes lares, mães sociais, toda sorte de assistência, escola e ensino de profissões.
- LAR DA CRIANÇA EM BRASÍLIA E LAR DA CRIANÇA EM SOBRADINHO: São instituições destinadas ao acolhimento, assistência e educação de crianças abandonadas e carentes, no Distrito Federal;
- RÁDIO BOAS NOVAS: Transmite a palavra de Deus para todo o Estado do Rio de Janeiro, algumas regiões de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, ajudando efetivamente a edificar e unir o povo de Deus das várias denominações, evangelizando e ajudando as igrejas e seus líderes a promoverem seus programas de extensão do reino de Deus.
- SEMINÁRIO TEOLÓGICO UNIDO: Sem cor denominacional, situado em Mesquita, RJ, promove educação teológica, preparando candidatos ao ministério pastoral e formando evangelistas missionários e educadores cristãos de várias denominações;
- OMEB: Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, trabalha na difusão do evangelho e na prestação de serviços de assistência social aos ministros e suas famílias.

Casou-se com Jacyra Gomes Maciel, em 18 de junho de 1948. Toda a vida do casal foi dedicada ao nosso Deus, ao seu serviço e ao seu louvor. Formado em Bacharel em Teologia e Psicanálise Clínica. É Mestre em Teologia e Doutor em Divindade. Exerceu o pastorado da Igreja Presbiteriana do Parque Santo Elias, Nova Iguaçu, RJ, por vinte e nove anos, onde ocupa o cargo de Pastor Emérito. Possui muitos títulos e condecorações, dentre eles destacamos: Medalha do Pacificador, Mérito de Duque de Caxias, Medalha Tiradentes, cidadão de todos os municípios do Grande Rio. É membro da Academia Evangélica de Letras do Brasil e foi considerado "Personalidade Evangélica do Brasil". Possui os seguintes livros editados: "Jesus o Bom Pastor", "Maravilhas do Amor de Deus", "Na Terra de Deus" e "A Religião Pura e Verdadeira". Finalmente colaborou de maneira decisiva com a reforma e manutenção da Capela Evangélica da Vila Militar, desde a sua inauguração até o momento. É um servo de Deus, como ele mesmo define: "Sou um servo salvo para servir".



Dr. Erлие Lenz César

Benemérito da Capela Evangélica da Vila Militar

Nascido no dia 10 abril de 1924, no Rio de Janeiro. Formou-se em Farmácia na Universidade do Rio de Janeiro, mas em pouco tempo tornou-se industrial do ramo metalúrgico, empresário que contribuiu para a realização de grandes obras no Brasil e no exterior. Dentre essas realizações destacam-se as pilastras da Ponte Rio Niterói e das torres da Embratel.

Desde 5 de julho de 1952 é casado com Sônia Silva Lenz César, com quem tem quatro filhos: Márcia, Erлие Filho, Luiz e Alinges e seis netos. criou a Fundação Bênçãos do Senhor, em janeiro de 1985, sociedade filantrópica sem fins lucrativos, que pauta sua atuação pelo amor a Deus. Declarada de utilidade pública pelo governo federal, é hoje responsável por obras assistenciais como creches e um centro hospitalar, além de manter programas de televisão para o bem comum e patrocinar projetos culturais em outras áreas.

Pregador evangélico bastante conhecido e autor dos livros: "Os Setenta Anos de uma Igreja Abençoada", "Clama a Mim e Eu te Responderei", "O Bom Pastor", "A Virgem Maria", "A Saga de uma Família", "Um + Deus = Maioria" e "O que Deus fez por Mim Pode Fazer por Você", este último com a fantástica tiragem de 90.000 exemplares, todos vendidos. Tendo sido traduzido para o inglês e espanhol, este livro teve semelhante sucesso nos Estados Unidos na América, vendendo 45.000 exemplares em pouco tempo. O Dr. Erлие Lenz César é ainda titular da cadeira 28 da Academia Evangélica de Letras do Brasil, membro do Círculo Literário do Clube Naval do Rio de Janeiro. Foi membro do Comitê Executivo Nacional da Adhonet, de 1987 a 1998.

Em setembro de 1998 foi agraciado com a Medalha Tiradentes, honraria concedida pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Em março de 2001 recebeu a Medalha Pedro Ernesto, concedida pelos serviços prestados ao Município do Rio de Janeiro. Embora tenha exercido tantas funções e ainda batalhe à frente de sua empresa, é antes de tudo, um homem de fé inabalável. É um homem que sentiu o poder da fé em sua própria vida. Seu testemunho tem sido, através dos anos, fonte de conversões e estímulo para muita gente. Ele prova com sua vivência no evangelho e todas as experiências pelas quais já passou, que o homem de fé nunca está só. Todas as batalhas podem ser travadas e todas as provações podem ser suportadas desde que se esteja unido àquele que é o Senhor de todas as coisas. São muitas as experiências que teve com Deus relatadas nos seus livros, dentre elas destacamos uma quando, após ter um problema grave nos olhos, ser desenganado pelos médicos, o Senhor o restituiu a visão, trazendo a cura almejada. Tem sido um importante colaborador da

Capela Evangélica da Vila Militar, desde a sua fundação. Um servo de Deus que entregou para sempre toda a sua vida nas mãos do Senhor e continua recebendo como recompensa as bênçãos do Senhor.



Pastor João Filson Soren
O Combatente de Cristo
(Capelão Militar Evangélico na 2ª Guerra Mundial)

Nascido em 21 de junho de 1908, no Rio de Janeiro e filho do Pastor Francisco Fulgêncio Soren e Jane Filson Soren, começou sua formação no Colégio Batista Shepard. Ali ele concluiu o bacharelado em Ciências e Letras, enquanto estudava matérias teológicas no Seminário Batista do Sul do Brasil. Em 1928, embarcou para os Estados Unidos, onde fez mestrado em Teologia e Artes, voltando ao Brasil em 1933. Com a morte de seu pai naquele mesmo ano, a Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro, depois de um ano de oração e busca, chamou-o para ser seu pastor. Foi consagrado em 1935 e durante cinquenta anos (1935-1985) a pastoreou com rara eficiência, onde batizou 3.345 pessoas.

Era um pregador notável, aliava erudição à simplicidade. Ocupou por onze vezes o cargo de presidente da Convenção Batista Brasileira e presidente da Ordem dos Pastores do Distrito Federal (hoje Rio de Janeiro), foi reitor do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, orador e presidente da Aliança Batista Mundial, fundador da Sociedade Bíblica do Brasil, pertenceu a Academia Brasileira Evangélica de Letras e foi membro do Conselho de Administração do Hospital Evangélico do Rio de Janeiro. A Faculdade Georgetown, em Kentucky – USA lhe conferiu o Doutorado em Divindade, em 1955 e a Faculdade Batista William Jewell, em Missouri – USA, o Doutorado em Letras, em 1960. Por sua incomum capacidade de tradução simultânea, serviu como interprete, no Estádio do Maracanã, do grande pregador norte-americano Billy Graham, em

1960.

Foi casado durante 55 anos com a prof^a Nicéa Miranda Soren com quem teve três filhos, quatro netos e três bisnetos. Ficou viúvo em 14 de maio de 1990.

Em 1944 emocionou o Brasil ao apresentar-se como voluntário para servir como Capelão na II Guerra Mundial sendo convidado então para estruturar o Serviço de Capelania Evangélica que ainda não existia nas Forças Armadas brasileiras. Foi nomeado Capelão Militar em 13 de julho de 1944 e classificado no 1º Regimento de Infantaria, (Regimento Sampaio). No dia 20 de setembro do mesmo ano embarcou com destino ao teatro de operações da Europa, onde permaneceu por 341 dias. A contribuição cívica com que ele honrou sua pátria na condição de Capelão Evangélico das Forças Expedicionárias Brasileiras lhe rendeu as seguintes condecorações militares: "Medalha do Esforço de Guerra", "Medalha da Campanha da FEB", "Cruz de Combate Primeira Classe" e a "Silver Star" (do Exército Norte Americano). Posteriormente, receberia ainda as seguintes medalhas, pelos mesmos motivos: "Mascarenhas de Moraes", "Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial", "Amigos da Marinha" e "Monte Castelo", entre outras. O trabalho do Capelão Soren no front de batalha foi tão importante, que o General Mascarenhas de Moraes, comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial, lhe prestou um elogio, publicado no "Boletim da Divisão", de 28 de fevereiro de 1945 (vide verso).

De volta ao Brasil, participou ativamente das atividades dos ex-combatentes, vindo a presidir, a partir de 1978, a Confraternização dos Ex-Combatentes e Veteranos Evangélicos da FEB (CONFRATEX-FEB), de que foi o idealizador. João Filson Soren – O Combatente de Cristo, faleceu às 21 horas do dia 2 de janeiro de 2002, aos 93 anos de idade. Sua vida nos deixa um legado de dedicação e amor ao Senhor da seara. "Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé". (II Tm 4.7). Deus seja louvado!

ELOGIOS AO CAPELÃO MILITAR PASTOR JOÃO FILSON SOREN

"Em investigação procedida pelo Inspetor Geral da Divisão foram confirmadas as informações chegadas a este comando sobre o Capelão Militar Evangélico João Filson Soren.

Esse admirável espírito de sacerdote, que, pela incansável dedicação e assistência que vem prestando aos praças, já havia conquistado o respeito, a admiração e a amizade dos oficiais e praças do Regimento Sampaio, assim como de outras pessoas não pertencentes àquele Regimento, porém sabedoras do seu proceder, tão logo soube da existência de corpos insepultos de praças nossos que o estado adiantado de decomposição indicava haverem tombado em combates anteriores, foi, tocado em seus elevados sentimentos de humanidade e caridade cristã, procurá-los e localiza-los, de moto próprio, tendo, por isto recebido do Comandante do Regimento Sampaio a missão de os recolher também, para o que lhe foi dado o auxílio de alguns praças da Companhia de Comando, que se apresentaram voluntariamente.

Durante três dias e meio, o Capelão Soren, sempre incansável e extraordinariamente dedicado nessa nobilidade missão, vasculhou os terrenos de Viteline e Abetaia (Monte Castelo), ainda semeados de minas e sujeitos ao bombardeio inimigo tendo recolhidos os corpos de 33 companheiros tombados bravamente nos ataques de 29 de novembro e 12 de dezembro e talvez em algumas ações de patrulha.

Trinta e três famílias brasileiras deverão a esse sacerdote, pela nítida compreensão dos seus deveres e exemplar cumprimento dos mesmos, o saberem onde jazem os corpos desses entes queridos. E, pois, com grande satisfação que elogio o Capelão Soren e lhe dou o meu muito obrigado."

JOÃO BATISTA MASCARENHAS DE MORAIS

Comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB)
durante a Segunda Guerra Mundial.

O elogio transcrito foi publicado no
"Boletim da Divisão", de 28 de fevereiro de 1945.

"Após o ataque vitorioso ao Monte Castelo, no dia 21 de fevereiro findo, o Capelão Soren, por iniciativa própria, auxiliado por oficiais e por abnegados soldados voluntários, percorreu toda a região do Castelo, onde foram feitos os ataques anteriores de 29 de novembro e 12 de dezembro, visando o recolhimento e identificação de cadáveres de nossos bravos soldados que tombaram no cumprimento do dever e que não puderam ser recolhidos em tempo pelo hostilidade do inimigo.

Desse nobre altruístico gesto de solidariedade humana do Capelão Soren, resultou o piedoso recolhimento de 46 cadáveres, sendo identificados por ele próprio 22. Os demais corpos foram recolhidos ao Pelotão de Sepultamento, para identificação posterior.

Fazendo público tão nobre procedimento, elogio o Capelão Soren, já tão estimado pelos oficiais e praças do Regimento, pela sua bondade e prestimosidade, e por sua cooperação constante a este Comando mesmo fora a assistência religiosa, sempre que se fez mister, não olhando sacrifícios de qualquer natureza. Em todas as ações que o Regimento tem se empenhado o Capelão Soren não se descuidou da assistência religiosa aos seus camaradas, indo constantemente às companhias empenhado em levar o conforto moral e religioso indistintamente a todos os soldados.

Dá agora mais uma prova de suas qualidades morais e alta compreensão de seus deveres e belo exemplo digno de um sacerdote cristão.

Elogio, pois, o Capelão Soren, pelo seu louvável procedimento, o que permitiu dar digno e respeitoso destino aos restos mortais dos heróicos soldados do Brasil."

CAIDADO DE CASTRO

Comandante do Regimento Sampaio,
da Força Expedicionária Brasileira (FEB),
durante a Segunda Guerra Mundial.

Este elogio foi escrito em 5 de março de 1945.

Copyright © 2006 Marcelo Coelho Almeida

Elaboração

Marcelo Coelho Almeida

Dados para catalogação

MACKENZIE Universidade Presbiteriana Mackenzie.
A religião na caserna: o papel do capelão militar.
– São Paulo: Mackenzie, 2006.
93 p. : il.

Dissertação de mestrado. Atualizada de acordo com as Normas da ABNT: NBR 6023:2003, NBR 6024:2003, NBR 6028:2003, NBR 10520:2002, NBR 14724:2002.

1. Trabalhos acadêmicos – normalização. I. Título.
2. Trabalho de Conclusão de Curso.
3. Monografia para pós-graduação *stricto sensu*.

CD: